

LÍCIA TEREZA RODRIGUES PEROTE

**JAGUARIBARA: A CIDADE SUBMERSA.
HISTÓRIA DE UMA CIDADE PLANEJADA NO
SERTÃO DO CEARÁ.**

PUC-CAMPINAS

2006

LÍCIA TEREZA RODRIGUES PEROTE

**JAGUARIBARA: A CIDADE SUBMERSA.
HISTÓRIA DE UMA CIDADE PLANEJADA NO
SERTÃO DO CEARÁ.**

Dissertação apresentada como exigência para obtenção do Título de Mestre em Urbanismo, ao Programa de Pós-graduação na área de Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Raquel Rolnik

PUC-CAMPINAS

2006

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas e
Informação - SBI - PUC-Campinas

t711.4098131 Perote, Lícia Tereza Rodrigues.

P453j

Jaguaribara: a cidade submersa. Historia de uma cidade planejada no sertão do Ceará / Lícia Tereza Rodrigues Perote. - Campinas: PUC-Campinas, 2006.

196p.

Orientadora: Raquel Rolnik.

Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias, Pós-graduação em Urbanismo. Inclui anexos e bibliografia.

1. Planejamento urbano - Nova Jaguaribara (CE) 2. Cidades e vilas planejadas - Brasil, Nordeste. 3. Barragens e açudes - Brasil, Nordeste. 4. Secas - Brasil, Nordeste. I. Rolnik, Raquel. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias. Pós-Graduação em Urbanismo. III. Título.

22.ed.CDD – t711.4098131

LÍCIA TEREZA RODRIGUES PEROTE

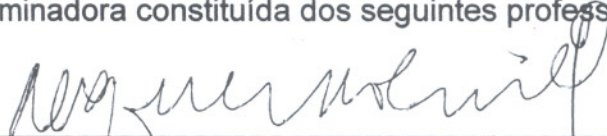
"Jaguaribara: a cidade submersa. História de uma cidade planejada no sertão do Ceará"

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Urbanismo.

Área de Concentração: Urbanismo.

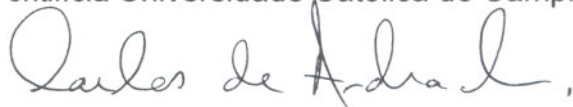
Orientadora: Prof^a. Dr.^a Raquel Rolnik.

Dissertação defendida e aprovada em 30 de Outubro de 2006 pela Comissão Examinadora constituída dos seguintes professores:



Prof.^a. Dr.^a Raquel Rolnik

Orientadora da Dissertação e Presidente da Comissão Examinadora
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Prof. Dr. Carlos Roberto Monteiro de Andrade
Universidade de São Paulo



Prof.^a. Dr.^a Ivone Salgado

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

*Para meus pais,
exemplos de trajetórias vitoriosas de amor e sucesso,
que me ensinaram a jamais desistir.*

*Para Guilherme,
que me apóia, protege e alegra diariamente.*

A vocês, dedico este trabalho, como também o meu amor.

Agradecimentos

Todas as teses, dissertações e monografias que já abri, na maioria das vezes, primeiramente li a pagina de Agradecimentos. E sempre imaginei como seriam os meus. Por várias vezes me peguei pensando nas frases que se seguirão abaixo, nas pessoas que participaram, de alguma forma, da minha trajetória como mestranda. Certamente eu não conseguirei reproduzir tais palavras. Meu cansaço e minha ansiedade me trairão. Mas meu maior desejo é que os queridos mencionados aqui, sintam-se parte desta conquista e recebam, de coração, meu mais sincero obrigada.

A Deus, meu refúgio, meu conforto, minha força, meu Pai. A Ele todo gratidão por esta realização. Sem Ele não sou nada.

Aos meus pais, a quem tanto amo e por quem tanto sou amada. Pelo incentivo, pelos conselhos, pelo carinho, pela ajuda financeira e emocional. Por tornarem o Ceará tão perto de São Paulo e sempre fazerem da minha saudade um feliz encontro.

Ao meu irmão Billy, pela sabedoria que guarda em sua tão pouca idade e por saber compartilhá-la comigo. Por me alegrar a cada telefonema, a cada visita. À minha irmã Nete, pelo carinho de sempre, pelo cuidado comigo e com meus pais na minha ausência.

Ao Guilherme, por compartilhar tantos sonhos, por dividir o fardo do dia-a-dia e torná-lo tão leve. Pela palavra certa na hora certa. Pelo ombro vasto nas horas tristes e o sorriso aberto a toda hora. Por seu amor.

Aos meus tios Nilda e Ageu, por serem pais-suplentes maravilhosos. Pelo cuidado, pelas visitas, por serem tão presentes e importantes em minha vida.

À PUC de Campinas, seus professores e funcionários, por disponibilizar sua estrutura, pela oportunidade de desenvolver essa pesquisa e por me acolherem nestes últimos anos.

À Prof^a Dr^a Raquel Rolnik, pela grande oportunidade de compartilhar comigo tantos conhecimentos e pelas conversas enriquecedoras.

Ao Prof. Dr. Carlos Roberto Monteiro de Andrade, por me acompanhar desde o início do curso, por apontar quão relevante é a pesquisa sobre cidades novas planejadas, pelo contínuo aporte, por sua amizade.

À Profª Drª Ivone Salgado, por participar deste estudo desde a elaboração do projeto de pesquisa e pelo pronto apoio de sempre.

Ao Centro Universitário Senac, seus professores e funcionários, por viabilizarem a conclusão deste sonho. Por fazerem parte da minha vida de uma forma tão ímpar e tão querida. Flávia, Tissy, Mariana, Alexandre, Priscila Farias, Daniela e demais professores do GTMD, Guilherme Guz, Camila, André. Vocês foram fundamentais.

Aos amigos da SEINFRA, da SRH e da SEPLAN, por reconhecerem a importância desta pesquisa e pela solicitude com que sempre recebem minhas visitas, meus telefonemas e meus e-mails. Muito obrigada à Sra. Marluce Aguiar de Queiroz.

Ao Instituto da Memória do Povo Cearense, pelo apoio constante, pelo fornecimento de tantos dados e indicações de publicações valiosas.

Aos moradores da cidade de Nova Jaguaribara que me receberam tantas vezes com grande carinho e interesse. Por terem a alegria nordestina estampada em seus rostos. Por ensinarem que, mesmo em meio a dificuldades, a vida é dádiva.

Às minhas roomates de primeiros anos em São Paulo Lígia, Cris e Beatriz por serem tão especiais e me ensinarem tanto.

À Igreja Batista de Vila Euro, por ser minha segunda família, pelos amigos queridos e por ser um lugar tão importante pra mim. Ao Pr. Ori e Rosângela, por serem grandes presentes em minha vida.

Aos familiares e amigos que ficaram em Fortaleza, pela torcida constante, pela saudade contida e manifestada sempre de forma tão carinhosa. Pelos interurbanos e visitas nada baratos, mas comprobatórios de que o Ceará sempre será minha terra querida.

“Sertão é onde o pensamento da gente se forma mais forte do que o poder do lugar (...) [O sertão] é do tamanho do mundo (...) O senhor sabe: sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias.”

*Guimarães Rosa.
Grande Sertão: veredas.*

“Ao sobrevir das chuvas, a terra, como vimos, transfigura-se em mutações fantásticas, contrastando com a desolação anterior. Os vales secos fazem-se rios (...) A vegetação recama de flores... Cai a temperatura. Com o desaparecer das soalheiras anula-se a secura anormal dos ares. Novos tons nas paisagens: a transparência do espaço salienta as linhas mais ligeiras, em tôdas as variantes da forma de côr (...) E o sertão é um vale fértil.”

*Euclides da Cunha.
Os Sertões.*

Resumo

PEROTE, Lícia T. R. *Jaguaribara: A Cidade Submersa. História de uma Cidade Planejada no Sertão do Ceará*. Dissertação (mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2006

Cerca de 51 milhões de brasileiros vivem no Nordeste enfrentando períodos críticos de estiagem e enchentes. Na tentativa de minimizar as mazelas causadas pelas irregularidades pluviométricas, o Governo Federal lançou recursos para a implantação de programas que viabilizassem a formação de estoque estratégico de água por meios de barramentos e açudagem. O reservatório do Castanhão, no Ceará, faz parte dessa estratégia e surgiu no ano de 1995 tendo como grande impacto o desaparecimento da cidade de Jaguaribara, situada a 283 km de Fortaleza. Entre ameaças, resistência, insegurança, aceitação dinâmica e chegada à nova terra, a população é relocada para um outro sítio, dando origem ao novo município, que recebeu o nome de Nova Jaguaribara, inaugurada no ano de 2001. A cidade nasce marcada pela história do povo sertanejo, uma trajetória castigada por conta da seca e das disputas pelo poder que a água representa neste espaço que determina a conjuntura do sertão brasileiro.

Abstract

Around 51 million people live in the Brazilian Northeastern Region facing critical periods of dryness and floods. In order to minimize the problems caused by the inconstant rains, Federal Government has invested resources on the implementation of programs to make feasible the strategical storage of water by means of barriers and dams. As a part of such strategy, the Castanhão dam, in Ceará state, had its construction started in 1995, having one major impact: the submergence of Jaguaribara, a city 283 km away from Fortaleza. Among threatening, resistance, insecurity, dynamic acceptance and arrival to the new land, people were relocated in another site, rising a new municipality which was named Nova (New) Jaguaribara, inaugurated in 2001. Since its birth, this city features the history of the inlander people, afflicted by dryness and disputes for the power that water represents in the Northeastern midland context.

Lista de Figuras

- Figura 1: Região central de Goiânia (p. 26)
- Figura 2: Vista área de Brasília (p. 29)
- Figura 3: Cianorte, projeto do engenheiro Jorge de Macedo Vieira. Foto: Governo do Estado do Paraná (p. 33)
- Figura 4: Imagem do Vale do São Francisco (p. 42)
- Figura 5: Imagem da seca. Vegetação e solo destruídos. (p. 45)
- Figura 6: Uma imagem do Nordeste, castigado pelos períodos de estiagem. (p. 47)
- Figura 7: Mapa da região Nordeste com delimitação do Polígono das Secas (p. 48)
- Figura 8: A seca no sertão e a dificuldade do sertanejo. (p. 51)
- Figura 9: Barragem do açude Orós, em fase final de construção, no ano de 1960 (p. 61)
- Figura 10: Açude Castanhão, Boqueirão do Cunha e Rio Jaguaribe.(p. 67)
- Figura 11: Localização do açude Castanhão. Fonte:DNOCS, 2002 (p. 68)
- Figura 12: Construção da barragem Castanhão. Fonte:DNOCS, 1999 (p. 69)
- Figura 13: Construção Barragem Castanhão. Fonte:DNOCS, 1999 (p. 69)
- Figura 14: Barragem Castanhão. Fonte:DNOCS, 2002 (p. 70)
- Figura 15: Barragem Castanhão. Fonte:DNOCS, 2003 (p. 70)
- Figura 16: Barragem Castanhão. Fonte: DNOCS, 2003 (p. 71)
- Figura 17: Barragem Castanhão. Fonte: DNOCS,2004 (p. 72)
- Figura 18: Açude Castanhão. Fonte: DNOCS, 2004 (p. 78)
- Figura 19: Barragem do Castanhão. Fonte: DNOCS, 2004 (p. 79)
- Figura 20: Localização do Canal da Integração. Fonte: SRH (p. 82)
- Figura 21: Mapa de localização e acesso do trecho oeste do Canal da Integração. Fonte: SRH (p. 83)

- Figura 22: Canal da Integração e principais açudes do Estado. Fonte: SRH (p. 84)
- Figura 23: Canal da Integração. Trecho I. Fonte: SRH, dez 2005 (p. 85)
- Figura 24: Canal da Integração. Trecho I. Fonte: SRH, dez 2005 (p. 85)
- Figura 25: Canal da Integração. Trecho II. Fonte: SRH, dez 2005 (p. 86)
- Figura 26: Canal da Integração. Trecho III. Fonte: SRH, dez 2005 (p. 86)
- Figura 27: Mapa do Estado do Ceará. Localização da cidade de Jaguaribara e rodovias de acesso. Foto: Governo do Estado. Secretaria de Infra-estrutura (p. 89)
- Figura 28: Antiga Jaguaribara. Marco histórico erigido no local onde morreu Tristão Gonçalves, chefe da Confederação do Equador. A população solicitou que fosse colocada uma plataforma ambulante, para que não mudasse o local do marco. A solicitação não foi atendida. Foto: 31/69 (p. 92)
- Figura 29: Rio Jaguaribe. Atividade pesqueira desenvolvida com tarrafa. Piranha vermelha capturada com um arpão por um pescador. Foto: 16/69 (p. 93)
- Figura 30: Rio Jaguaribe. Passagem para o distrito de Poço Comprido. Fonte: DNOCS. Açude Público Castanhão. Relatório de Impacto no Meio Ambiente. V.3. Foto 24/69 (p. 93)
- Figura 31: Antiga cidade de Jaguaribara. Centro Educacional Domingos Paes, único estabelecimento que ministrava ensino profissionalizante em Jaguaribara. Fonte: DNOCS. Açude Público Castanhão. Relatório de Impacto no Meio Ambiente. V.3. Foto: 26/69 (p. 94)
- Figura 32: Antiga cidade de Jaguaribara. Hospital Público. Fonte: DNOCS. Açude Público Castanhão. Relatório de Impacto no Meio Ambiente. V.3. Foto: 27/69 (p. 94)
- Figura 33: Antiga cidade de Jaguaribara. Posto da Companhia Telefônica Teleceará. Fonte: DNOCS. Açude Público Castanhão. Relatório de Impacto no Meio Ambiente. V.3. Foto: 28/69 (p. 95)
- Figura 34: Antiga cidade de Jaguaribara. Conjunto Habitacional “a força do povo”. Fonte: DNOCS. Açude Público Castanhão. Relatório de Impacto no Meio Ambiente. V.3. Foto: 41/69 (p. 95)
- Figura 35: Antiga cidade de Jaguaribara. Conjunto Habitacional “a força do povo”. Fonte: DNOCS. Açude Público Castanhão. Relatório de Impacto no Meio Ambiente. V.3. Foto: 38/69 (p. 96)
- Figura 36: Antiga cidade de Jaguaribara. Habitação típica rural. Fonte: DNOCS. Açude Público Castanhão. Relatório de Impacto no Meio Ambiente. V.3. Foto: 42/69 (p. 96)

- Figura 37: Antiga cidade de Jaguaribara. Igreja de Santa Rosa de Lima. A fachada foi fielmente reproduzida na cidade nova. Fonte: DNOCS. Açude Público Castanhão. Relatório de Impacto no Meio Ambiente. V.3. Foto: 32/69 (p. 97)
- Figura 38: Antiga cidade de Jaguaribara. Mercado Público do Município. A população reivindicou que o mesmo fosse reproduzido fielmente, como a igreja matriz. A solicitação não foi atendida. Fonte: DNOCS. Açude Público Castanhão. Relatório de Impacto no Meio Ambiente. V.3. Foto: 30/69 (p. 97)
- Figura 39: Antiga cidade de Jaguaribara. Cemitério Público do Município. Relocado, tendo em vista a manutenção da qualidade da água. Fonte: DNOCS. Açude Público Castanhão. Relatório de Impacto no Meio Ambiente. V.3. Foto: 63/69 (p. 98)
- Figura 40: Antiga cidade de Jaguaribara. Praça Tristão Araripe Gonçalves, construída no período de 1967-1971 e remodelada em 1988. Fonte: DNOCS. Açude Público Castanhão. Relatório de Impacto no Meio Ambiente. V.3. Foto: 65/69 (p. 98)
- Figura 41: Antigo Distrito de Poço Comprido. Grupo Escolar do Distrito de Poço Comprido. Fonte: DNOCS. Açude Público Castanhão. Relatório de Impacto no Meio Ambiente. V.3. Foto: 25/69 (p. 99)
- Figura 42: Antigo Distrito de Poço Comprido. Igreja de São Vicente Ferrer. Fonte: DNOCS. Açude Público Castanhão. Relatório de Impacto no Meio Ambiente. V.3. Foto: 33/69 (p. 99)
- Figura 43: Uso do Solo Jaguaribara. Fonte: SEINFRA. (p.100)
- Figura 44: Uso do Solo Jaguaribara. Fonte: SEINFRA. (p.101)
- Figura 45: Croqui Nova Jaguaribara Fonte: SEINFRA (p. 120)
- Figura 46: Mapa de Nova Jaguariabara – Etapas de implantação. Fonte: DNOCS 2001 (p. 127)
- Figura 47: Mapa de Nova Jaguariabara - Zoenamento. Fonte: DNOCS 2001 (p. 128)
- Figura 48: Foto aérea da cidade de Nova Jaguariabara ainda em fase de construção. Fonte: SEINFRA 2001 (p. 129)
- Figura 49: Foto aérea da cidade de Nova Jaguariabara ainda em fase de construção. Fonte: SEINFRA 2001 (p. 130)
- Figura 50: Foto aérea da cidade de Nova Jaguariabara ainda em fase de construção. Fonte: SEINFRA 2001 (p. 131)
- Figura 51: Foto aérea da cidade de Nova Jaguariabara ainda em fase de construção. Fonte: SEINFRA 2001 (p. 132)

- Figura 52: Foto aérea núcleo central de Nova Jaguaribara. Fase de construção. Fonte: SEINFRA 2001 (p. 133)
- Figura 53: Foto aérea. A ortogonalidade da malha da Nova Jaguaribara. Fase de construção. Fonte: SEINFRA 2001 (p.135)
- Figura 54: Croqui do sistema viário proposta à Nova Jaguaribara. Fonte: SEINFRA 2001 (p.140)
- Figura 55: Croqui do sistema viário propostao Nova Jaguaribara. Fonte: SEINFRA 2001 (p.142)
- Figura 56: Croqui quadra padrão Nova Jaguaribara. Fonte: Escritório R. Furlani (p.145)
- Figura 57: Desenho via troncal Nova Jaguaribara. Fonte: Escritório R. Furlani(p.146)
- Figura 58: Desenho via arterial Nova Jaguaribara. Fonte: Escritório R. Furlani (p.147)
- Figura 59: Desenho via coletora Nova Jaguaribara. Fonte: Escritório R. Furlani (p.148)
- Figura 60: Desenho vias locais Nova Jaguaribara. Fonte: Escritório R. Furlani (p.149)
- Figura 61: Desenho via paisagística Nova Jaguaribara Fonte: Escritório R. Furlani (p.150)
- Figura 62: Liceu José Furtado de Macedo. Foto: Governo do Estado do Ceará (p. 151)
- Figura 63: Praça Matriz, hoje mais verde, mais habitável. Foto: Governo do Estado do Ceará (p. 152)
- Figura 64: Fórum de Nova Jaguaribara. Foto: Governo do Estado do Ceará (p. 153)
- Figura 65: Câmara Municipal. Foto: Governo do Estado do Ceará (p. 153)
- Figura 66: Prefeitura. Foto: Governo do Estado do Ceará (p. 153)
- Figura 67: Casa do Cidadão. Foto: Governo do Estado do Ceará (p. 154)
- Figura 68: Hospital Municipal Santa Rosa de Lima. Foto: Governo do Estado do Ceará (p. 154)
- Figura 69: Túmulo de Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, morto na Confederação do Equador em Jaguaribara. Foto: Governo do Estado do Ceará (p.154)
- Figura 70: Vista aérea da cidade, após 3 anos de inaugurada. Foto: Governo do Estado do Ceará (p. 155)

- Figura 71: Moradores de Poço Comprido preparam a mudança de seus pertences.
Foto: IMOPEC – Célia Guabiraba. (p. 159)
- Figura 72: Moradores de Poço Comprido preparam a mudança de seus pertences.
Foto: IMOPEC – Célia Guabiraba (p. 159)
- Figura 73: Moradores de Poço Comprido preparam a mudança de seus pertences.
Foto: IMOPEC – Célia Guabiraba (p. 160)
- Figura 74: Moradores de Poço Comprido entram no ônibus para serem levados para a nova cidade. Foto: IMOPEC – Célia Guabiraba (p. 160)
- Figura 75: Moradores de Poço Comprido em mudança para a Nova Jaguaribara.
Foto: IMOPEC – Célia Guabiraba (p. 161)
- Figura 76: Demolição da Igreja Matriz de Jaguaribara. Foto: IMOPEC – Célia Guabiraba (p. 163)
- Figura 77: Moradores de jaguaribara assistem a demolição da Igreja Matriz. Foto: IMOPEC – Célia Guabiraba (p. 163)
- Figura 78: Vila Olímpica de Nova Jaguaribara, inaugurada em 2002, no aniversário da cidade. Foto: Governo do Ceará (p. 171)
- Figura 79: Foto da Estação de Piscicultura do Castanhão, no Ceará, inaugurada em junho de 2006 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Foto: Ministério da Integração Nacional. (p.173)
- Figura 80: Inauguração da Estação de Piscicultura do Castanhão, junho de 2006. Foto: Ministério da Integração Nacional. (p.174)
- Figura 81: Agrovila Curupati-Peixe. Nova Jaguaribara. 2005. Fonte: SRH (p.177)
- Figura 82: Show room de Nova Jaguaribara. Foto: Governo do Estado do Ceará (p.180)

Sumário

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO 1 - CIDADES NOVAS PLANEJADAS NO BRASIL.....	22
1.1 Cidades-capitais.....	23
1.2 Cidades de colonização.....	31
1.3 Cidades das atividades econômicas.....	34
1.4 Cidades balneárias.....	37
1.5 Cidades de relocação.....	39
CAPÍTULO 2 - A SECA, O CASTANHÃO E O NAUFRÁGIO DE UMA CIDADE.....	44
2.1 A seca.....	44
2.2 O projeto castanhão.....	64
2.3 Jaguaribara: com os dias contados.....	87
2.4 A cidade e o povo: luta e memória.....	102
CAPÍTULO 3 - NOVA JAGUARIBARA: E “O SERTÃO VIROU MAR”	116
]3.1 O projeto da nova cidade.....	124
3.2 O sítio urbano.....	135
3.3 A concepção urbanística.....	137
3.4 Projetos arquitetônicos.....	151
3.5 A mudança.....	155
CONCLUSÃO.....	166
REFERÊNCIAS.....	187
ANEXO.....	196

Introdução

O Brasil é um país que possui uma vultosa quantidade de núcleos urbanos inteiramente planejados. Países como a Inglaterra e a antiga União Soviética certamente produziram menos cidades que nós.

Muitas são as configurações históricas determinantes para os processos de formação destes núcleos urbanos. As *cidades-capitais*, por exemplo, tiveram sua criação impelida pelos ideais de progresso e modernidade, ideais esses exacerbados pelo movimento republicano e pelo centenário da independência, a exemplo de Belo Horizonte e Brasília, respectivamente. Tais cidades já foram objetos de exaustivos estudos na historiografia corrente devido ao seu valor simbólico valendo colocar em relevo a capital federal, cuja urbanística corbusiana ditou alguns paradigmas do urbanismo moderno. Entretanto, elas serão ensartadas neste estudo, ainda que superficialmente, devido à sua inerente relevância. Outras cidades foram construídas com a motivação da interiorização e ocupação dos imensos vazios territoriais, quando o homem partiu para o sertão, para as grandes florestas e para os campos e cerrados. Outros núcleos urbanos, como as *vilas empresariais* e *núcleos fabris* surgem de intervenções urbanas de empresas privadas ou estatais em sítios vazios ou em cidades existentes. Este grupo também tem sido arduamente estudado devido às suas características sócio-econômicas. Outras cidades surgiram como conseqüência da prática de atividades econômicas, como a exploração mineral ou o extrativismo da borracha. Há ainda as chamadas *cidades balneárias* cuja peculiaridade urbanística ressalta a necessidade e relevância de futuros estudos aprofundados. Além desses processos de formação de cidades novas planejadas, apontamos ainda os decorrentes da implementação de uma política energética nacional responsável pela criação de inúmeras Usinas Hidrelétricas e, conseqüentemente, pelo desalojamento de milhares de pessoas de suas terras. Do mesmo modo, cidades têm surgido por conta de uma Política de Gestão de Recursos Hídricos, a exemplo de Nova Jaguaribara, estudo de caso desta dissertação. Núcleos

urbanos inteiros têm sido relocados em decorrência da construção de barragens, cujos promotores do desalojamento, usualmente os respectivos governos estaduais, respaldam-se na seca inclemente que assola obstinadamente o Nordeste do país. São as chamadas *idades de relocação*.

Como objeto da presente pesquisa, temos a cidade de Nova Jaguaribara que está localizada a cerca de 300 km de Fortaleza. O novo município surgiu como uma das medidas mitigadoras dos impactos sociais referentes à construção da barragem do açude Castanhão, corpo hídrico resultante do represamento do Rio Jaguaribe (um dos principais rios do Nordeste), cujo espelho corresponde a duas baías de Guanabara, no Rio de Janeiro. O açude tem como principal escopo garantir o abastecimento de água do Estado do Ceará durante os períodos de seca e controlar as enchentes deste rio garantindo o sucesso dos projetos de irrigação, além de promover o desenvolvimento da região.

A antiga sede municipal, Jaguaribara, e o distrito de Poço Comprido encerraram o trágico destino de desaparecerem do mapa, visto que seriam inundados pelo novo lago implantado. A concretização desse projeto pressupôs o sacrifício dos moradores, uma vez que Jaguaribara ficaria com dois terços de seu território submerso após a conclusão da obra do açude. Cerca de 8 mil pessoas¹ residentes nas áreas urbanas e rurais destes núcleos foram removidas para um novo sítio localizado a cerca de 50 km do anterior. Trata-se de uma cidade nova inteiramente planejada, desde o seu traçado urbano até os seus edifícios públicos e tipologias residenciais, dotada de infra-estrutura e equipamentos públicos, localizada em pleno sertão nordestino. Logo, deu-se origem à cidade de Nova Jaguaribara, que começou a ser construída no ano de 1997 e foi concluída em julho de 2001, tendo sido inaugurada em 25 de setembro daquele mesmo ano.

¹ Conforme Censo Demográfico do IBGE, 2000.

O reduzido número de publicações a respeito do tema “cidades novas de relocação”, por si só, já justificaria a necessidade e relevância desta pesquisa. No entanto, o interesse para a realização deste estudo surgiu após um trabalho realizado pelo Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará - UFC, na disciplina de Planejamento Urbano, onde nos foi solicitada a elaboração de um projeto urbano para a nova cidade de Jaguaribara. Tomamos conhecimento dos problemas que envolviam a questão da relocação do município, ao tempo em que o projeto da nova cidade estava sendo desenvolvido pela Secretaria de Infra-estrutura do Estado do Ceará - SEINFRA. Em meio a protestos e reivindicações da população de Jaguaribara, embates acirrados com as representações governamentais e diversas discussões na comunidade científica é que o presente trabalho nasceu.

No mais, não há como dissociar a seca do Nordeste, cuja constituição espacial se confunde com o sertão e com o semi-árido. Aliás, a questão da seca, intimamente relacionada ao tema desta pesquisa, configura outro agente motivador do aprofundamento sobre a história da cidade de Nova Jaguaribara. A seca é um capítulo componente da vida do nordestino, está nos registros históricos, está “no sangue”, no cotidiano, na ciência e literatura, na memória desta gente. Consta no imaginário do povo, é ensejo de ansiedade e apreensões diárias.

O discurso ambientalista está cada vez mais em relevo, visto que as preocupações com exigüidade de recursos naturais atuais é tópico certo nas agendas de encontros e plenárias sobre o meio-ambiente nos quatro cantos do globo. Todavia, nas regiões semi-áridas, onde uma peculiaridade da natureza transformou-se em problema social, seguramente a questão é mais antiga. O Ceará é um dos estados brasileiros mais atingidos pelos problemas ocasionados pela irregularidade pluviométrica preponderantemente, visto que 90% de seu território encontra-se no semi-árido. As referidas preocupações com estiagens advêm do século XVIII, quando 7/8 do gado da “Capitania do Siará” foram destruídos por conta da chamada “Grande Seca”, ocorrida no ano de 1877. Tal estiagem acarretou

sérios prejuízos à economia local, que estava baseada na criação e comercialização da carne seca, ou como era mais conhecida, a “carne do Ceará”².

Destarte, no ano de 1985, foi noticiada pela imprensa cearense a execução do Projeto Castanhão, uma obra federal que previa a implantação de uma barragem no rio Jaguaribe, maior e mais importante rio cearense. Porém, bem como diversas obras dessa natureza neste século, a construção do açude gerou a inundação do município de Jaguaribara. Ante a este fato, sobreveio um longo processo de discussão entre o governo e os moradores da cidade, envolvendo outros setores da sociedade e acarretando algumas controvérsias.

No mote da problemática, em meio à polêmica da relocação da cidade, duas questões brotaram e que muito nos motivou à imersão na narrativa jaguaribarense. Primeiramente, o cunho político gerador da demanda que fez manar o “mar no sertão”. Esse foi o discurso desenvolvimentista de determinados grupos políticos cearenses, de estratégia duvidosa, que fizeram surgir um lago de proporções gigantescas no interior do Ceará (região do Médio e Baixo Jaguaribe), explicitamente contrário aos pareceres técnicos da época. A outra questão é sociocultural. Ao sugerir o fim da cidade, a construção do lago suscitou um sentimento de pertencimento entre os cidadãos e o seu espaço social, marcado por fatores econômicos, afetivos, religiosos, históricos, dentre outros. Ademais, questiona-se a legibilidade, a identificação com o novo, com o desconhecido. Evidenciou-se a ruptura com o que se pertence e se percorre com destreza e a emergente necessidade de diálogo com o obscuro, com o que não se percebia. O estudioso do urbanismo Kevin Lynch (1960), diz que “todo cidadão possui numerosas relações com algumas partes da sua cidade e a sua imagem está impregnada de memórias e significações”³. A cidade não se encerra em si mesma, ela é fruto de uma cadeia de acontecimentos

² CF. SOUZA, Simone de, (coord.). *História do Ceará*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994.

³ LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1960.

precedentes, de percepções de experiências passadas de seus habitantes. Sua decodificação é fruto de uma imagem individual, única e intransferível. Lynch diz ainda que “a necessidade de conhecer e estruturar o nosso meio é tão importante e tão enraizada no passado que esta imagem tem uma grande relevância prática e emocional ao indivíduo”. Ao depararem-se com a eminência de tal ruptura, os jaguaribarenses uniram-se, e nesse espírito de combate e união, criaram associações e firmaram propósitos. Deram origem a uma Casa de Memória, que arquiva até hoje lembranças de um passado que não voltará jamais, marcado pela luta de um povo sofrido, acometido de um transtorno sem igual em suas vidas.

Diante das justificativas expostas, nasceu esta pesquisa. Dividimos a dissertação em quatro corpos principais, os quais se constituem nos capítulos. O primeiro capítulo é constituído pelas experiências de cidades novas planejadas no Brasil e por um sucinto balanço da produção bibliográfica da historiografia urbana relacionada a cidades novas.

O segundo capítulo é iniciado com a contextualização do objeto deste estudo, a nova cidade de Jaguaribara. Tratamos da seca, fazendo um relato histórico das suas ocorrências e conseqüências no Nordeste do nosso país. Levantamos a problemática do sertão nordestino, a política governamental adotada como medida mitigadora dos efeitos da estiagem. A partir daí, demos espaço para introduzir a questão da relocação da cidade. Expusemos a polêmica da construção da barragem do Castanhão, cuja solução adotada foi em muito questionada por técnicos e especialistas da área. Relatamos a luta travada entre o povo e o governo em meio ao marketing positivista feito pela equipe do “governo das mudanças” em torno da criação da Nova Jaguaribara e dos possíveis benefícios trazidos pela construção do lago. Contamos a história da mudança da população, da transferência das famílias e da chegada na cidade nova.

O terceiro capítulo trata do projeto da nova cidade, fruto de um desenho urbano característico de *cidades de relocação*, o que chamamos aqui de *urbanismo tecnocrático*. Tal conceito nos remete à elaboração de

projetos urbanísticos impostos por um governo, cuja elaboração sugere uma orientação técnica e normativa em detrimento de aspectos humanos e sociais. Delineamos também as principais particularidades do projeto, cuja elaboração ficou por conta da Secretaria de Infra-estrutura do Estado do Ceará. Narramos a história da nova cidade, desde o seu surgimento, passando pelos componentes do projeto e indo até a sua inauguração. Continuamente esteve presente a preocupação de elucidar sua inserção no contexto estadual de programas de desenvolvimento e gestão de recursos hídricos. Como amostra significativa da relação que surge inesperadamente entre espaço e habitante, tratamos neste capítulo do que podemos aprender e apreender com a experiência ocorrida no Nordeste brasileiro.

Destarte, o estudo aqui apresentado almeja enriquecer a historiografia urbanística, devido à pertinência do tema *planejamento de novos núcleos urbanos no Brasil*. Não se trata de um estudo aprofundado sobre teorias urbanísticas, mas uma tentativa de situar o objeto desta pesquisa, a cidade cearense de Nova Jaguaribara, no quadro histórico do urbanismo nacional.

1 Cidades Novas Planejadas no Brasil

Com o fito de contextualizar o objeto de estudo desta pesquisa, faz-se mister compreender o planejamento de cidades novas no Brasil. Tal procedimento do urbanismo teve espaço na ordenação das cidades brasileiras ao passo que o Brasil ia sendo colonizado.

Nestor Goulart Reis Filho (1995, p.4), em sua pesquisa sobre o período colonial brasileiro, afirma que as cidades brasileiras foram desenvolvidas não despropositadamente, mas sim seguindo um perfil determinado, no qual não há “um urbanismo espontâneo e outro dirigido”. Para ele, “qualquer uma das formas é determinada socialmente, sendo sempre configurações espaciais da estruturação das relações sociais”.

A diferença entre essas formas reside no grau de elaboração técnica e teórica e no grau de consciência e coerência dos atores envolvidos, dependendo dos objetivos fixados nos programas, em planos e projetos⁴.

Ao perceber algumas das cidades novas planejadas no Brasil, detectamos que sua formação foi e é orientada por características similares, o que nos permite agrupá-las por meio de uma útil classificação, nos facilitando a compreensão.

São cinco os grupos:

- As **cidades-capitais**, que representam a simbologia de urbanismo moderno (ex.: Belo Horizonte, Goiânia, Brasília e Palmas);

⁴REIS FILHO, N. G. Notas sobre o urbanismo no Brasil -21a. parte: período colonial. *Cadernos de Pesquisa do LAP*. São Paulo, n. 9, 1995.

- As **idades de colonização**, que resultaram do avanço do homem rumo ao Oeste brasileiro (ex.: Sorriso, Londrina e Cianorte);
- As **idades das atividades econômicas**, que são as cidades criadas devidos à implantação de indústrias, de vilas mineradoras, e também as decorrentes de ciclos econômicos, tais como o da borracha (ex.: Pedra, Paulo Afonso e Carajás);
- As **idades balneárias**, criadas com o intento de promover cura, lazer, e tencionam aproveitar extensões de água pré-existentes (ex.: Águas de Lindóia, Águas da Prata e Águas de São Pedro);
- As **idades de relocação**, que são as cidades que, por força da construção de grandes projetos como barragens, hidrelétricas e usinas, tiveram de ser relocadas para outro sítio. (ex.: Ilha Solteira, Nova Ponte, Nova Jaguaribara).

1.1 CIDADES-CAPITAIS

O estudo das novas cidades-capitais tem sido amplamente abordado pela historiografia do urbanismo brasileiro. Contudo, é válido circunscrevê-lo nesta pesquisa como forma de melhor respaldar e contextualizar os demais grupos de cidades novas planejadas.

A experiência brasileira no campo das cidades novas e planejadas começou com Belo Horizonte. Desde o período colonial se cogitava a idéia de transferir a capital de Ouro Preto, premida entre serras, para um outro sítio capaz de abrigar a sede do Governo Estadual.

Criada em 1894 e chefiada pelo engenheiro Aarão Reis, a Comissão Construtora da Nova Capital ficou responsável pela criação da nova capital mineira. Os ideais de progresso e modernidade, exacerbados

pelo movimento republicano, deram conta da pretensão do Governo Mineiro em transpor a Capital do Estado de Vila Rica, hoje Ouro Preto, para a antiga Curral de Del Rey (Arraial de Belo Horizonte). As justificativas da mudança transitavam entre as limitações da velha capital Ouro Preto até as demandas surgidas com a reordenação das forças políticas e econômicas do Estado⁵. O eixo principal da economia mineira havia abandonado as minas de ouro.

Após um aprofundado estudo das condições e potencialidades oferecidas pelas localidades candidatas, Curral d'El-Rey, futuramente chamada de Belo Horizonte, foi escolhida para sediar a capital. Segundo Leme (1999, p.22), tratou-se de um estudo inédito no Brasil, onde foram analisadas “condições de salubridade, facilidades para a construção em geral e possibilidades de abastecimento, iluminação e articulação viária, bem como os custos demandados para a implantação da nova capital”. Mas cabe salientar que, dentre as cidades candidatas, duas obtiveram as melhores condições, mas o Congresso Mineiro optou por Belo Horizonte por razões políticas.

Então, a convite do então Presidente do Estado - Afonso Pena - a Comissão da Nova Capital teria um tempo hábil de quatro anos para o término do empreendimento. A embrionária cidade começou a se impor após a demolição dos antigos casebres do Arraial Belo Horizonte⁶.

Leme explica que o plano de Aarão Reis:

(...) resume boa parte da cultura técnica e das preocupações estéticas do século XIX relativas à cidade. Ele denota o conhecimento do plano L'Enfant para Washington, da reforma realizada por Haussmann em Paris e, sobretudo, do plano de La Plata, que lhe era contemporâneo e (...) divide uma mesma concepção geral⁷.

⁵ Cf. LEME, M^a. Cristina Silva (coord.). *Urbanismo no Brasil – 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM, 1999. p. 222

⁶ MOURÃO, Paulo Kruger C. *História de Belo Horizonte de 1897 a 1930*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1945.

⁷ LEME, Op. cit. p. 222

Villaça (1999, p.178), ao complementar o texto acima exposto, menciona que “este projeto reflete a absorção, pelos nossos engenheiros, do urbanismo monumental e embelezador de origem barroca”⁸, manifestado em diversos exemplos internacionais como os planos supracitados por Leme. Oficialmente, Belo Horizonte foi inaugurada em 1897, expressando os ideais do novo Brasil que se pretendia construir com a República. No entanto, como esclarece Pereira (2000, p. 48), embora no projeto da nova capital mineira um dos principais objetivos fosse a criação de uma cidade “moderna”, o parcelamento dos quarteirões em lotes muito alongados e de pouca frente refletiu uma postura bastante conservadora, comum em outras cidades brasileiras⁹.

Em 1933, mais uma cidade-capital começou a ser construída. Os governantes demonstravam o desejo inequívoco de transferir a capital do Estado de Goiás. Como elucida a pesquisa de Manso (1999, p. 17), as condições precárias da Velha Capital goiana foram apresentadas como pretexto para a criação da nova sede administrativa¹⁰. De fato, a cidade apresentava condições desoladoras.

Assim, Goiânia teve seu projeto encomendado ao urbanista Atílio Corrêa Lima, sendo substituído em 1936 pelo engenheiro e urbanista Armando de Godoy. Atílio dividiu a cidade em zonas de atividades: comercial, residencial, administrativa, industrial, rural, de vias públicas, espaços livres, praça, aeroporto e estação ferroviária. Ele utilizou-se ainda

⁸ VILLAÇA, Flávio. Uma Contribuição Para a História do Planejamento Urbano no Brasil. In: DEAK, Csaba, SCHIFFER, Sueli Ramos (orgs.). *O Processo de Urbanização no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

⁹ PEREIRA, Renata Baesso. *Arquitetura das Esquinas de Belo Horizonte*. Dissertação de Mestrado apresentada à PUC Campinas. Campinas, 2000.

¹⁰ MANSO, Celina Fernandes Almeida. *Produção do Espaço Urbano de Goiânia. Planos e Projetos. 1933-1038*. Dissertação de Mestrado apresentada à PUC Campinas. Campinas, 1999.

da topografia do sítio como recurso para escoamento de águas pluviais e para exaltação do centro administrativo localizado em ponto de destaque.¹¹

A rigidez e a formalidade do desenho ficaram restritas à parte central e o restante da cidade tem um traçado que buscou a funcionalidade, a racionalidade e a clareza de linhas, características do urbanismo moderno. Godoy inspirou-se também nas cidades-jardins de Howard, enfatizando a integração cidade-campo. Em seu centro destaca-se uma vasta praça semicircular, onde se localizam os prédios da administração do Estado. As ruas e avenidas convergem para a praça cívica, desenvolvendo-se em círculos concêntricos.



Figura 1: Região central de Goiânia

A nova capital traduziu a simbologia do urbanismo moderno da década de 1930. Possuía as linhas modernistas do século XX presentes nas cidades-jardins de Ebenezer Howard e nos Congressos Internacionais de Arquitetos Modernistas – CIAMs¹². Entretanto, Moraes (2003, p.15) faz uma relevante observação sobre o projeto de Goiânia ao explicar que

¹¹ LEME. Op. Cit. p. 228

¹² MORAES, Op.cit. p. 15

(...) a estruturação do seu espaço urbano proporcionou a formação de duas cidades distintas: a cidade do plano original e suas adjacências, onde habita a população de melhor poder aquisitivo; e a cidade periférica, que serve de abrigo para as classes sociais menos favorecidas. Ambas, entretanto, são criações do Estado¹³.

Outra crítica a ser considerada é apontada pelo pesquisador Nars Fayad Chaul (1997, p.200), em sua obra *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Chaul atesta que a mudança da capital foi uma estratégia eleitoral de seu mentor, que gostaria de trazer ao Estado uma maior inserção no mercado internacional, "(...) uma maior dinamização do processo de acumulação capitalista nas fronteiras economicamente mais desenvolvidas do estado."¹⁴. Assim, Goiânia, como Belo Horizonte e Brasília, representa o rompimento com o passado, com o colonialismo e com o urbanismo português.

Goiânia alavancou o processo de interiorização e ocupação do Planalto Central, representando a concretização de um plano econômico da Marcha para o Oeste¹⁵. Tal ocupação ganhou ênfase com a transferência da capital federal para o interior. Como Belo Horizonte, cujo surgimento deu-se a partir dos ideais nacionalista do advento da República, assim também Brasília emergiu no planalto central embalada pelo contexto nacionalista das comemorações do primeiro centenário da Independência. No dia 7 de setembro de 1922 foi colocada a pedra fundamental na cidade de Planaltina¹⁶.

Na década de 50, mais precisamente em 1956 a capital do país começou a ser implantada, transferida do Rio de Janeiro para um sítio desabitado na região Centro-oeste. Estas ocorrências, ou seja, a

¹³ Ibid.p.15

¹⁴ CHAUL, Nars Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Editora da UFG, 1997, p. 200.

¹⁵ MORAES, Op.cit. p. 81

¹⁶ LEME, Op.cit.p.230.

implantação e transferência da capital, foram levadas a efeitos com a criação da Companhia Urbanizadora da Nova Capital – NOVACAP e com a união de Juscelino Kubitschek e Oscar Niemeyer, seu antigo colaborador. O Projeto de Lei nº 2.874 lançou o edital do Concurso Público para a construção do Plano Piloto. Em 1957, Lúcio Costa recebe o primeiro prêmio. Sua proposta, explicitamente inspirada na Carta de Atenas e no urbanismo de Le Corbusier, vislumbrava a transformação das sociedades por meio das novas práticas urbanas.

A capital federal estava pensada por Costa com três partes, a saber: eixo monumental (destinado ao governo e administração), eixo rodoviário-residencial (contendo nas suas margens as quadras residenciais) e plataforma, abrigando o centro social, diversões, estação rodoviária interurbana, articulados com setor bancário e comercial, com o setor cultural e esportivo¹⁷.

Assim, a nova capital, além de representar a modernização urbana de um Brasil antes rural, tornou-se o ícone do urbanismo modernista. James Holston (1993, p.37) declara que

Brasília é uma cidade fruto dos Congressos Internacionais dos Arquitetos Modernistas. Na verdade, é o exemplo mais completo já construído das doutrinas arquitetônicas e urbanísticas apresentadas pelos manifestos dos CIAMs¹⁸.

Da mesma forma que Goiânia, Brasília surgiu como concretização do ideal desenvolvimentista. Um excelente exemplo disso foi a forma como Brasília consolidou o transporte rodoviário no país, uma vez que todos os seus acessos eram feitos por rodovias. Sua fundação ocorreu concomitantemente ao Plano de Metas de Juscelino, cujo carro-chefe era exatamente a indústria automobilística.

¹⁷ COSTA, Lucio. *Sobre Arquitetura*. Porto Alegre: Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura, 1962.

¹⁸ HOLSTON, James. *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Cia. das letras, 1993.

Apesar da incansável discussão sobre segregação, sobre a rígida distribuição das atividades em setores, entre outros, Brasília representa a meta dos princípios urbanísticos dos CIAMs, bem como uma proposta de crescimento e integração nacional. Em 1987, Brasília foi considerada patrimônio da humanidade pela Unesco e, em 1990, foi tombada pelo IPHAN.

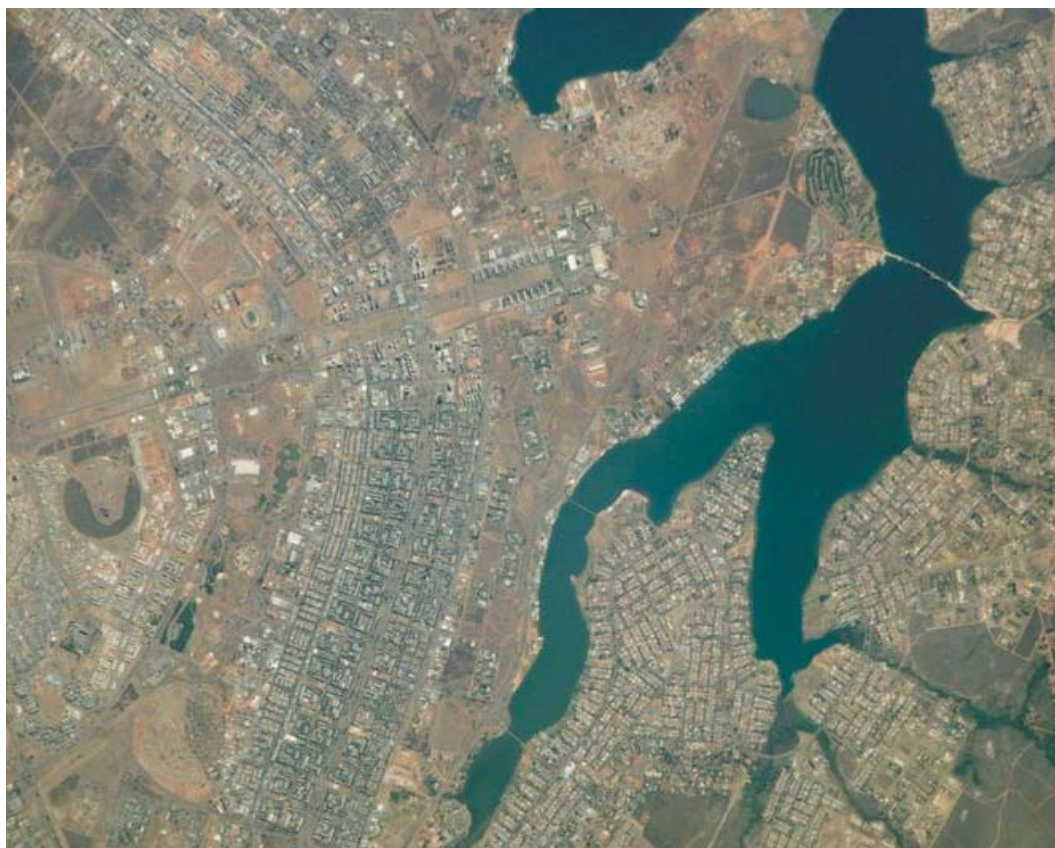


Figura 2: Vista área de Brasília

Palmas, a capital do Tocantins, foi a última cidade-capital projetada do século XX, e, certamente, uma das últimas cidades novas e planejadas do país. Foi inaugurada em 1990 e representa uma concepção moderna, com bases marcantes nos ideais urbanísticos de Le Corbusier, nos princípios da Carta de Atenas, nas cidades-jardins howardianas¹⁹.

¹⁹ MORAES, Lúcia Maria. *A segregação planejada: Goiânia, Brasília e Palmas*. Goiânia: Ed. da UCG, 2003.

Os autores do projeto, Walfredo Antunes e Luiz Fernando Crunivel Teixeira, basearam-se em estudos técnicos para a escolha do sítio, além de uma única determinação: um lugar que fosse o centro geográfico do Estado. A área escolhida, segundo os técnicos, possuía grande potencial paisagístico devido à proximidade do lago, a futura Barragem de Lageado²⁰.

Como Brasília e Goiânia, o desenho urbano de Palmas foi marcado pelo modo modernista de habitar, trabalhar, circular e divertir-se. Assim, a praça administrativa reverenciando o poder (a Praça dos Girassóis), restou localizada no ponto de maior evidência do centro urbano. O plano foi concebido a fim de enfatizar a integração do meio ambiente local com o sistema viário proposto pelos autores.

Trindade (1999, p.908) nos conta que se estabeleceu um macrozoneamento, definindo a área urbanizável inicial, duas áreas de expansão ao norte e ao sul, e uma faixa junto à Serra do Lageado como reserva ecológica. Optaram também pelo desenho ortogonal da malha urbana. Para Segawa *apud* Moraes, Palmas representa “mais uma audácia da política brasileira, de seus urbanistas e de seu povo pioneiro, que busca ocupar espaços urbanos à procura da melhoria da qualidade de vida”²¹ Em crítica à cidade, Yara Vicentini *apud* Trindade (1999, p.905) arremata: “nem todos os alertas das últimas décadas foram suficientes para impedir a idealização do modelo modernista para a nova cidade-capital dos anos 1990, a cidade de Palmas.”²².

Trindade então conclui que “o desenho de Palmas é, no mínimo, equivocado.” Quando comparado às vizinhas, a barroca Goiânia e a Brasília modernista, constata-se a falta de inovação e “a perda de uma

²⁰ TRINDADE, Dirceu Lima da. O Desenho Urbano de Palmas. In: *Fragmentos de Cultura*. 4 ed. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2000, v. 09, p. 903

²¹ MORAES, op.cit.p.148

²² TRINDADE. op. cit. p. 905

oportunidade de realizar uma cidade contemporânea, ‘ecológica’ e ‘ambientalista’,” conforme o memorial da concepção.²³

1.2 CIDADES DE COLONIZAÇÃO

Durante o Brasil-colônia, a mineração foi responsável pela criação de vários núcleos populacionais nas regiões Nordeste e parte da região central do país. Posteriormente, com o crescimento da pecuária extensiva, povoaram-se as regiões Sudeste e Sudoeste de Goiás. O avanço das frentes pioneiras de agricultura, pastoreio e extração mineral nas áreas centro-norte e noroeste do país constituiu o eixo central de formulação de uma Política Urbanizadora Nacional²⁴. Como parte deste projeto, podemos citar o movimento expansionista de 1930, surgido no período pós-revolução. Com o programa “Marcha para o Oeste”, cujo objetivo era a ocupação da região Norte a partir de Goiás e em direção à Amazônia, e com a Companhia de Terras Norte do Paraná, é que o número de cidades novas deste grupo adquiriu maior significância.²⁵

A ocupação da região Centro-oeste marcou o andar para a interiorização do país, tendo como marco representativo a construção de Goiânia (1933-1937). O programa Marcha para o Oeste, instituído em 1938 por Getúlio Vargas, induziu a formação de novos centros urbanos e econômicos e marcou o estabelecimento de agroindústrias, o que ocorreu essencialmente com o protecionismo do Estado. Transcorrida por cerca de quarenta anos, a Marcha Para o Oeste fundou cerca de 43 vilas e cidades,

²³ Ibid. p. 916

²⁴ SCHERER, Rebeca. *Sistematização crítica do conjunto dos trabalhos: contribuição para a abordagem interdisciplinar na área de urbanização e planejamento territorial e urbano*. São Paulo: FAU-USP, 1994. Tese Livre Docência.

²⁵ MORAES, op.cit.p.77

construiu 19 campos de pouso, contactou mais de cinco mil índios e percorreu 1,5 mil quilômetros de picadas abertas e rios.²⁶

Como parte deste processo de ocupação do Oeste do território nacional, a Companhia de Terras Norte do Paraná - CTNP, empresa privada de capital britânico e subsidiária da inglesa *Paraná Plantation Company*, passou a promover o planejamento territorial da região com o parcelamento das áreas rurais e a instalação de uma rede de cidades com aproximadamente 69 sedes de municípios²⁷, sob forte influência das concepções do *town and country planning* formuladas pelos urbanistas ingleses. A CTNP, vendida a um grupo nacional em 1939, quando então passou a ser chamada Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, colonizou uma área correspondente a 13.166 km².²⁸

A marcha pioneira da CTNP avançou em direção ao norte do Paraná e à região noroeste de São Paulo, tendo como eixo as linhas ferroviárias então abertas e trazendo consigo os grandes cafezais. A estratégia da Companhia para o estabelecimento da rede de cidades - um plano geral de ocupação - foi manter a estreita relação entre as vias de comunicação e as aglomerações e a regularidade na distância entre os assentamentos urbanos: cidades planejadas para se tornarem grandes centros prestadores de serviços, posicionados sempre a uma distância de 100 km entre si, e cidades menores, planejadas como centros de abastecimento da população rural, com no máximo 15 km de distância entre si²⁹.

²⁶ Ibid.

²⁷ BARNABÉ, M.F. *Organização espacial do território e o projeto da cidade: o caso da Companhia de Terras Norte do Paraná*. 1989. Dissertação de Mestrado apresentada à Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 1989.

²⁸ COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. *Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná*. São Paulo, 1975. Publicação comemorativa dos 25 anos da CMNP.

²⁹ Ibid.

Entre as cidades originárias desse processo, podemos citar Londrina, Maringá, Cianorte, Umuarama e Apucarana.



Figura 3: *Cianorte, projeto do engenheiro Jorge de Macedo Vieira.*
Foto: Governo do Estado do Paraná

Em meados da década de 1970, para intensificar o processo de colonização e transferir populações excedentes de outras regiões como Sul e Nordeste, foi desenvolvido um projeto de construção de uma rodovia que uniria o litoral nordestino à fronteira com o Peru: a Transamazônica, a qual percorreria 8.100 km do território nacional. Com o Programa de Integração Nacional – PIN o governo pretendia atingir regiões mais isoladas, colonizando toda a Amazônia e garantindo a soberania nacional.³⁰ O projeto visava à implantação de agrovilas ao longo da estrada, como tentativa de solucionar um dos grandes problemas do momento: a seca do Nordeste, incentivando a migração para os pontos estratégicos da rodovia. Muitas cidades novas surgiram ao longo da rodovia, muitas delas planejadas. Além da Transamazônica, outras rodovias foram construídas como a Cuiabá-Santarém e a Cuiabá-Porto Velho. Rodovias como a Belém-Brasília e a Brasília-Acre também apareceram nos dados sobre os fluxos migratórios como responsáveis pela expansão da fronteira agrícola nas regiões limítrofes da Floresta Amazônica³¹. Como exemplo disso, podemos mencionar o município de Sorriso, situado no Pará, no km 742 da rodovia

³⁰ Cf. SANTOS, Milton, SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*, 2ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 65

³¹ Cf. Santos. op. cit.

BR 163, Cuiabá-Santarém. Sua fundação deu-se através de um projeto de colonização privada, com a maioria absoluta de sua população constituída de migrantes provenientes da região sul do País, principalmente dos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Em 1986, Sorriso foi elevada à categoria de município.

Conforme já explanado, as cidades de colonização nasceram, sobretudo, como fruto de uma política integradora, tendo os novos núcleos urbanos surgido a partir da década de 1970.

1.3 CIDADES DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

Neste grupo, lançamos as cidades novas planejadas originadas da exploração de atividades econômicas, como a borracha e a mineração. Também contemplamos cidades nascidas próximas a empreendimentos industriais, seja para abrigar os operários da construção de tais empreendimentos, como no caso de barragens, seja para a moradia dos funcionários da empresa.

Importa advertir que há uma grande dificuldade em classificar tais cidades planejadas, pois algumas delas talvez possam ser alocadas em mais de um grupo. Contudo, nosso esforço é para que esta classificação seja benéfica ao entendimento da produção de cidades no território nacional.

As pesquisas em vilas empresariais e núcleos fabris da prof.^a dr.^a Telma Correia e do saudoso prof. dr. Philip Gunn muito contribuíram para a historiografia do urbanismo. Eles afirmam em seu texto *O Habitat Operário no Nordeste Industrial: os núcleos fabris de Paulista e Rio Tinto* que não apenas as empresas privadas têm contribuído na construção de núcleos residenciais, mas também o Estado. Neste âmbito, a ação do Estado esta voltada para a construção de cidades-capitais e uma variedade

de assentamentos empresariais criados por companhias estatais ³², a exemplo de Carajás e Tucuruí no Pará (Companhia do Vale do Rio Doce), Paulo Afonso na Bahia (Companhia Hidro Elétrica do São Francisco), Volta Redonda no Rio de Janeiro (Companhia Siderúrgica Nacional). No entanto, segundo os pesquisadores, as empresas privadas, no século XIX e XX, têm construído consideravelmente mais assentamentos residenciais. Não obstante, Correia (1995, p.13) aponta que no Brasil, sob a designação genérica de *vilas operárias*, foram reunidas no Brasil as experiências mais diversas: “conjuntos construídos por empresas imobiliárias para aluguel ou venda a proletários urbanos, por empresas ferroviárias para seus funcionários, por indústrias e usinas para seus operários, técnicos e administradores”³³ e, como supracitado, pelo Estado.

Os núcleos residenciais criados por estatais e empresas privadas encontram-se espalhados por todo território nacional, e suas implantações devem-se às indústrias têxteis, de calçados, de papel, madeiras, empresas de mineração, siderúrgicas, fábricas de cerâmica, de cimento, de aço, petroquímicas, usinas de açúcar, frigoríficos, dentre outros. Muitos destes núcleos mantiveram a condição de núcleo fabril, enquanto outros foram absorvidos em um tecido urbano ou metropolitano e se transformaram em bairros ou cidades periféricas. ³⁴

Estes assentamentos humanos, surgidos da instalação de empresas, são chamados na literatura técnica inglesa de *Company Town*. Esse termo é usado para designar vilas de caráter autárquico, associadas a companhias das mais diversas áreas de atuação, em empreendimentos que necessitem de apoio direto de setores habitacionais. ³⁵

³² CORREA, T.; GUNN, P. O. M. O Habitat Operário no Nordeste Industrial: os núcleos fabris de Paulista e Rio Tinto. In: Amélia Panet (org.). (Org.). *Rio Tinto: estrutura urbana, trabalho e cotidiano*. 1 ed. João Pessoa: UNIPE Editora, 2002, v. 1, p. 140

³³ CORREIA, Telma de Barros. *Pedra: Plano e Cotidiano operário no Sertão* - o Projeto Urbano de Deliro Gouveia. Tese de doutorado apresentada a FAUUSP. São Paulo, 1995.

³⁴ CORREA, T.; GUNN, P. O. M. *ibid.* p. 140

³⁵ FARAH, Flávio; FARAH, Marta Ferreira Santos. *Vilas de mineração e barragens do Brasil: relato de uma época*. IPT, São Paulo, 1993.

Para um melhor entendimento, cabe um esclarecimento quanto à nomenclatura das *company towns*, já que Correia explica que o uso freqüente na bibliografia nacional do termo “vilas operárias” não contribui para a nossa compreensão. As *company towns* são exatamente as novas cidades criadas, os “núcleos fabris”. De outro lado, “vilas operárias” são os agrupamentos populacionais criados dentro de cidades ou subúrbios existentes, mas que conservam uma autonomia em relação às autoridades urbanas, um isolamento da cidade³⁶.

As *cidades do ciclo da borracha* são, igualmente, um segmento deste terceiro grupo – o das cidades das atividades econômicas. A extração e comercialização da borracha promoveram a expansão e ocupação da região Norte do país. Sobretudo é a partir da década de 30 que se iniciou a ocupação e o desenvolvimento da região Amazônica. Contudo, a gênese das cidades neste local se deu desde os fortes e missões implantados até o século XVII, na Bacia Amazônica, como estratégias de apropriação e domínio territorial³⁷. A perspectiva de apropriação de novos territórios incluía uma maior penetração e domínio da floresta. A expansão urbana decorrente do *boom* da borracha, que ocorreu a partir da metade do século XIX e se estendeu até o final da 1ª Guerra Mundial, transformou o quadro da urbanização na região Norte do país, mais enfaticamente até 1960³⁸. Com a queda da atividade extrativista, no período de 1940 a 1950, houve um esvaziamento nas pequenas cidades e vilas criadas, tais como Brasiléia, Sena Madureira e Xapuri no Acre.

Vale citar Fordlândia como exemplo de criação de cidades por conta do extrativismo da borracha, hoje denominada Belterra, no Estado do Pará. O núcleo urbano surgiu na década de 1920, quando o empresário

³⁶ CORREIA, Telma de Barros. *Pedra: Plano e Cotidiano operário no Sertão - o Projeto Urbano de Deliro Gouveia*. Tese de doutorado apresentada a FAUUSP. São Paulo, 1995. p. 13

³⁷ Cf. VICENTINI, Yara. *Cidade e História na Amazônia*. Tese de Doutorado apresentada à FAUUSP. São Paulo, 1994. p. 21.

³⁸ Cf. *Ibid.* p. 20

norte-americano Henry Ford adquiriu uma gleba de terra perto da cidade de Santarém. Ford tinha a intenção de abastecer sua empresa de látex por meio da extração da borracha em Fordlândia, elemento extremamente necessário a confecção de pneus para seus automóveis, que até então dependiam da borracha da Malásia, mas que era colônia britânica. A essa área Ford chamou de 'Bela Terra', que depois passou a ser chamada de 'Belterra'. Em cinco anos, o projeto ganhou dimensões incomuns para a região naquela época: campos de atletismo, lojas, prédios de recreação, clube de sinuca, cinema. No entanto, o final da 2ª Guerra Mundial, a morte do filho de Henry Ford, a grande incidência de doenças nos seringais e, principalmente, a descoberta da borracha na Malásia foram culminantes para a decadência do projeto. A partir daí, a área foi negociada com o Brasil e a Companhia Ford abandonou o sonho. Durante 39 anos, Belterra foi esquecida e a "cidade americana" foi transformada, entre outras denominações, em Estabelecimento Rural dos Tapajós (ERT), ficando sob supervisão do Ministério da Agricultura. Somente em 1997, os moradores de Belterra conseguiram a emancipação do município.

Entre outras cidades deste grupo, podemos salientar o município de Luís Eduardo Magalhães, na Bahia, que surgiu associado à cultura da soja; Laranjal do Jarí, no Amapá, ligada à Companhia Jarí Florestal Agropecuária Ltda., cujo objetivo era a extração da celulose e exploração da castanha³⁹.

1.4 CIDADES BALNEÁRIAS

As estâncias hidrominerais têm sido, até hoje, pouco exploradas pela historiografia das cidades novas, nada obstante representarem, sem sombra de dúvidas, um campo de pesquisa por absolutamente rico.

³⁹ Cf. LINS, C. *Jari: setenta anos de história*. Almeirim, Pa: Prefeitura Municipal de Almeirim, 1991.

Segundo Franco (2005), os primeiros projetos urbanísticos realizados para estâncias hidrominerais no Brasil datam da metade do século XIX, quando as práticas de hidrotermalismo e de vilegiatura com finalidades terapêuticas tornaram-se mais comuns no país⁴⁰, embora figurassem como intervenções de caráter mais pontual. Nesse período, Caxambu e Poços de Caldas, em Minas Gerais, Caldas da Imperatriz, em Santa Catarina e Petrópolis, no Rio de Janeiro já se encontravam devidamente equipadas para o hidrotermalismo⁴¹. Tal interesse por fontes minerais e banhos, como forma de tratamento de doenças ou como meio para conservar a saúde chegou ao Brasil ainda no século XIX. A família real mantinha o hábito de freqüentar as fontes do Rio de Janeiro⁴².

Algumas das estâncias foram amplamente influenciadas pelas cidades-jardins de Ebenezer Howard. Segundo Franco, havia

(...) uma proposta de criação de um novo tipo de cidade, com características diferenciadas em relação às cidades tradicionais, preconizando uma integração entre cidade e campo, com grandes áreas verdes permeando o tecido urbano e também o sistema viário com as avenidas-parque e os boulevards arborizados (...)⁴³.

Em 1936, a estância hidromineral de Águas de São Pedro, foi projetada pelo engenheiro Jorge de Macedo Vieira no estado de São Paulo. Vieira *apud* Franco acrescenta que a estância

foi projetada com características de uma cidade de repouso, de baixa densidade, com abundância de espaços livres e foi dividida em duas únicas zonas: a comercial, muito pequena e a residencial (...)⁴⁴.

⁴⁰ FRANCO, Amanda Cristina. *Cidades de cura, cidades de ócio - a influência de concepções estrangeiras no urbanismo de três estâncias paulistas: Águas de Lindóia, Águas da Prata e Águas de São Pedro: 1920-1940*. Dissertação de Mestrado apresentada à EESC – USP. São Carlos, 2005.

⁴¹ Ibid.

⁴² Cf. PORTO, Daniele Resende. *Barreiro de Araxá : projetos para uma estância hidromineral em Minas Gerais*. Dissertação de Mestrado apresentada à EESC – USP. São Carlos, 2005.

⁴³ FRANCO, 2005. op.cit.

⁴⁴ VIEIRA *apud* FRANCO. *ibid.*

Além disso, uma Estância ou uma “Cidade-Saúde” possuía características próprias diferentes das cidades pioneiras de colonização, como explica a pesquisa de Antônio Carlos Bonfato (2004, p. 145). Além da atração de residentes fixos, de trabalhadores e de visitantes, as águas medicinais poderiam proporcionar um novo fluxo de demanda à futura estância: a de pessoas convalidas, que viajavam à Europa para tratamento hidroterápico. Tal característica fez da questão sanitária um dos pontos chaves das cidades balneárias⁴⁵.

Da mesma forma, o plano para Águas da Prata visava criar uma cidade voltada à cura e ao lazer. O projeto foi coordenado pelo engenheiro Mauro Álvaro de Souza Camargo, que teve encarregado do projeto urbanístico da estância João Florence de Ulhôa Cintra⁴⁶. Assim como no projeto de 1956 de Luís Saia para Águas de Lindóia. Neste, foi proposto um sistema de parques e vias de ligação ocupando os espaços vazios que separavam os núcleos ocupados para vencer a fragmentação do tecido urbano da Águas da Prata.

1.5 CIDADES DE RELOCAÇÃO

Igualmente inexploradas pela historiografia estão as chamadas cidades de relocação.

Este grupo é assim denominado por ser constituído de cidades que surgiram a partir da relocação de núcleos urbanos existentes, que precisaram ser desocupados por conta da implantação dos chamados “grandes projetos” de infra-estrutura, os quais abrangem hidrelétricas, usinas, açudes e outros. Considerando apenas os oito maiores reservatórios

⁴⁵ BONFATO, Antônio Carlos. *Águas de São Pedro por Jorge de Macedo Vieira: ressonâncias e traduções do modelo “Garden City” na estância hidromineral paulista*. Dissertação de Mestrado apresentada à PUC Campinas. Campinas, 2003.

⁴⁶ FRANCO, 2005. op.cit.

de água brasileiros construídos, é estimada uma população superior a 300 mil pessoas remanejadas. Além disso, o programa de expansão da Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras prevê a realização de estudos para avaliar a viabilidade de implantação de mais de 440 usinas hidrelétricas no Brasil até 2010.⁴⁷

Como explica Adriana Crema (2005, p. 87), em sua pesquisa sobre uma cidade relocada devido à implantação de uma hidrelétrica em Minas Gerais, a terminologia “grandes projetos” tem sido amplamente utilizada

(...) por cientistas sociais de diferentes áreas, indicando a mobilização de expressivos recursos financeiros, tecnológicos e humanos por parte de grupos econômicos nacionais e estrangeiros de grande porte, em geral coordenados pelo Estado, vinculados à ocupação territorial e ao crescimento econômico, com grande impacto nas esferas local, regional e nacional⁴⁸.

Os grandes projetos aparecem na história com maior significado a partir da década de 1950 e estão diretamente ligados ao acelerado processo de industrialização do país. Os novos empreendimentos industriais, os serviços e o progresso favoreceram a adoção de equipamentos urbanos que melhorariam a qualidade de vida de seus habitantes. Assim, grandes investimentos em infra-estrutura foram necessários para auxiliar o crescimento da indústria nacional⁴⁹, e, por meio disso, surgiram as políticas setoriais e os planos de investimentos, como os grandes projetos que comportavam empreendimentos de grande porte.

A prática tradicional do setor elétrico, por exemplo, quanto às pessoas residentes nas áreas afetadas consistia na desapropriação das extensões territoriais onde eram instaladas as usinas, mediante o

⁴⁷ CREMA. Op. cit.

⁴⁸ Ibid. p. 119

⁴⁹ BORTOLETO. Elaine Mundim. *Os Impactos do Complexo Hidrelétrico de Urubupungá no Desenvolvimento de Andradina-SP*. Dissertação de mestrado apresentada à UNESP, 2001.

pagamento de indenizações⁵⁰. Não obstante, a partir dos anos 80, houve um novo enquadramento legal. Como elucida Crema, os órgãos financiadores de grandes projetos, como o Banco Mundial e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento passaram a condicionar a concessão de recursos à elaboração de um plano de remanejamento populacional, exigindo no quadro do planejamento as referências ao tratamento a ser dado à população sujeita ao remanejamento involuntário⁵¹.

No entanto, aliado à ideologia deste discurso desenvolvimentista empregado na implantação de grandes obras estão os impactos sociais e ambientais contidos nas mudanças impostas. Entre estes, podemos relacionar com o nosso estudo os ligados às populações diretamente atingidas, como por exemplo, os alagamentos provocados pelos reservatórios, caso em que cidades inteiras, ao longo da história das utopias do progresso, têm submergido nas águas.

Podemos exemplificar com dois casos no Nordeste no Vale do São Francisco: o caso do Sistema Itaparica em Pernambuco e o caso Sobradinho na Bahia. A formação do reservatório de Itaparica exigiu a relocação de 10.500 famílias de sete municípios pernambucanos e baianos. Quatro cidades foram atingidas: Petrolândia e Itacuruba, em Pernambuco, Rodelas e Chorrochó/Barra do Tarrachil, na Bahia⁵². No entanto, há 20 anos os moradores de Rodelas – na Bahia, Petrolândia e Itacuruba – em Pernambuco - e outros povoados atingidos pelo reservatório aguardam a transferência de sua população. Segundo o presidente da CHESF, Dilton da Conti, em declaração no portal da Companhia, em janeiro de 2006, o reassentamento de Itaparica já consumiu mais de R\$ 2 bilhões e sua conclusão é uma das prioridades. No caso da usina hidrelétrica de Sobradinho, na Bahia, quatro cidades - Casa Nova, Sento Sé, Remanso e Pilão Arcado - foram submersas pelas águas. Nos 4.512 km inundados,

⁵⁰ CREMA. Adriana Oliveira. *A cidade dos "afogados" : a memória, a história e a luta pelo direito à cidade de Nova Ponte*. Dissertação de Mestrado apresentada à EESC – USP. São Carlos, 2005.

⁵¹ Ibid.p.111

⁵² Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Disponível em: www.chesf.gov.br

viviam 11 mil pessoas, as últimas famílias saíram em 1977.⁵³ Ainda no Nordeste, o núcleo inicial da cidade de São Rafael no Rio Grande do Norte foi inundado pela barragem Armando Ribeiro Gonçalves em Açu, onde ficou constatada a ineficácia do sistema e não houve a implantação de projetos de irrigação. Nem todos os habitantes foram indenizados e os que foram consideraram os valores irrisórios⁵⁴.



Figura 4: Imagem do Vale do São Francisco

Outro exemplo no Sul do país é Itá, no estado de Santa Catarina. No final da década de 1960, o Governo Federal brasileiro planejou para o Rio Uruguai uma série de 25 pontos de aproveitamento de suas águas para geração de energia elétrica. Esses pontos geraram espelhos d'água que cobriram territórios que constituíram – como no caso da cidade

⁵³ SIGAUD, L. Efeitos de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho. In: ROSA, L. P.; SIGAUD, L.; MIELNIK, O. (Org.). *Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares: aspectos econômicos, tecnológicos, ambientais e sociais*. São Paulo: Marco Zero, 1988. p. 83-166.

⁵⁴ Ibid.

de Itá - núcleos urbanos e rurais e também espaços naturais primários. Em 1996, em função da Barragem do rio Uruguai, a cidade ganhou uma nova sede, totalmente planejada e com uma infra-estrutura muito superior à da antiga Itá.

Na região Sudeste, toda a área urbana da velha cidade de Nova Ponte foi inundada em 1993 pelas águas da barragem da Usina Hidrelétrica de Nova Ponte e sua população foi reassentada na nova cidade, construída a 3 km da antiga sede.

Ao longo da história e em vários lugares do mundo, o homem vem criando cidades pelos mais variados motivos ou pretextos. Mas apenas no Brasil, e mais especificamente no Nordeste, a preocupação com a exigüidade dos recursos hídricos tem determinado ultimamente tantos acontecimentos relacionados ao planejamento de cidades novas. Como ocorreu com Nova Jaguaribara, alvo deste estudo e que faz parte do grupo de cidades dos grandes projetos. Assim como Nova Ponte e Itá, em outras regiões do país, a cidade de Jaguaribara teve sua área urbana inundada em sua totalidade e os moradores se viram diante da irrevogável questão: mudar ou submergir?

2 A seca, o Castanhão e o Naufrágio de uma Cidade

O processo de implantação de um novo núcleo urbano se dá em vários ensejos, como foi anteriormente elucidado. Para contextualizar tal processo exporemos um pouco da história da seca que se funde com a história da região Nordeste, cuja maior parte do território se insere no semi-árido. Nesta pesquisa, as estiagens nordestinas representam mais que uma condição climatológica que se configura como cenário da trama. A escassez de chuvas representa a justificativa maior para o acontecimento que mobilizou diversos setores da sociedade no final da década de 1990, no estado do Ceará.

2.1 A SECA

Cientificamente, a definição de “seca” não consiste apenas em “falta d’água”, como popularmente é referenciado. O fenômeno pode ser caracterizado pela ausência parcial ou total das chuvas ou sua má distribuição⁷⁹. Conforme o *National Drought Mitigation Center*, da *University of Nebraska*⁸⁰, existem algumas classificações que podem amparar nossa pesquisa, no fito de melhor compreender o que configura um período de seca. Como parte dessa classificação estão os seguintes tipos de seca: meteorológica, edáfica, hidrológica e socioeconômica.

A *meteorológica* materializa-se quando ocorre uma queda na precipitação normal por um determinado período de tempo. Os critérios para

⁷⁹ CARVALHO, O. *A Economia Política do Nordeste (seca, irrigação e desenvolvimento)*. Ed.Campus: Rio de Janeiro, 1988. 505 p.

⁸⁰ [NATIONAL DROUGHT MITIGATION CENTER](http://drought.unl.edu). 1995. Disponível em: <<http://drought.unl.edu>>

que esta ausência de precipitação seja considerada seca variam de acordo com as características climáticas nas diversas regiões do mundo. Nos Estados Unidos, ocorreu em 1942 uma precipitação de menos de 2,5 mm de chuva em 48 horas; na Grã-Bretanha, em 1936 houve 15 dias consecutivos com precipitação diária menor que 0,25 mm; na Líbia, em 1964 houve uma precipitação anual menor que 180 mm; na Índia, em 1960, uma precipitação na estação chuvosa deficiente em duas vezes o desvio padrão; em Bali, no ano de 1964, houve um período de seis dias sem chuva.



Figura 5: Imagem da seca. Vegetação e solo destruídos.

A seca pode ser também *edáfica* ou *agrícola*, que se constitui como o segundo estágio de uma seca. A falta de umidade afeta o desenvolvimento e/ou a sobrevivência de culturas agrícolas, pastoris e florestais. A *seca hidrológica* se refere às deficiências no suprimento de água superficial ou subterrânea. É mister ressaltar que existe um intervalo de tempo entre o começo da ausência de precipitações e o decréscimo de água em rios, lagos e reservatórios. A partir deste ponto a seca afeta áreas maiores⁸¹.

Um outro conceito de seca seria o aplicado à esfera *socioeconômica*. Neste quadro, a seca afeta a produção de bens de consumo, causando transtornos à economia da região atingida⁸².

⁸¹ Cf. [NATIONAL DROUGHT MITIGATION CENTER](http://drought.unl.edu). 1995. Disponível em: <<http://drought.unl.edu>>

⁸² Cf. CARVALHO, op. cit.

Além desses tipos, convém também classificar as estiagens em "seca" ou "verde". A primeira corresponde à paisagem normal de uma seca. A segunda ocorre quando, apesar da paisagem verde e das chuvas, não há precipitação suficiente e as perdas da produção agrícola variam de pelo menos 30% a 50% do que se esperava colher⁸³, conforme leciona Carvalho(1988). As conseqüências mais evidentes de grandes secas são: fome, desnutrição, miséria e migração para centros urbanos.

Em verdade, a seca incide no Brasil bem como também na África, Ásia, Austrália e América do Norte. Nas diversas regiões semi-áridas do mundo essa questão já foi solucionada pela tecnologia. Os casos de Israel e do oeste dos Estados Unidos são exemplos de que a idéia da condição semi-árida não está irremediavelmente relacionada com a da miséria. Em Israel, por exemplo, a irrigação com alta tecnologia foi uma resposta ao problema da seca. Cerca de 20% de toda a eletricidade usada naquele país é despendida bombeando água para essa finalidade.⁸⁴ No Brasil, a idéia de que a tecnologia pode ser uma grande aliada no combate às mazelas da escassez de água, ainda parece ser algo um tanto distante. A irrigação em grande escala, por exemplo, enfrenta dois problemas: o seu alto custo e as enormes distâncias envolvidas. Diante disso, a comunidade científica tem se mobilizado e tem sido incitada a produzir alternativas. Uma delas foi provocar chuvas artificiais por meio de aviões, que espalham químicas na atmosfera. Tal alternativa mostrou-se inviável. Outra idéia seria o aperfeiçoamento dos métodos de previsão do clima, com satélites artificiais e redes coletoras de informações atmosféricas coordenadas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (reforçado por institutos estaduais), alternativa esta muito útil, pois permite prever épocas de plantio e colheita para enfrentar períodos de seca.⁸⁵ A construção de açudes

⁸³ Cf. CARVALHO, O. 1988. Ibid.

⁸⁴ Ibid.

⁸⁵ Ibid.

subterrâneos, fruto de estudo realizado por técnicos da Universidade Federal de Pernambuco e implementado no governo Arraes pela Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Pernambuco, seria uma alternativa que permitiria acumular no solo a água das chuvas, protegendo-a da radiação solar direta.

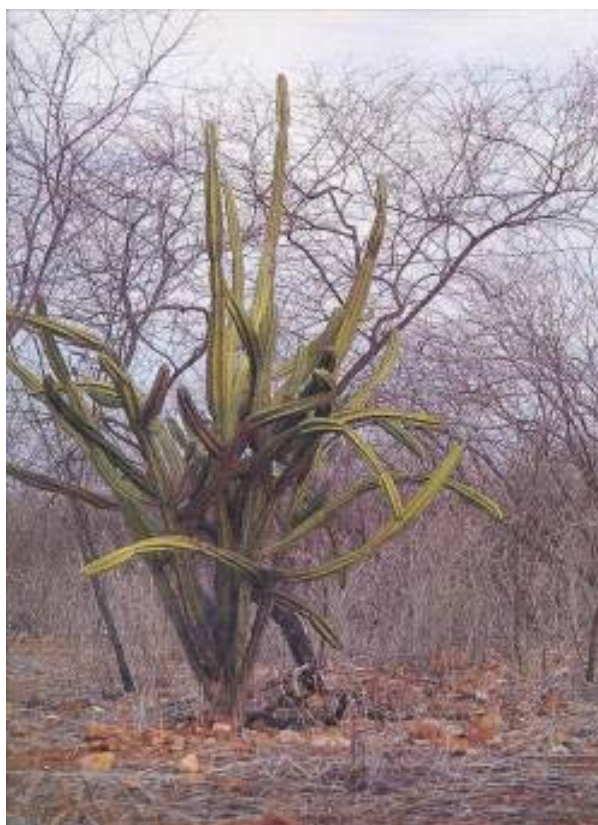


Figura 6: Uma imagem do Nordeste, castigado pelos períodos de estiagem.

O regime climático do Nordeste, bem como a ocorrência de chuvas, são determinados principalmente pelo deslocamento do Centro de Convergência Intertropical (CIT), conhecido por *doldrum*, para o hemisfério sul e também pela sua posição em relação à região.⁸⁶ Assim, as chuvas serão maiores quanto maior for sua atividade frontal no sul do Brasil e no Golfo do México. Este fenômeno pode ser caracterizado como o encontro de massas de ar dos dois hemisférios na zona equatorial. A ascensão conjunta

⁸⁶ CAMPOS, E.J.D. *Estudos da circulação oceânica no Atlântico tropical e na região oeste do Atlântico subtropical sul*. Tese de Livre-Docência. Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo. 1995.

destas provoca uma zona de aguaceiros e trovoadas. Na ausência do *doldrum* o Nordeste é dominado pelo anticlone do Atlântico Sul, com ventos alísios que sopram na direção sudeste ou leste, constituindo a Massa Equatorial Atlântica. Com a presença destes ventos o *doldrum* é deslocado para o norte do Equador, o que resulta na falta de chuvas.⁸⁷

De fato, a seca tornou-se o principal referencial de identificação do Nordeste brasileiro. Cerca de 51 milhões de brasileiros vivem no Nordeste⁸⁸, área que cobre 18% do território nacional. Delimitado pelo Governo Federal, na Lei n° 1348 de 10 de fevereiro de 1951, o *Polígono das Secas*, cuja área é de 936.993 km², equivale a mais da metade do território da região Nordeste (cerca de 52,7%), indo do Piauí até parte do norte de Minas Gerais⁸⁹. O clima é semi-árido e a vegetação de caatingas. O solo é raso na sua maior parte e a evaporação da água de superfície é grande. Esta área pode ser classificada como a de maior probabilidade de sofrer os efeitos das secas periódicas.

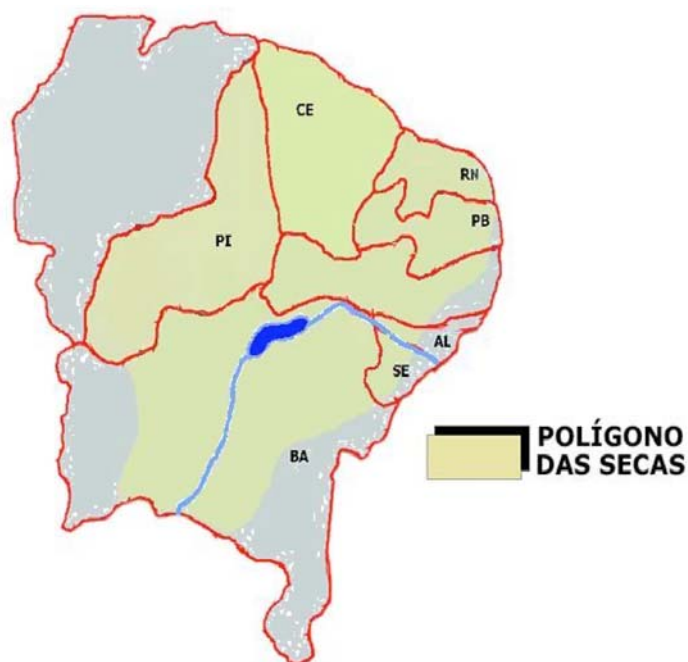


Figura 7: Mapa da região Nordeste com delimitação do Polígono das Secas

⁸⁷ Ibid.

⁸⁸ Segundo o resultado do censo (IBGE 2005), o Nordeste possui uma população de 51.019.091 habitantes.

⁸⁹ BOTELHO, Cássio Lóssio. Uma cosmovisão da seca no semi-árido (sertão nordestino). In: *Revista da Sociedade cearense de Geografia e História*. Fortaleza: 1998. p. 11-20.

Além das estiagens, o Nordeste enfrenta outro sério problema, que se refere à questão das enchentes. Nos anos em que ocorrem grandes precipitações de chuvas, os solos pouco permeáveis e de vegetação rala não têm capacidade para absorver toda a chuva. Este fato, aliado ao desmatamento, faz com que as águas corram para os rios aumentando seu volume e causando problemas para as populações vizinhas aos corpos hídricos.⁹⁰

A eminência da crise da água, traz-nos de encontro a uma série de questões deveras complicada. Líderes mundiais, principalmente no último século, têm discutido a problemática da falta de água, da seca e da irregularidade das chuvas. A emergência de questões ambientais que entraram em cena desde o final da década de 60, e com maior destaque em meados dos anos 80, colocou em pauta a importância de um modelo de desenvolvimento que passe a conciliar crescimento econômico e conservação de recursos naturais. O principal fórum para essa discussão foi a ECO-92 - Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Vários estudiosos, como o geógrafo Caio Lóssio Botelho, discorrem sobre o assunto, na tentativa de melhor compreender a má utilização dos recursos e preencher os vazios literários a respeito do tema “secas”.

Segundo Botelho (1998, p.11), a seca existe no Nordeste semi-árido desde quando este se organizou ecológica, climática e geograficamente. Ela é caracterizada não pela absoluta falta de chuvas, mas por sua má distribuição no tempo e no espaço⁹¹. Por exemplo, na Alemanha e França o índice médio pluvial é de 690 mm por ano e estes países não apresentam secas, enquanto no Ceará, esse índice é em torno de 750 mm.

⁹⁰ IMOPEC. *Água: conquista da cidadania*. Fortaleza, 1994.

⁹¹ BOTELHO, Cássio Lóssio. Uma cosmovisão da seca no semi-árido (sertão nordestino). In: *Revista da Sociedade cearense de Geografia e História*. Fortaleza: 1998. p. 11-20.

Sendo assim, como leciona Botelho, o sertão nordestino constitui-se uma anomalia na climatologia mundial, visto que a latitude no Nordeste e do Ceará é idêntica à da Amazônia. Sob o ponto de vista da geografia astronômica o nosso sertão deveria ser uma continuação da Amazônia super-úmida e deveria ter climas semelhantes. Isto é o que ocorre em toda faixa equatorial do planeta. Esta exceção do Nordeste semi-árido determina, para Botelho, que a nossa semi - aridez tenha um comportamento muito diferente das regiões áridas e semi - áridas das zonas temperadas, subtropical e glacial. A área semi-árida de outras zonas temperadas como Arizona, Colorado e Novo México nos Estados Unidos, Marrocos na África e Israel no Oriente Próximo têm vários instrumentos d'água: geada, granizo, nevada e chuva, enquanto o nosso semi-árido equatorial tem apenas um: a precipitação pluvial. Botelho afirma ainda que:

Enquanto o Nordeste brasileiro só aproveita a 8% das águas precipitadas, os países do semi-árido temperado aproveitam 63%. Isto se dá pela sua localização astronômica (equatorial), onde a insolaç

ão, a
 evapora
 ação e
 a
 evapotr
 anspira
 ção são
 uma
 das
 mais
 elevada
 s do
 planeta
 92

Destarte, o Nordeste brasileiro é a única região equatorial do planeta de característica semi-árida, verificando-se um conflito entre o clima e a meteorologia⁹³. Outros autores como Rodolfo Theophilo⁹⁴, Sampaio Ferraz⁹⁵ e Francis Hull⁹⁶ relacionam a ausência de chuvas com a menor atividade das manchas solares, correspondendo as secas aos pontos mínimos de atividade das manchas solares, que distam em média 11 anos um do outro, o que explicaria a repetição do ciclo de secas a cada 11 anos que acontece desde o século XVI.

O período de chuvas no Nordeste tem duração variando de quatro a seis meses, acontecendo de janeiro a abril (ou junho), chovendo pouco no restante do ano. As precipitações anuais estão entre 500 a 800 mm nas áreas semi-áridas, podendo atingir menos de 400 mm em algumas áreas de vales interiores⁹⁷.

⁹² BOTELHO,1998. Ibid. p. 12.

⁹³ Ibid. p. 18

⁹⁴ THEOPHILO, R. 1922. *História da seca no Ceará - 1977 - 1880*. Imprensa Inglesa, Rio de Janeiro. pp.431-2.

⁹⁵ FERRAZ, J S..1924. *Causas prováveis das secas do Nordeste Brasileiro*. Conferência realizada no Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, em 20/12.

⁹⁶ HULL,F.R... A freqüência das secas no Estado do Ceará e sua relação com a freqüência dos anos de manchas solares mínimas. *Boletim da Secretaria de Agricultura e Obras Públicas*. Fortaleza-CE, 1953

⁹⁷ BRITO GUERRA,P.B.. *A Civilização da Seca*. Ed. DNOCS. Fortaleza-CE. 1981



Figura 8: A seca no sertão e a dificuldade do sertanejo.

O primeiro registro de uma grande seca no Nordeste é de 1559, segundo narra o livro *Historia da Companhia de Jesus no Brasil*, do Padre Serafim Leite *apud* Guerra⁹⁸. Se nos basearmos no calendário das secas no Nordeste, veremos que de um modo geral ocorreram nove secas por século, uma a cada onze anos.

No período colonial, não eram pelos danos causados às populações que as secas impressionavam os governantes, mas pelos prejuízos que traziam à coroa⁹⁹. Por meios de documentos da época, Joaquim Alves (2003), em sua obra *História das Secas*, mostra que os períodos de estiagem eram tratados pelos senhores de terras como crise econômica, visto que lhes causava escassez de mão-de-obra. Os indígenas fugiam em busca de alimentos e os escravos negros e agregados morriam

⁹⁸ Ibid.

⁹⁹ ALVES, Joaquim. *História das secas (séculos XVII a XIX)*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2003.

de fome, abandonados por seus senhores que se negavam a alimentá-los¹⁰⁰. A decadência da província era atribuída pela coroa à indisposição do povo de trabalhar. Passadas as secas, os fazendeiros solicitavam mais escravos à Coroa para substituir os dizimados, como se substituíssem ferramentas de trabalho.

Como relata o professor de história Marco Antônio Villa (2005), no decorrer do século XVII, seis grandes secas foram registradas. Em 1700 mais sete ocorreram com conseqüências mais devastadoras do que nos dois séculos anteriores, já que neste período o sertão possuía maior ocupação e a população havia crescido¹⁰¹.

Os primeiros registros de preocupação com a exigüidade dos recursos hídricos remetem ao período imperial, quando D. João VI determinou que se estudasse a possibilidade da transposição das águas do rio São Francisco para as bacias carentes situadas ao norte de seu curso¹⁰². Foi nesse período, a partir do século XVIII, que se tem registro de secas de intensa gravidade, como a de 1777-1788, quando restou apenas 1/8 do gado da capitania do Ceará.

Em 1824, o sertão foi mais uma vez rigorosamente assolado por dois anos de seca (até 1825), agravando as condições precárias em que o sertanejo vivia desde 1817, com a turbulência política causada pela Independência em 1822 e pela Confederação do Equador em 1824. Além disso, milhares de sertanejos foram arregimentados à força pelo exército imperial para lutar na Cisplatina.

No ano de 1833, foi autorizada pelo governo regencial a abertura de fontes artesianas no Ceará, em Pernambuco e na Paraíba. Em

¹⁰⁰ ALVES, *Ibid.* p. 47

¹⁰¹ VILLA, M. A..Nossa História. "Que brasileiro, que fornalha". In: *Revista Nossa História*. Nº. 18. Ed. Vera Crus. 2005. p, 14.

¹⁰² ALVES, *op. cit.*

1834, com a indicação do padre José Martiniano de Alencar – pai do escritor José de Alencar – para o Governo do Ceará, tentou-se estabelecer uma política de incentivos para a construção de açudes e a perfuração de poços artesianos. Mas as medidas adotadas por Alencar não tiveram continuidade, já que ele saiu do governo logo após a queda do regente Diogo Antônio Feijó, em 1837. Em 1845, outra grande estiagem atingiu o sertão¹⁰³.

Em 1857, o ministro do Império Couto Ferraz defendia perante a Assembléia-Geral do Império, a abertura do canal que devia comunicar as águas do rio São Francisco com as do Jaguaribe.¹⁰⁴ Designado para realizar o projeto, o engenheiro Henrique Guilherme Fernando Halfeld trabalhou nele durante oito anos, mas sua proposta terminou por ser arquivada.

Em seu artigo, Villa (2005) narra um fato curioso: as constantes secas acabaram suscitando o plano de importação de animais nativos de regiões desérticas para o Nordeste. Em 1859, catorze dromedários chegaram ao porto de Fortaleza. Tal experiência foi um fracasso. Nesse mesmo ano, o governo imperial manifestou-se com um pouco mais de afinco a respeito do problema, com a criação da Comissão Científica de Exploração, formada por engenheiros e naturalistas e com o entusiástico apoio de D. Pedro II, além da participação do poeta Gonçalves Dias. A comissão tinha o fito de pesquisar e registrar cientificamente áreas pouco conhecidas do território nacional. O trabalho da Comissão, como registra Villa, foi um fiasco.

Nesse cenário, cabe ressaltar que apesar de manter certa importância política, a descontinuidade administrativa e a ausência de um projeto nacional deixaram o Nordeste num plano econômico secundário, principalmente após a ascensão da produção cafeeira, que revolveu as atenções dos investidores para o Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. No seu relato sobre as secas Joaquim Alves deixa claro que, salvo alguns

¹⁰³ VILLA, op. cit. p, 14.

¹⁰⁴ Ibid.

casos raros, não houve por parte do poder público colonial, imperial e mesmo nas primeiras décadas do republicano nenhum interesse na solução do problema das secas. O tema era objeto de debate apenas nos períodos mais sofridos, mas passadas as crises os projetos eram arquivados, tudo era esquecido, até mesmo pelo sertanejo que acabava voltando ao seu espaço nas primeiras chuvas¹⁰⁵.

Nos anos de 1877 a 1879, a falta de atenção inicial do governo diante das notícias de estiagem e a ausência de obras ocasionaram a perda de mais de meio milhão de vidas, tornando-se, sobretudo, um divisor de águas na história das secas. Conhecida pelos nordestinos como a “seca dos três setes”, a seca de 1877-79 representou uma trágica combinação de falta d’água, fome e epidemias de tifo, varíola e cólera, levando o Nordeste ao seu desaparecimento na cena econômica nacional, passando a ser conhecido como “região problema”.¹⁰⁶ Alves *apud* Silveira registra que nesse período houve um movimento cultural no Rio de Janeiro, liderado pelo Instituto Politécnico e presidido pelo genro do imperador, Conde D’Eu, que iniciou com intensidade os debates sobre o transtorno climático do Nordeste seco e em torno da construção de açudes, estradas, portos e reflorestamento. Houve um despertar nacional da consciência para a gravidade da situação, graças à campanha desenvolvida pela imprensa local, e, posteriormente, nacional, que explorou as imagens da miséria, do desespero, da morte e da dor¹⁰⁷. Este trabalho, secundado pelas pressões dos parlamentares nortistas, levou o governo imperial a chamar para si um problema que era tido até então como responsabilidade das províncias. Villa descreve que o governo formou uma comissão, sob a presidência do militar e geógrafo Henrique Veaurepaire Rohan, com a participação do engenheiro André Rebouças que em abril de 1878 apresentou seu relatório com três sugestões: a construção de trinta açudes com um milhão de metros cúbicos

¹⁰⁵ Cf. ALVES, op. cit., p. 47

¹⁰⁶ Cf. VILLA, op. cit. p, 15.

¹⁰⁷ Cf. SILVEIRA, Edvanir M. de. *Naufrágio de uma cidade*. Dissertação de Mestrado. Unesp: Franca, 2000. p. 38

cada, o fornecimento gratuito para particulares de plantas de açudes e a construção de algumas estradas de ferro¹⁰⁸. Esta a seca incitou o Império a tomar as primeiras medidas para combater os efeitos das estiagens no Nordeste. Isso também se deve ao fato da seca ter atingido a elite num momento de muitas dificuldades, de estiagem também dos lucros e de tempestades na estrutura de poder, o que causou pânico e indignação contra a falta de proteção por parte do Império, o qual cobria de benesses outras províncias, como aquelas produtoras de café¹⁰⁹. Joaquim Alves lembra em seu trabalho a célebre frase de D. Pedro II de que “venderia a última jóia da Coroa, mas não morreria um cearense de fome”, o que não passou de lenda, pois decorrido dez anos da “grande seca”, em 1888, uma nova calamidade flagelou o Nordeste seco e as obras planejadas não haviam sido iniciadas¹¹⁰.

Após o advento da República, sobrevieram algumas mudanças. No entanto, a relação do poder público central com o sertão nordestino ainda teria muito a progredir. De 1898 a 1900, outra estiagem fez com que o Governo Federal optasse por relocar a população nordestina para outros estados, decisão esta que, segundo o presidente Campos Sales, era mui vantajosa, tal qual elucida Villa, em seu artigo. A população na zona rural onde a seca se manifestou seria encaminhada para regiões de outros estados que oferecessem condições para utilizar a aptidão dos migrantes em trabalhos produtivos. O médico e pesquisador cearense Rodolpho Theophilo, autor de vários livros sobre a seca, *apud* Villa, aponta que “a seca de 1900, terminada com o século, trouxe-nos a certeza de que o Ceará não deve contar com o governo da União em casos de calamidade pública, muito embora o nosso pacto federativo garanta a assistência pública”.¹¹¹

¹⁰⁸Cf. VILLA, op. cit. p, 15.

¹⁰⁹ ALBUQUERQUE JR., D. M. *Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste*, Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999. p. 112 e 116

¹¹⁰ Cf. ALVES, J. op. cit. , p. 203

¹¹¹ VILLA, op. cit. p. 16

O período republicano é igualmente permeado por inúmeros momentos onde as chuvas se fizeram ausentes no Nordeste. Dentre eles, podemos elencar, até o final do século XX, os seguintes anos de ocorrência das estiagens: 1903-1904; 1908; 1915; 1919; 1930-1932; 1942; 1953; 1958; 1970; 1976; 1979-1983; 1987-1988 e 1991-1993¹¹².

No ano de 1906, o governo criou a Superintendência de Estudos e Obras contra os Efeitos das Secas. Pode-se dizer que tal órgão pouco fez para mitigar os problemas nordestinos, todavia serviu de preparação para, em 1909, ser criada pelo então presidente da República, Nilo Peçanha, uma Divisão Especial do Ministério da Viação e Obras Públicas, a Inspetoria de Obras Contrarias as Secas – IOCS. Nesse período, foram iniciados os estudos sobre o Nordeste semi-árido, dando impulso à execução de obras para conter os efeitos das secas. Concomitantemente, Euclides da Cunha publicava *Os sertões* (1902) e *Conflitos e Confrontos* (1907), o que talvez tenha exercido alguma influência sobre o governo federal. Estava tomando corpo a chamada “literatura da seca” impulsionando a intervenção planejada no Nordeste¹¹³.

Em 1919, durante o mandato do presidente nordestino Epiácio Pessoa (1919-1922), foi criado o primeiro Plano Integrado de Intervenção Governamental no Sertão Nordestino. Tal plano possuía um amplo programa de obras para enfrentar os efeitos da seca através da construção de açudes, perfuração de poços, incentivo à irrigação, ampliação de estradas de rodagem, de ferro e de portos, facilitando a comunicação¹¹⁴. Ainda em 1919, a IOCS passou a se chamar Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas - IFOCS, e o presidente Epiácio Pessoa solicitou autorização do Congresso Nacional para obter um crédito de até 200 mil contos de réis. Apesar de ser um ano de seca, a concessão do crédito foi em vão devido à oposição da bancada paulista. Epiácio Pessoa, que ficou apenas três anos na

¹¹² Cf. BRITO GUERRA, op. cit.

¹¹³ Cf. VILLA, op. cit. p. 16

¹¹⁴ Ibid.p. 16

presidência, já que assumira após a morte de Rodrigues Alves, do qual era vice, não conseguiu reeleger seu sucessor, e o presidente que assumiu, Arthur Bernardes, vinculado à oligarquia cafeeira, não deu continuidade às obras contra a seca e suspendeu os contratos. A Inspetoria continuou no programa de Governo e ficou sob a responsabilidade do ministro José Américo de Almeida, também nordestino, o que garantia ao Nordeste uma preocupação maior com as mazelas da seca. Mesmo assim, o ministro não contava com o apoio do governo federal, que não lhe fornecia recursos para dar continuidade às obras.¹¹⁵

O Governo Federal, na tentativa de disciplinar os múltiplos usos da água, editou em 1934 o Código de Águas, organizado pelo jurista Haroldo Valladão, servindo de instrumento básico para o gerenciamento dos recursos hídricos nacionais, onde as águas passaram a ser tratadas como bens da União¹¹⁶. O processo de industrialização intensificou o uso dos recursos hídricos para a geração de energia elétrica, exigindo dos governos uma maior atenção para o estabelecimento e consolidação de normas e deixando claro o caráter especial dos recursos hídricos no sertão nordestino.

Em 1945, a IFOCS foi transformada em Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS. O departamento nasce com uma experiência de quase 40 anos, um quadro técnico competente e sem verbas. A ação do DNOCS foi orientada para a construção de barragens que represassem água para os períodos de seca e para propiciar uma agricultura irrigada; para perfuração de poços; construção de estradas de rodagens no interior da zona semi-árida; e finalmente para a elaboração de estudos ecológicos no sentido amplo que lhes fornecessem o necessário acervo de conhecimento para a adoção de medidas das técnicas mais adequadas para

¹¹⁵ Ibid.p. 16

¹¹⁶ BRASIL. DNOCS especial. *O pioneirismo na luta pelo desenvolvimento do Nordeste*. Dezembro 1997. p.46

a expansão agropecuária no trópico semi-árido¹¹⁷. A historiadora Edvanir Silveira informa que:

Embora os documentos do DNOCS reforcem os objetivos do órgão e sua eficiente atuação, historiadores revelam que por desconhecimento da região e/ou razões políticas, na prática os objetivos deste órgão não se concretizaram efetivamente¹¹⁸.

Segundo Villa, com a abertura da rodovia Rio-Bahia, em 1949, milhares de nordestinos encontraram por si mesmos uma saída para décadas de imobilismo estatal: a migração para o Sudeste. No governo de Vargas, mais uma seca assolou a região, se estendendo de 1951 a 1953, intensificando o fluxo migratório¹¹⁹.

O DNOCS, aos poucos foi se mobilizando. No entanto, segundo Francisco de Oliveira, construiu a maioria das barragens em propriedades privadas, servindo principalmente para sustentação do gado de fazendeiros e só marginalmente para a implantação de pequenas “culturas de subsistência” de várzeas. O caso da perfuração de poços não foi diferente. Não há na literatura registros de poços públicos perfurados pelo DNOCS em todo o sertão nordestino, a não ser em algumas cidades para fins de abastecimento de água potável¹²⁰. Estes dados comprovam que na prática, os desígnios desse órgão não se concretizaram de fato.

Segundo Francisco de Oliveira, as primeiras grandes obras do DNOCS realizaram-se no Ceará, e daí por diante o controle desse organismo estatal, sua captura pela oligarquia algodoeira-pecuária aprofundou-se e tornou-se completamente indistinta a linha divisória entre DNOCS e a mesma oligarquia. Segundo o autor, falar do DNOCS, no Ceará,

¹¹⁷ Cf. OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma Re(li)gião*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

¹¹⁸ SILVEIRA, op. Cit. p. 40

¹¹⁹ Cf. VILLA, op. cit. p. 18

¹²⁰ Cf. OLIVEIRA, op. cit. p.54

era o mesmo que falar da oligarquia e vice-versa¹²¹. Apesar de reconhecer a origem geofísica da seca, o geógrafo Botelho também faz questão de ressaltar que a sua solução depende do arbítrio político de nossas autoridades. Cumpre destacar, diz ele, que os quantitativos investidos no combate e na pesquisa da seca desde a fundação do IFOCS até hoje foram insignificantes em relação aos investimentos executados no sul do Brasil, além do que aplicados em ações meramente paliativas e não estruturais¹²².

Após a posse de Juscelino Kubitschek, surgiu o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste - GTDN, que levou a criação no ano de 1959 da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE¹²³. Apesar de sua criação ter sido aprovada pelo Congresso, não teve o apoio da elite nordestina, visto que a SUDENE iria ter o controle do DNOCS. Assim, com a nomeação do economista Celso Furtado para superintendente, finalmente o Governo passou a enfatizar o potencial nordestino a ser desenvolvido e não mais o vê como região problema, pois teria um projeto de desenvolvimento que favoreceria a diversificação econômica e a industrialização¹²⁴.

Com o advento da ditadura militar, no ano de 1964, a SUDENE foi militarizada, virando um instrumento passivo das determinações do poder central. A política de combate à seca foi abandonada e no ano de 1970, quando o Nordeste foi novamente vítima da estiagem, o governo apenas pôde enviar alimentos para a multidão de flagelados. Mas o governo não estava totalmente com as vistas vendadas para o problema. Dois projetos foram criados durante o mandato do presidente Ernesto Geisel, denominados Pólo- nordeste e Projeto Sertanejo, os quais tinham como fito a introdução de novos cultivos e a modernização da agricultura. Mas ainda era pouco.

¹²¹ Ibid.. p.55

¹²² Cf. BOTELHO, C.L. op.cit. p.12 e 19

¹²³ Cf. VILLA, op. cit. p. 18

¹²⁴ Ibid.

Nos anos de 1979 até 1983, outra grave seca atingiu a região e só não se formou uma tragédia maior devido às melhorias nos meios de transportes. Alimentos foram arrecadados no Sul e no Sudeste e enviados para os atingidos. A saída encontrada pela maioria dos sertanejos foi, novamente, a migração, mas não mais para o Sul do país, e sim para as capitais nordestinas, mais precisamente para as suas periferias.

O advento da “Nova República” e a vitória de Tancredo Neves não significaram nenhuma melhoria no combate aos efeitos da seca no sertão. Oligarquias nordestinas continuaram controlando o DNOCS, a SUDENE e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB, criado na década de 50

¹²⁵

A Constituição de 1988 trouxe algumas modificações ao Código de Águas. Ela extinguiu o domínio privado das águas, tornando todos os corpos d’água de domínio público. Contudo, nem mesmo isto solucionaria o problema do sertão. Como exemplo, pode-se citar o açude Orós, no Ceará, que tem capacidade para acumular 2,1 bilhões de m³ de água. A construção foi iniciada em 1919, pelo então presidente Epiácio Pessoa e, depois de ter suas obras paralisadas, apenas foi concluído em 1958, pelo presidente Juscelino Kubitschek. Ele é a maior barragem de terra do mundo. Entretanto, esta cidade não deixa de figurar na lista dos 1209 pontos atingidos pela seca.¹²⁶

¹²⁵ Ibid.

¹²⁶ Ibid.



Figura 9: Barragem do açude Orós, em fase final de construção, no ano de 1960

Durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, extinguiu-se a SUDENE por meio de uma medida provisória. Contudo, o governo Lula iniciou o processo de recriação da Superintendência, enquanto o DNOCS manteve sua ineficácia administrativa.

Celso Furtado, como ex-superintendente da SUDENE e ex-ministro de Planejamento, avaliou após vinte anos a atuação dessa autarquia da qual ele participou. Para ele a criação da SUDENE expressava a generalização da idéia de que os aspectos físicos eram apenas um dos problemas do drama nordestino. Um dos objetivos do órgão, diz ele, foi exatamente capacitar o Nordeste para participar eficazmente dos centros formuladores da política econômica e financeira do país. Mostrando-se preocupado com os problemas sociais do Nordeste. Furtado aponta que a saída para a região era dotá-la de uma estrutura agrária que favorecesse a elevação da renda real da massa dos agricultores e os estimasse a investir, absorvendo progresso técnico. Tal ação deveria ser acompanhada por um

processo de industrialização integrado no âmbito da própria região, vinculando-se progressivamente ao mercado local¹²⁷.

Já os autores Francisco de Oliveira e Manuel Correia de Andrade denunciam que a SUDENE e o DNOCS significaram principalmente a captura do Estado, no Nordeste, pelos grupos hegemônicos¹²⁸. Para os autores, a SUDENE travestida em linguagem técnica “neutra” e apolítica, buscou na verdade impedir o risco que a “região problema” representava para a “unidade nacional”, a qual era no fundo uma “unidade burguesa”.

Diante de toda essa problemática, não restam dúvidas de que as disputas pelo poder que a água representava nesse espaço que determinaram e que determinam ainda hoje, a conjuntura do sertão. Na cultura sertaneja, a água tornou-se o ouro do sertão, a salvação. O descaso do poder público diante da seca, num primeiro momento, denunciava a estreita relação entre água e poder no sertão, visto que só a grande massa era atingida. Essa mesma relação dominadora tem sede na apropriação dos recursos públicos pelas elites locais, que encontraram na seca um meio de enriquecimento pessoal e na construção de obras públicas, das quais só quem dispõe de um forte aparato técnico pode usufruir.

O Ceará é um dos principais estados brasileiros atingidos pelos problemas causados pela irregularidade das chuvas, já que 90% do seu território está contido no semi-árido¹²⁹. Percebe-se no Nordeste brasileiro, através de séculos de estudos e execução de políticas públicas no semi-árido, uma má combinação de técnica e política, ou talvez, uma manipulação política da técnica. Isso justifica historicamente os projetos de açudes e barragens no sertão, onde tais obras tornaram-se propriedades privadas, para privilégios de alguns.

¹²⁷ FURTADO, C. Nordeste, o tempo perdido. In: *Ciência Hoje*. Revista de divulgação Científica da SBPC. Vol. 3 nº 18 Maio/junho de 1985. p. 18-24, p. 22 e 24.

¹²⁸ Cf. OLIVEIRA, op. cit.

¹²⁹ SILVEIRA, op.cit. p. 8

A justificativa para a construção das obras hidráulicas no Ceará era a solução de problemas básicos como a fome e a sede do sertanejo. Para isso, eram carreados recursos do Governo Federal que atendiam apenas as necessidades privadas dos coronéis da região. A água continua a ser no Ceará o fator que determina a política local. Como arremata Silveira, “se a natureza no sertão não foi fabricada pelo homem, sem dúvida é por ele preservada”¹³⁰. Nesse trajeto, política e técnica são perfeitamente combinadas para manter a água, eternamente, como redenção do sertão.

Em cima desse argumento de que a água era o ponto nevrálgico do desenvolvimento do Ceará, os governos de Tasso Jereissati e Ciro Gomes, chamados de “Governo das Mudanças” (que se sucederam desde 1986 até 2002), apresentaram propostas de “modernização”. Conforme analisa a pesquisa de Auxiliadora Lemenhe, a atuação desse grupo poderia ser descrita como um forte de indício de que o “coronelismo” não acabou no Ceará e de que a “modernização” do Estado já havia sido iniciada desde a década de sessenta, pelos governos dos “coronéis” César Cals, Virgílio Távora e Adauto Bezerra¹³¹.

Em 1995, o Governo do Ceará fez um plano para administrar o Estado - o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Ceará – no qual se buscava levar a efeito um programa de Desenvolvimento e Gestão dos Recursos Hídricos, surgido com a pretensão de ampliar a oferta de água e desenvolver a infra-estrutura hidro-agrícola.

Conforme o documento *A nova política de água do Ceará*, o Sistema de Recursos Hídricos do Ceará foi institucionalizado na administração do governador Tasso Jereissati, com a criação da Secretaria de Recursos Hídricos, órgão ao qual foi atribuída a coordenação da política estadual de águas. Foi criada também a Superintendência de Obras

¹³⁰ Ibid.p. 46

¹³¹ LEMENHE, M. A. *Família, tradição e poder – o caso dos coronéis*. São Paulo: Annablume/Edições UFC, 1995. p.18

Hidráulicas (SOHIDRA) e mais outros órgãos, bem como modernizado o suporte técnico- científico da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (FUNCEME). Ainda dentro dessa perspectiva desenvolvem-se uma série de medidas, sendo a principal delas a criação do Plano Estadual de Recursos Hídricos. As principais ações contempladas por este plano são: o programa de barramentos regionais, dotando o Estado de uma malha de açudes permanentes; o programa de transferência de água, abrangendo projetos de adutoras; o programa de Pólos Regionais de Irrigação; um extenso programa de pequenas obras hidráulicas, cobrindo os “vazios hídricos” do estado, mediante a construção de poços, cisternas, etc.¹³².

Nesse contexto, a barragem do Castanhão surgiu como o “coração das águas”, um “mar no sertão”. Passado o tempo em que os açudes públicos constituíam privilégio de propriedades particulares, o Castanhão apareceria como uma peculiaridade nas políticas públicas do sertão.

2.2 O PROJETO CASTANHÃO

A construção de um açude causa controvérsia em área de seca do Nordeste. Tem-se a impressão de que a implantação de um açude só por si seja um fato indiscutível. Enganamo-nos com esse raciocínio, pois quem quer fins saudáveis, deve usar meios saudáveis para alcançar esses fins¹³³.

Datam de 1910 os primeiros estudos desenvolvidos pela Inspetoria de Obras Contra as Secas (atual DNOCS) sobre o Castanhão.

¹³² SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS DO CEARÁ. *A nova política de águas do Ceará*. V. 1. Fortaleza: SRH, Jan., 1992. (semestral)

¹³³ BORGES, Manoel Cássio de Aguiar. *A face oculta do Castanhão: em defesa da engenharia nacional*. Fortaleza: IMOPEC, 1999.

Neste ano o açude teve seu boqueirão identificado pelo engenheiro Roderir Crandall. O local ficou conhecido como Boqueirão do Cunha e foi lá que em 1982 o DNOCS deu início aos estudos para a viabilização da barragem, como parte da transposição de vazões do Rio São Francisco para a região semi-árida cearense¹³⁴.

Em 1987, os estudos foram retomados pelo extinto DNOCS e no mesmo ano a obra é licitada. Foi assinado em 1991 o contrato com o Consórcio Hidroservice-Noronha, responsável pelo Projeto Básico e Executivo da barragem¹³⁵. Em 1993 o Consórcio Hidroservice-Noronha entregou o Projeto Executivo. Com a inclusão entre as obras prioritárias do governo de Fernando Henrique Cardoso, o Castanhão teve emissão de Ordem de Serviço em 16 de novembro de 1995, com previsão de término em 1999. Em 1997 o DNOCS contratou os engenheiros Sandro Sandroni, Guy Bordeaux e o geólogo Guido Guidicini para elaboração do projeto. Diante de alguns atrasos, uma outra data para conclusão da obra foi estipulada. Até o final do ano de 2003, faltavam 5% da obra para a total conclusão. O governo federal liberou 18 milhões de reais para essa finalização.

O projeto Castanhão consistiu basicamente na construção de uma barragem no rio Jaguaribe, cuja bacia percorre aproximadamente 610 km do território cearense. O açude do Castanhão e seus reservatórios situam-se nos municípios de Alto Santo, Jaguaribara, Jaguaretama e Jaguaribe. O Castanhão, formado pelo represamento do rio Jaguaribe, tem capacidade para armazenar 6,7 bilhões de m³ de água (um espelho que poderá estender-se por uma área de 32,5 mil hectares, formando um lago artificial). O volume de água corresponde a três vezes o açude Orós no Ceará e duas vezes a Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro.

¹³⁴ SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS DO CEARÁ. *Projeto Executivo do Parâmetro Central da Barragem Castanhão em Concreto Compactado Rolo*. V.1-Projeto Executivo da Barragem. Fortaleza: Engesoft, 1999. p.11

¹³⁵ *Ibid.* p. 11

Com o fito de melhor apreendermos a inserção do açude no contexto hidrológico estadual, segue um mapa das bacias hidrográficas cearenses. Adiante expusemos imagens da construção e da obra finalizada.

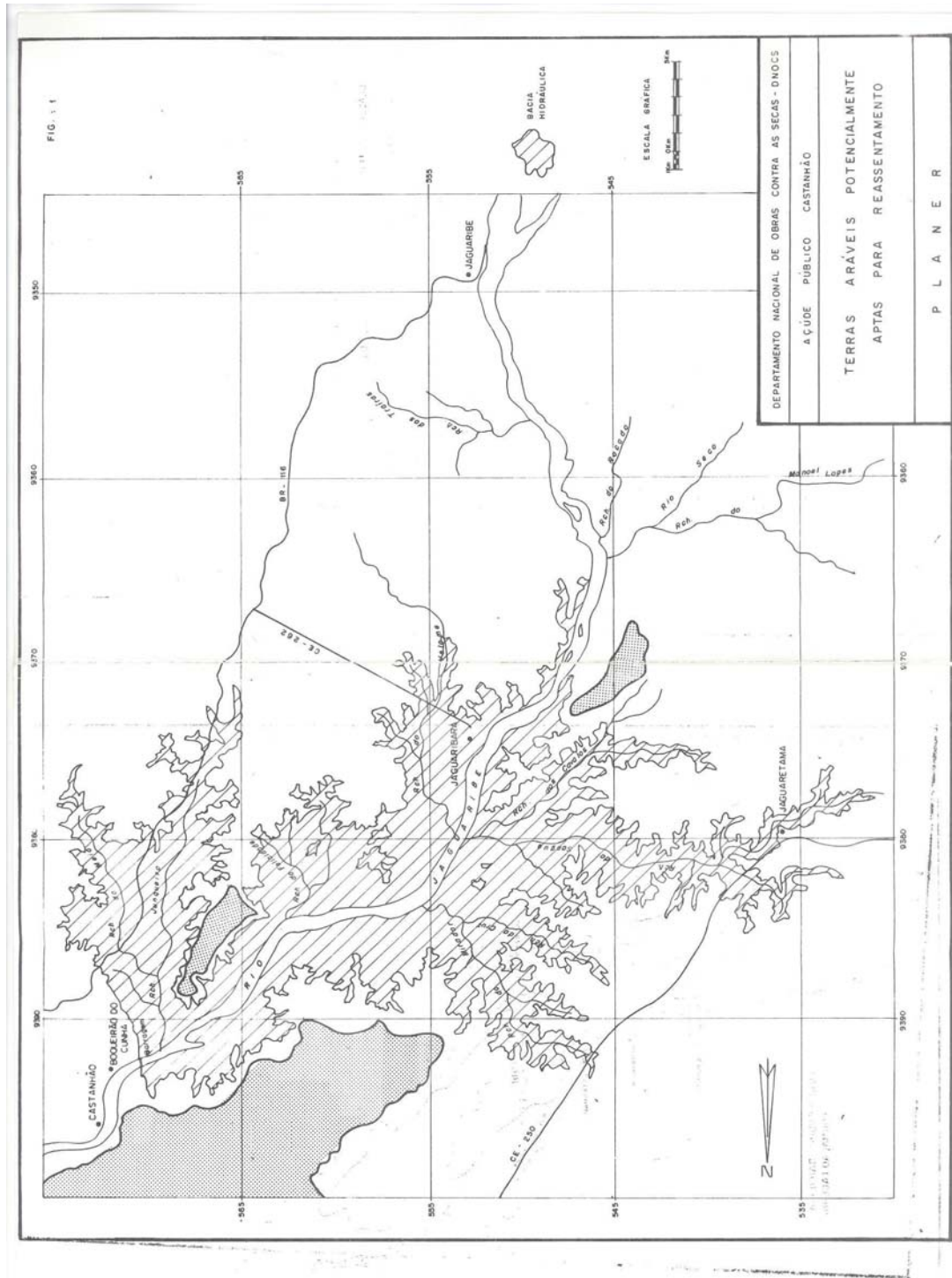


Figura 10: Açude Castanhão, Boqueirão do Cunha e Rio Jaguaribe.
Fonte: DNOCS. Arquivo da SEINFRA, 2002



Figura 11: Localização do açude Castanhão.
Fonte: DNOCS, 2002



Figura 12: *Construção da barragem Castanhão.*
Fonte: DNOCS, 1999



Figura 13: *Construção Barragem Castanhão.*
Fonte: DNOCS, 1999



Figura 14: Barragem Castanhão.
Fonte: DNOCS, 2002

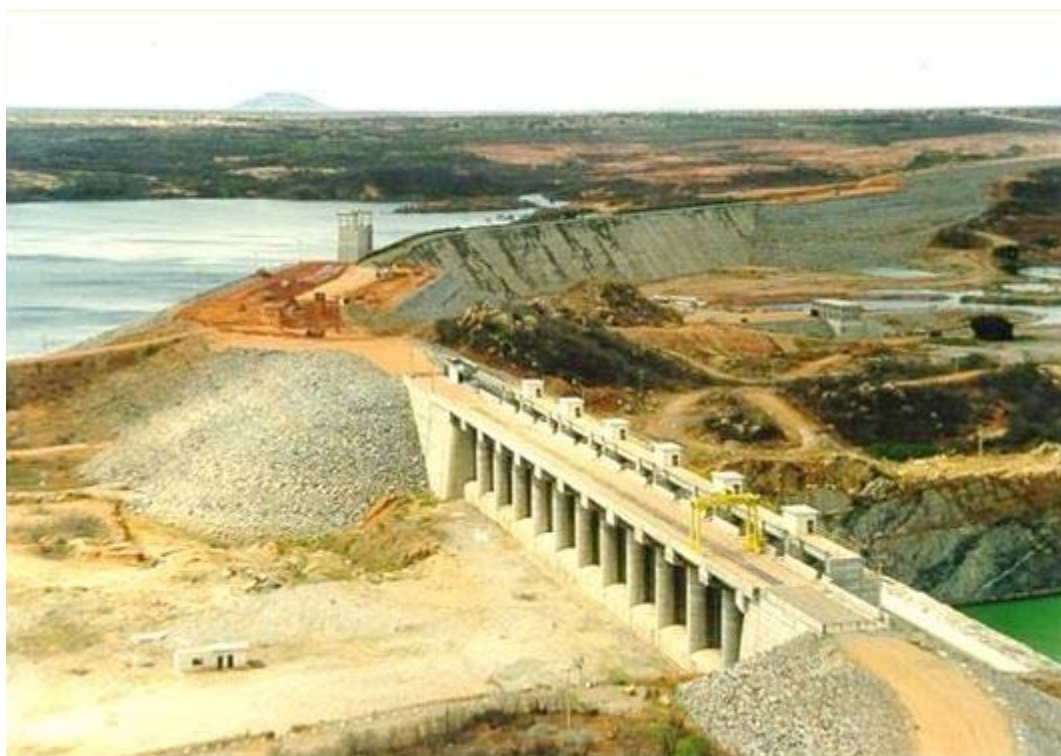


Figura 15: Barragem Castanhão.
Fonte: DNOCS, 2003



Figura 16: Barragem Castanhão.
Fonte: DNOCS, 2003

O reservatório, o maior do Nordeste, possui a função de assegurar o fornecimento de água durante os períodos críticos e conter as cheias nos anos especialmente chuvosos. Ademais, visa fomentar o desenvolvimento hidroagrícola, controlar enchentes, desenvolver a pesca, aproveitar o potencial hidroelétrico e ainda ter outros usos como turismo e lazer. Os investimentos para sua construção somam R\$ 198,6 milhões, sendo 71% dos recursos do orçamento do DNOCS e 29% do Governo do Estado do Ceará, firmados em convênio¹³⁶.

¹³⁶ DNOCS especial. Op.cit. p. 20 a 23.



Figura 17: Barragem Castanhão.
Fonte: DNOCS,2004

O Projeto Castanhão, em sua primeira versão, fazia parte do Programa de Irrigação para o Nordeste -PROINE, proposto pelo então Presidente José Sarney. Era prevista a construção de uma barragem no rio Jaguaribe, na localidade de Castanhão, município de Alto Santo, que na sua primeira etapa irrigava uma área de 75.000 ha. Essa área localizava-se na Chapada do Apodi - divisa com o Estado do Ceará com o Rio Grande do Norte, com recursos hídricos locais. Numa segunda etapa, os restantes 125.000 ha seriam irrigados com as águas derivadas do rio São Francisco, mantendo-se as finalidades de amortecimento de cheias, derivação de água para Fortaleza e geração de energia elétrica¹³⁷.

Muitos foram os questionamentos a respeito do Projeto Castanhão. A principal polêmica gerada em torno do empreendimento baseou-se na tese defendida por diversos técnicos que questionaram afrontosamente os cálculos da barragem. O super dimensionamento do Castanhão é posto em discussão, devido ao fato de gerar impactos sócio ambientais incalculáveis. Entre tais impactos, podemos salientar, além da inundação de mais de dois terços do Município de Jaguaribara, a erosão fluvial à jusante da barragem; a alteração no regime sedimentológico de transporte de material na planície fluvial e ambiente marinho, o que impacta a atividade pesqueira; a qualidade da água à jusante do reservatório em função da vazão definida para a barragem e dos usos d'água em vista da irrigação e depósitos finais de dejetos; a salinização dos solos agricultáveis, devido ao rebaixamento do lençol freático, o que permite a intrusão de águas e muitos outros listados no EIA/RIMA e nos pareceres das consultorias¹³⁸.

Vários outros técnicos que na década de 80 militavam na área de recursos hídricos no Estado do Ceará manifestaram a sua rejeição à construção da barragem do Castanhão. Entre eles, podemos citar com destaque o engenheiro Manfredo Cássio de Aguiar Borges, técnico

¹³⁷ DNOCS. Ministério de Integração Regional. *Barragem do Castanhão. Projeto Executivo*. BACRLPE- 002. Relatório FInal. Vol1 Texto 124. julho/ 1993.

¹³⁸ BORGES, Manfredo Cássio de Aguiar. *A face oculta do Castanhão: em defesa da engenharia nacional*. Fortaleza: IMOPEC, 1999.

especializado em Recursos Hídricos e Barragens, que teve a oportunidade de ser Diretor Regional e também Chefe da Divisão de Hidrologia do DNOCS. Em seu livro *A face oculta da Barragem do Castanhão: em defesa da engenharia nacional*, Borges enfoca a trajetória que levou à construção do açude e revela o porquê da sua inaceitabilidade. Para Borges, a discussão envolve a

falta de adequação técnica *lato sensu* e a não observância das vigentes disposições legais pertinentes, inclusive de um EIA-RIMA na forma de Lei, contemplando as possíveis alternativas ao invés de tão somente forjar justificativa para um fato desejado, por seus fautores, como consumado¹³⁹.

Borges aponta que apenas poucos profissionais nordestinos da área de engenharia não militaram contra o “infeliz projeto”, haja visto estavam envolvidos com interesses pessoais diretos na sua ilegítima aprovação, negligenciando o racional e correto planejamento regional de preservação e a utilização de recursos hídricos de superfície, desprezando os gritantes erros de dimensionamento e executando distorções na avaliação de seus benefícios.

As principais críticas ao empreendimento concentraram-se em três aspectos: nos erros de dimensionamento hidráulico, incompatível com a realidade da hidrologia da região; nas conseqüências da concentração antidemocrática da água no terço inferior do Vale do Jaguaribe, impedindo o atendimento a toda zona dela carente e espacialmente distribuída a montante e, ademais, comprometendo, por sua proximidade à foz litorânea, todo o solo e água subterrânea do Baixo Vale, de vital e insubstituível importância para a economia cearense; e no grande equívoco da implantação de um lago com superfície gigantesca para uma região seca e quente, acarretando enorme perda d’água por evaporação¹⁴⁰. Ademais, Borges comenta e critica a variação nos objetivos e benefícios oferecidos

¹³⁹ Ibid. p. 21

¹⁴⁰ Ibid, p. 19

pela barragem, à medida que esses caíam no descrédito técnico e popular, e também repudia os meios utilizados para a aprovação do projeto no órgão ambiental estadual o Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONEMA para impedir sua apreciação pelo organismo federal competente, o Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA ¹⁴¹.

Um documento elaborado e apresentado pela Associação de Moradores de Jaguaribara, durante a 2ª Audiência Pública da Barragem do Castanhão, no dia 27 de abril de 1992, em Fortaleza, mostrou que o documento apresentado pelo DNOCS como estudo das alternativas da barragem não satisfaziam às exigências estabelecidas pela resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986. A resolução do CONAMA, em seu art. 6º, estabeleceu que as atividades técnicas que o Estudo de Impacto Ambiental deveria ter desenvolvido incluiria uma análise dos impactos do projeto e de suas alternativas, através de identificação, previsão de magnitude e interpretação da importância dos prováveis impactos relevantes, discriminando: os impactos positivos e negativos, diretos e indiretos, imediatos e a médio e longo prazos, temporários e permanentes; seu grau de reversibilidade; suas propriedades cumulativas e sinérgicas; a distribuição dos ônus e benefícios sociais¹⁴². A identificação desses impactos deveria contemplar os meios físico, biológico e sócio-econômico, nos quais estariam contemplados o uso e ocupação do solo, os usos da água e a sócio-economia, os sítios e monumentos históricos e culturais, as relações de dependência entre a sociedade local e os recursos ambientais.

Os moradores alegaram que o estudo das alternativas apresentado pelo DNOCS se limitou a comparar os benefícios sócio-econômicos do projeto original com suas alternativas, o que configura uma visão parcial, onde somente os impactos positivos são avaliados, sem referência alguma a análises e comparações dos efeitos negativos. Segundo o documento, teria sido cabível analisar naquela oportunidade se a

¹⁴¹ Ibid, p. 20

¹⁴² Boletim do Instituto da Memória do Povo Cearense. In: *Revista Raízes*, Ano 1, nº2, mai/ jun 1992.

construção do açude Castanhão numa cota inferior à indicada no projeto original, que não levasse à inundação da cidade e de áreas da agricultura e pastoreio teria ou não um impacto reduzido e se poderia ou não ser uma alternativa mais recomendável do ponto de vista sócio-econômico.

Segue abaixo um trecho deste documento enviado à SEMACE, solicitando que o DNOCS complementasse o estudo das alternativas do projeto da Barragem do Castanhão e a análise dos aspectos sócio-econômico-culturais provenientes de cada opção dada.

Para nós, da população de Jaguaribara, o projeto de construção da Barragem do Castanhão vem provocando os seguintes impactos:

- Estagnação do desenvolvimento sócio-econômico do município;
- Falta de investimentos nas áreas de saúde, saneamento básico, educação, moradia, eletrificação rural, agricultura e pecuária;
- Êxodo de muitas famílias para os grandes centros urbanos (Fortaleza e São Paulo), aumentando assim o número de marginalizados nestes locais;
- Medo e angústia de perder o pouco que se tem, pois o exemplo de outras barragens não é animador. Isto vem provocado traumas e mortes de muitos moradores;
- Desintegração de muitas famílias e comunidades.

Com a implantação do projeto surgirão novos impactos, tais como:

- Perda da maior parte das terras férteis do município, prejudicando os rebanhos de gado, a produção de leite e agricultura, que produz safras anuais;
- Destruição dos laços de amizade e vizinhança construídos durante vários anos;
- Destruição dos nossos símbolos culturais e religiosos, que são pontos de referência da memória e da história da comunidade de Jaguaribara. Como exemplo, mencionamos:

- 1) O marco comemorativo da morte de Tristão Gonçalves, principal líder da Confederação do Equador no Ceará;
- 2) A Igreja de Santa Rosa de Lima, matriz de Jaguaribara, e a capela de São Vicente Ferrer, no distrito de Poço Comprido, principais símbolos religiosos do povo do nosso município;
- 3) O Riacho do Sangue, palco das lutas de resistência dos povos indígenas da região jaguaribana.¹⁴³.

Diante dessas queixas, foram levantadas opções que poderiam contemplar a construção de dez a doze médios açudes distribuídos espacialmente na bacia do rio Jaguaribe, incluído o próprio Castanhão com uma dimensão menor, acumulando no máximo um bilhão de metros cúbicos, construído abaixo da cota 80. Essa solução, defendida pelo engenheiro Cássio Borges, além de reduzir os impactos sócio-ambientais mencionados e evitar a submersão da cidade de Jaguaribara, levaria a uma maior democratização da água, como cita Borges, considerando de vital importância o programa estadual de Pequenos Sistemas de Irrigação (PSI).

Tal proposta foi desconsiderada e arquivada pelo então técnico do DNOCS, Joaquim Gondim, que demonstrou por meio de um estudo econômico, que a construção de açudes pequenos seria economicamente inviável.

O Plano Estadual de Recursos Hídricos adotou a solução da construção de um açude apenas como a melhor opção para a população e para o Governo Federal. A partir do momento em que se tornasse público, o projeto ganharia e perderia elementos, mudando suas características originais, sem, porém perder aquilo que constituía sua essência, a construção de uma única barragem¹⁴⁴.

¹⁴³ Associação de Moradores de Jaguaribara. Documento apresentado na 2ª Audiência Pública da Barragem do Castanhão, Fortaleza, 27 de abril de 1992.

¹⁴⁴ BORGES, op.cit.

Como foi supracitado, a barragem surgiu do represamento do rio Jaguaribe. Este rio, o principal do Estado, cuja importância se revela desde o início da colonização serviu de caminho para a penetração do gado. O Jaguaribe era um rio intermitente, com grande variabilidade dos deflúvios, escoando apenas no período das chuvas, ou seja, três ou quatro meses por ano. Às suas margens fixaram-se populações, desenvolveram-se costumes, forjaram-se culturas. O rio e seus afluentes vêm a se constituir na maior fonte de desenvolvimento econômico e social do Vale. Por isso, a gestão racional desses recursos é determinante para minorar os efeitos dos longos períodos de aridez que, periodicamente, se estabelecem e inibem o desenvolvimento dos meios de produção, contribuindo para o agravamento do quadro de miséria a que está submetida a população jaguaribarense, particularmente o trabalhador rural.



Figura 18: Açude Castanhão.
Fonte: DNOCS, 2004



Figura 19: Barragem do Castanhão
Fonte: DNOCS, 2004

O cenário estadual da construção do açude Castanhão remete a uma outra obra, denominada de *Canal da Integração*.

O Canal é um complexo de estação de bombeamento, canais, sifões, adutoras e túneis que transpõem as águas do açude Castanhão, cujo volume útil de acumulação é igual a 4.452 hm³,¹⁴⁵ reforçando assim o abastecimento da Região Metropolitana de Fortaleza, bem como do Complexo Portuário e Industrial do Pecém, fazendo a integração das bacias hidrográficas do Jaguaribe e Região Metropolitana. O programa foi proposto pelo Projeto de Gerenciamento e Integração dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará – PROGERIRH. Este programa foi criado pelo Governo do Estado em 1997, em parceria com o Banco Mundial, sob a proposta de ampliação da infra-estrutura hídrica e tentativa de fornecer um aparato técnico, operacional e institucional no gerenciamento dos recursos hídricos.

¹⁴⁵ Programa de Gerenciamento e Integração dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará (PROGERIRH). *Síntese dos Estudos, Resumo do Projeto Eixo de Integração Castanhão-Fortaleza*. Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará – SRH.

O suporte proposto pelo PROGERIRH não é apenas voltado para de abastecimento humano, mas também para o desenvolvimento econômico¹⁴⁶. Segundo a SRH, o Projeto encontra-se estruturado em seis componentes:

- Gestão de recursos hídricos;
- Desenvolvimento hidroambiental;
- Monitoramento dos aquíferos Cariri e litoral;
- Recuperação de infra-estrutura hidráulica;
- Açudes estratégicos;
- Eixos de integração de bacias hidrográficas.

O PROGERIRH dispõe de recursos da ordem de US\$ 247,27 milhões, sendo US\$ 136,00 milhões oriundos de empréstimo do Banco Mundial e US\$ 111,27 milhões do Governo do Estado a título de contrapartida. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES financia parte da contrapartida, no valor de R\$ 126,00 milhões¹⁴⁷.

Segundo a Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará,

(...) o Eixo de Integração Castanhão-RMF é parte integrante do Projeto de Gerenciamento e Integração dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará – PROGERIRH. Além disso, compõe o rol das Ações Complementares previstas no Projeto do Açude Castanhão, uma vez que permite o desenvolvimento hidroagrícola das áreas da Chapada Jaguaribara/Castanhão (Projeto Chapadão do Castanhão) e da Zona de Transição Sul de Morada Nova (Roldão), preconizadas pelo referido projeto.

O programa proposto no PROGERIRH compreende a implementação de obras estratégicas de infra-estrutura hídrica basicamente de armazenamento e adução de água,

¹⁴⁶ Cf. Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará. Op. cit.

¹⁴⁷ Ibid.

critérios selecionadas, as quais irão aumentar a disponibilidade de água minimizando os efeitos da má distribuição espacial das chuvas, com o aumento da garantia de sua oferta às populações carentes de todo o Estado. Além disso, contribuirá significativamente para a descentralização da economia estadual.

As regiões que são objeto de intervenção do Projeto Piloto do PROGERIRH englobam as áreas das Bacias Metropolitanas de Fortaleza, do Baixo Vale do Rio Jaguaribe, e do Planalto da Ibiapaba e bacias dos rios Poti, Acaraú e Coreaú.

O componente de obras do Projeto Piloto deste programa é formado por dois conjuntos de infra-estruturas: os açudes e os eixos de integração. No caso específico dos açudes foram selecionados 20 reservatórios distribuídos pelas regiões alvo do programa, os quais foram submetidos a critérios de hierarquização. Nos eixos de integração foi dada prioridade ao Eixo Castanhão-RMF, através da implementação de um canal, estando prevista a sua construção em etapas¹⁴⁸.

A SRH alega que o Canal da Integração, popularmente conhecido como “Eixão”, garantirá o abastecimento de água da capital cearense por , no mínimo, 30 anos, bem como de todas as comunidades ao longo de seu trajeto, beneficiando e potencializando o desenvolvimento local dos municípios de Alto Santo, Jaguaribara, Morada Nova, Ibicuitinga, Russas, Limoeiro do Norte, Ocara, Cascavel, Chorozinho, Pacajus, Horizonte, Itaitinga, Pacatuba, Maranguape, Maracanaú, Caucaia e São Gonçalo do Amarante.

¹⁴⁸ Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará – SRH. *Programa de Gerenciamento e Integração dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará (PROGERIRH)*. Síntese dos Estudos, Resumo do Projeto Eixo de Integração Castanhão-Fortaleza. Fortaleza, 2005.



Figura 20: Localização do Canal da Integração
Fonte: SRH

A transposição é realizada do Castanhão até os Açudes Pacoti, Riachão e Gavião, reservatórios integrantes do Sistema de Abastecimento de Água da Região Metropolitana de Fortaleza. O percurso estende-se ao longo de aproximadamente 200 km. O prolongamento do sistema adutor para a zona Oeste de Fortaleza, entre o Açude Gavião e o Complexo Industrial e Portuário do Pecém, perfaz cerca de 55 km adicionais, totalizando uma extensão de 255km de canais e adutoras.¹⁴⁹

¹⁴⁹ Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará – SRH, *ibid.*

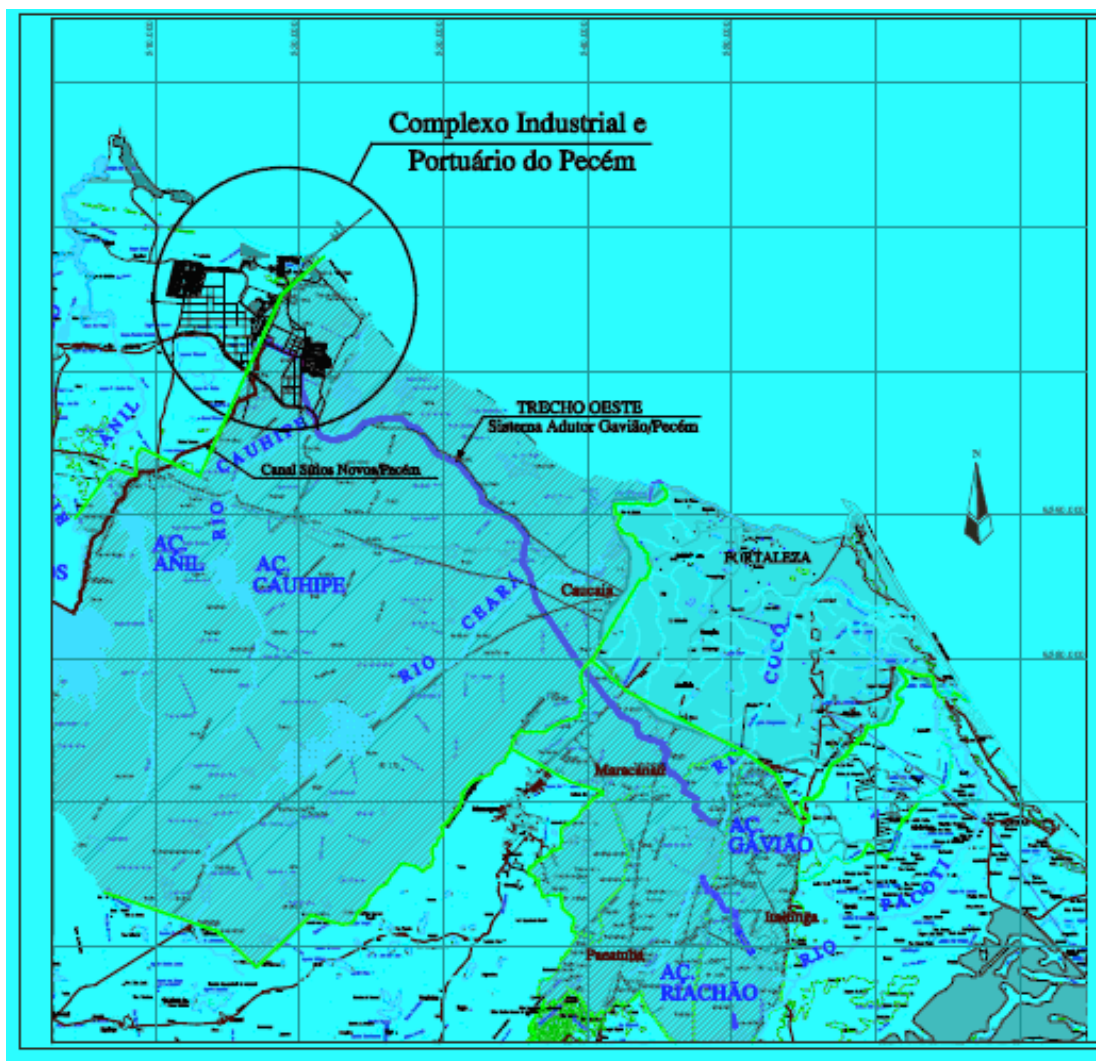


Figura 21: Mapa de localização e acesso do trecho oeste do Canal da Integração.
Fonte: SRH

O Trecho I do Canal da Integração, que vai do Açude Castanhão até o Açude Curral Velho, serviria de reforço ao abastecimento de Morada Nova, bem como o suprimento hídrico do povoado de Roldão, além da população residente ao longo do percurso do sistema adutor. Com 55 de km de extensão, este trecho já foi concluído. Os demais trechos ainda estão em fase de execução.

O Trecho II parte do Açude Curral Velho e estende-se ao longo de 45,9 km, até a Serra do Félix, também em Morada Nova. O Trecho III compreende 66,3 km de extensão e está localizado entre a Serra do Félix e o Açude Pacajus, atravessando parte dos seguintes municípios: Morada Nova, Ocara, Cascavel, Chorozinho e Pacajus.

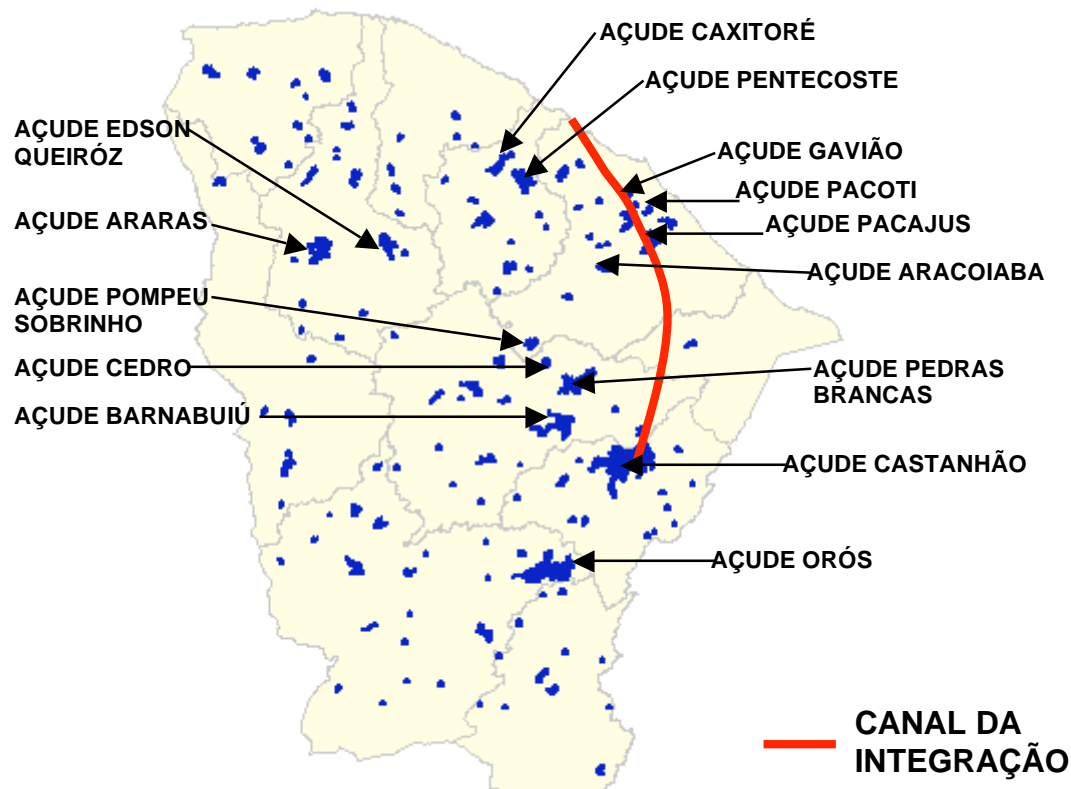


Figura 22: Canal da Integração e principais açudes do Estado. Fonte: SRH

O Trecho IV, que liga o Açude Pacajus ao Açude Gavião, terá uma extensão de 33,9 km e o Trecho V, que interliga o Açude Gavião ao Complexo Industrial do Porto do Pecém, terá 55 km de extensão. Estes dois trechos encontram-se em processo de licitação e, segundo a SRH, têm os recursos financeiros já assegurados para a execução das obras, que terão início neste segundo semestre do ano de 2006.

Esse é o contexto, em termos de projetos do governo, em que a relocação da cidade de Jaguaribara está inserida: as políticas de recursos hídricos e projetos de modernização, que tem como ícone o açude Castanhão, propostas pelo Programa de Gerenciamento dos Recursos Hídricos dos “governos das mudanças”, cujas idéias incluem os sistemas de água, energia, indústria, agricultura irrigada e exportação. E assim, com o Castanhão, a cidade de Jaguaribara cumpriu seu “destino redentor”: submergir nas águas, para trazer “mais vida para o Ceará”.¹⁵⁰

¹⁵⁰ Parte do texto de slogans produzidos pelo Governo do Estado do Ceará, para veiculação da propaganda do Castanhão e de Nova Jaguaribara.

EIXO DE INTEGRAÇÃO CASTANHÃO/REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA - TRECHO 1 (Açude Castanhão - Açude Curral Velho)

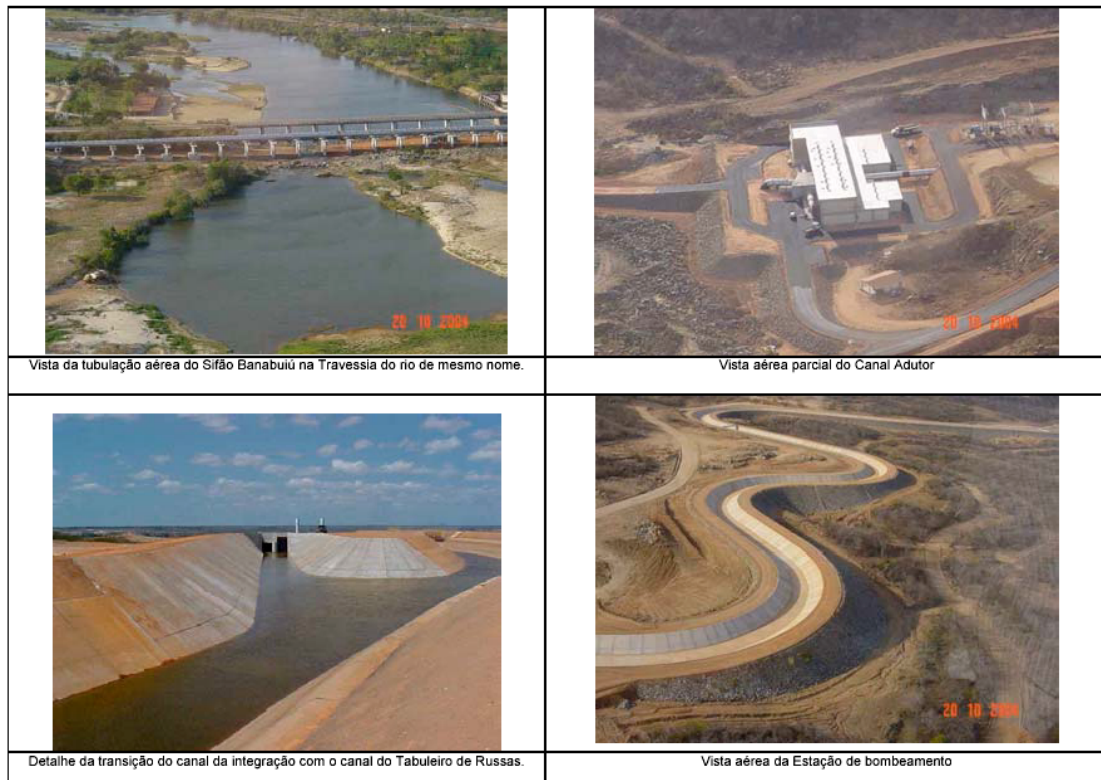


Figura 23: Canal da Integração. Trecho I. Fonte: SRH, dez 2005

EIXO DE INTEGRAÇÃO CASTANHÃO/REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA - TRECHO 1 (Açude Castanhão - Açude Curral Velho)

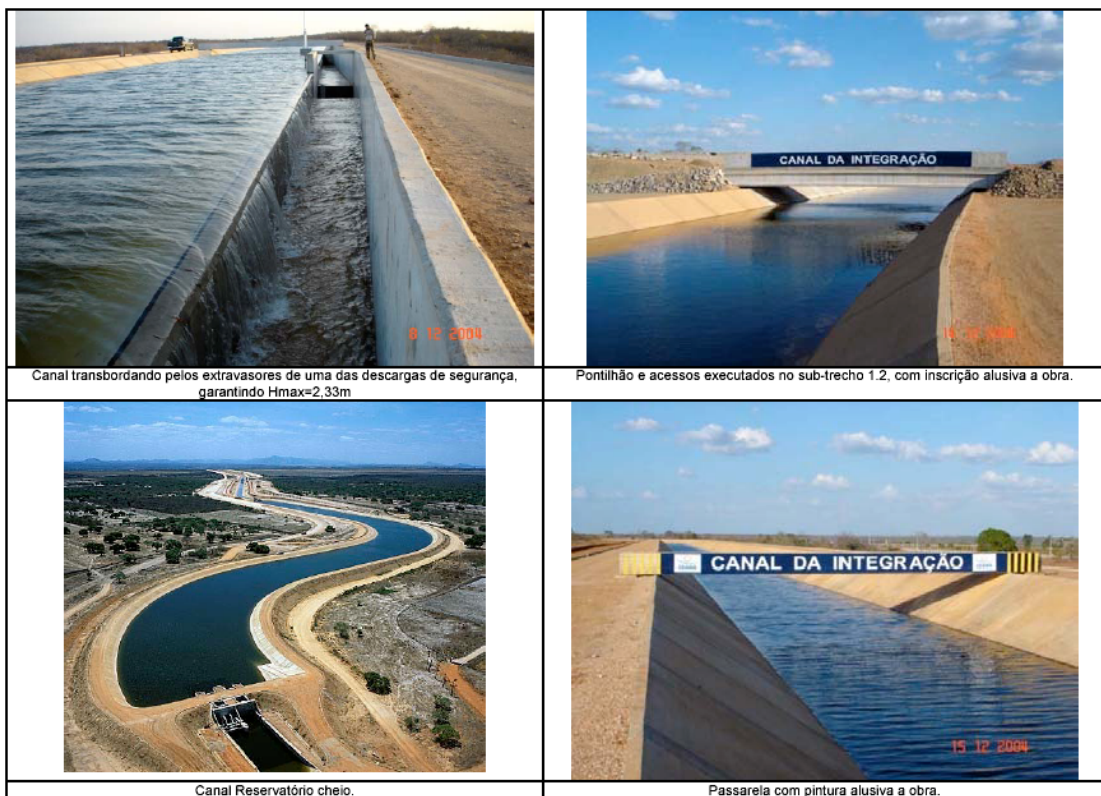


Figura 24: Canal da Integração. Trecho I. Fonte: SRH, dez 2005

EIXO DE INTEGRAÇÃO CASTANHÃO/REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA - TRECHO 2



Figura 25: Canal da Integração. Trecho II. Fonte: SRH, dez 2005

EIXO DE INTEGRAÇÃO CASTANHÃO/REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA - TRECHO 3



Figura 26: Canal da Integração. Trecho III. Fonte: SRH, dez 2005

2.3 JAGUARIBARA: COM OS DIAS CONTADOS

No início da colonização do Brasil, em decorrência da importância do açúcar, a concentração populacional se restringia aos núcleos litorâneos ou aos que lhes fossem próximos. Isso ocorria sobretudo no Nordeste, onde a capitania de Pernambuco tornou-se núcleo primordial da produção açucareira.

Um passo decisivo na ocupação do espaço nordestino foi o desenvolvimento da pecuária, apesar de representar no quadro econômico colonial uma função complementar destinada a atender as necessidades da área litorânea. A carne de charque era um dos gêneros básicos da alimentação colonial, principalmente da mão-de-obra escrava que trabalhava nas lavouras de cana¹⁵¹. Devido à preocupação em separar a área de criação da zona de plantações foi que a penetração rumo ao interior se intensificou. Sendo assim, o Nordeste foi dividido em dois setores: o da cultura da cana, que era o litoral, e o da cultura do gado, o sertão. A região da cana dedicava-se à exportação, enquanto o sertão objetivava o abastecimento das zonas do açúcar com carne, leite e couro¹⁵².

O Estado do Ceará originou-se da Capitania do Siará Grande, que foi ignorada pelos seus donatários, apresentando as primeiras ações de colonização no início do século XVII. Em 1603, uma dessas iniciativas foi realizada e tinha por objetivo encontrar ouro e prata ao longo do rio Jaguaribe. Como em grande parte da história do Brasil, os primeiros habitantes dessas terras foram os índios. No Ceará, os primeiros ocupantes foram os indígenas das tribos Jaguaribara e Tapuias¹⁵³. As dificuldades

¹⁵¹ ANDRADE, F. A de Penetração civilizadora. In.: *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: 1987.

¹⁵² *Ibid.*

¹⁵³ GIRÃO. Valdelice Carneiro. Da conquista à Implantação dos Primeiros Núcleos Urbanos na Capitania do “Siara Grande”, In: *História do Ceará*. Simone de Souza (coord.). Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994. p. 26

encontradas foram muitas, pois os sertões cearenses além de serem ocupados por estas tribos indígenas eram ocupados por invasores estrangeiros. Várias outras tentativas de povoar o interior da Capitania do Ceará foram feitas, mas sem obter sucesso. Então a Coroa portuguesa constatou que a única forma de garantir a ocupação territorial era instaurar a autoridade metropolitana no interior, adotando o sistema de concessão de sesmarias ou datas, isto é, doações de terras àqueles que iriam colonizar e explorar a terra¹⁵⁴.

A primeira concessão legal de sesmaria na região do Jaguaribe ocorreu no final do século XVII, e foi doada para os Homens do Rio Grande do Norte - Manuel de Abreu Soares e mais quatorze homens. A sesmaria foi estruturada em quinze repartições que iam da foz do rio Jaguaribe até a localidade de Boqueirão da Cunha, nas proximidades do atual município de Alto Santo¹⁵⁵. A partir desse momento o Rio Jaguaribe passou a ocupar lugar de destaque no processo de colonização do interior da província, visto que se tornou via de comunicação entre as áreas costeiras e o sertão, ficando conhecido como Estrada Geral do Jaguaribe, como também os colonos passam a fixar-se ao longo do seu curso¹⁵⁶.

Jaguaribara, cuja denominação do município vem do nome da tribo que habitava a região - em Tupi significa “Moradores do Rio das Onças” - nasceu do mesmo processo que gerou o Ceará no período em que o gado foi para o interior para que o açúcar se desenvolvesse no litoral. Nasceu às margens do Jaguaribe, ainda o principal rio do Ceará, que corta o estado de sudoeste a nordeste¹⁵⁷.

¹⁵⁴ PINHEIRO, Francisco José Pinheiro. Mundo em Confronto: povos nativos e europeus na disputa pelo território, In: *Uma nova história crítica do Ceará*. Simone de Souza (org.), 3.ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004. 48p.

¹⁵⁵ GIRÃO. Op.cit.

¹⁵⁶ Caracterização Regional do Baixo Jaguaribe, pg. 25.

¹⁵⁷ Cf. FURLANI, R. *Plano de Estruturação Urbana da Cidade de Jaguaribara*. Jaguaribara – CE, 2001.



Figura 27: Mapa do Estado do Ceará. Localização da cidade de Jaguaribara e rodovias de acesso.
Foto: Governo do Estado. Secretaria de Infra-estrutura

As origens da cidade datam do século XVII, quando o Capitão João da Fonseca Ferreira fixou-se em terras de sesmarias, num sítio a que deu o nome de Santa Rosa, onde construiu uma Capela, a primeira do povoado, dedicada a São Gonçalo do Amarante. As terras do Sítio Santa Rosa, posteriormente, foram transferidas para o genro do Capitão, que as vendeu para o Padre Domingos Ferreira da Silva, vigário de Icó. A povoação do sítio foi formada pelo disfarce da fé, devido à influência e liderança do seu proprietário¹⁵⁸.

¹⁵⁸ Cf. SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO CEARÁ *Plano Diretor para Aproveitamento do Açude Castanhão, situado na Bacia do Jaguaribe, no Estado do Ceará*. Plano

Por volta de 1700, as tribos indígenas foram sendo exterminadas para dar lugar às fazendas de gado. Tendo conseguido a extinção dos indígenas que aí habitavam, a família de Domingos Paes de Botão tornou-se a primeira povoadora de Jaguaribara¹⁵⁹.

Em 1824, Jaguaribara foi palco da Confederação do Equador. Nas terras do Sítio Santa Rosa, aconteceu uma batalha sangrenta entre as tropas imperiais e os componentes do movimento, que lutavam pela instalação da República no Brasil e que fora iniciado em Pernambuco. Nessa batalha houve um confronto entre tropas imperiais e confederados, estes comandados por Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, presidente do movimento, que foi morto no Alto do Andrade, a 3 km da antiga sede de Jaguaribara, à margem esquerda do rio Jaguaribe. Os restos mortais do “herói-martir”, com exceção de uma de suas orelhas (que foi levada pelo assassino como um troféu) estão sepultados na Capela de São Gonçalo do Amarante.¹⁶⁰ Esse acontecimento proporcionou a transformação do Sítio Santa Rosa em vila, que posteriormente foi elevada a Distrito do Frade. Este último foi transformado em parte do município de Jaguaretama e a região tornou-se um ponto de visitaçã de turistas. Inclusive houve uma pretensão de homenagear Tristão Gonçalves, mudando o nome da cidade para Tristanópolis¹⁶¹, intento que não logrou êxito.

O Distrito do Frade voltou a denominar-se Jaguaribara, em 30 de dezembro de 1943, conforme a Lei nº 1.114. No período pós-guerra a idéia de emancipação era muito forte, contribuindo para que um crescente número de distritos cearenses se emancipasse. A emancipação política de Jaguaribara à categoria de município, como Distrito desmembrado de

Estratégico de Desenvolvimento Turístico para a Área de Influência da Barragem do Castanhão. Fortaleza, Abril/2005.p.31

¹⁵⁹ SILVEIRA, op. Cit.

¹⁶⁰ Cf. SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO CEARÁ, op. Cit. P. 31

¹⁶¹ BRITO, R. de S. - *História sócio- política, econômica, religiosa e cultural de Jaguaribara*. Limoeiro do Norte: Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, 1994. (mimeo)

Jaguaretama, aconteceu em 9 de março de 1957, por meio da Lei nº 3.550. Em 30 de novembro de 1964, conforme Ato de D. Aureliano Matos, Bispo de Limoeiro do Norte, a capela de Jaguaribara foi transformada em Freguesia¹⁶².

Essa área é chamada de Alto Jaguaribe, onde o rio nasce, e Baixo Jaguaribe, onde o rio deságua. O município de Jaguaribara ficava na micro-região do Médio Jaguaribe, centro-sul do Estado, e tinha sua sede à margem direita do rio. A cidade distava 283 km de Fortaleza, sendo acessada pela BR-116 e pela CE-162. A população era de 8.730 habitantes, composta predominantemente por jovens de zero a 19 anos que representavam 56% da população, concentrando-se principalmente na zona rural¹⁶³. A cidade ocupava uma área de 731 km², limitando-se ao Norte com o município de Alto Santo, ao Sul com Jaguaribe, ao Leste com Iracema e ao Oeste com Jaguaretama. Poço Comprido é seu único distrito cuja vila sede situa-se no extremo norte do território municipal, à margem esquerda do rio Jaguaribe¹⁶⁴.

A cidade de Jaguaribara desenvolvia uma economia de subsistência¹⁶⁵ - como a maioria dos municípios cearenses - baseada na agropecuária e num pequeno comércio na zona urbana. A indústria se desenvolveu de forma incipiente, destinada principalmente ao beneficiamento e produção de derivados do leite.

Com quarenta anos de emancipação política e dois séculos de história, em 1985, os jaguaribarenses receberam a notícia de que sua cidade submergiria nas águas do Castanhão. Jaguaribara, Jaguaretama, Jaguaribe e Morada Nova também teriam parte de suas terras inundadas pelo açude.

¹⁶² Cf. SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO CEARÁ, op. cit. P. 31

¹⁶³ 3.539 habitantes na zona urbana e 5.191 na zona rural. Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000.

¹⁶⁴ Cf. SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO CEARÁ. op. Cit .p.32

¹⁶⁵ BRAGA, E. M. F. (Coord.) *Gestão Municipal: descentralização e políticas públicas participativas*. Relatório do Estado do Ceará.

O município de Jaguaribara teria 2/3 de suas terras submersas, incluindo a sua sede. Considerada a maior obra em recursos hídricos do Norte semi-árido, a barragem do Castanhão foi apontada pelo governo como possibilidade do sertão virar mar. Seria o fim das secas, das enchentes e do subdesenvolvimento do Ceará.

Seguem algumas fotos retratando a antiga Jaguaribara:



Figura 28: Antiga Jaguaribara. Marco histórico erigido no local onde morreu Tristão Gonçalves, chefe da Confederação do Equador. A população solicitou que fosse colocada uma plataforma flutuante, para que não mudasse o local do marco. A solicitação não foi atendida. Foto:31/69



Figura 29: Rio Jaguaribe, nas proximidades de Jaguaribara. Atividade pesqueira desenvolvida com tarrafa. Piranha vermelha capturada com um arpão por um pescador. Foto 16/69



Figura 30: Rio Jaguaribe, nas proximidades de Jaguaribara. Passagem para o distrito de Poço Comprido. Fonte: DNOCS. Açude Público Castanhão. Relatório de Impacto no Meio Ambiente. V.3. Foto 24/69



Figura 31: Antiga cidade de Jaguaribara. Centro Educacional Domingos Paes, único estabelecimento que ministrava ensino profissionalizante em Jaguaribara. Fonte: DNOCS. Açude Público Castanhão. Relatório de Impacto no Meio Ambiente. V.3.Foto 26/69



Figura 32: Antiga cidade de Jaguaribara. Hospital Público. Fonte: DNOCS. Açude Público Castanhão. Relatório de Impacto no Meio Ambiente. V.3.Foto 27/69



Figura 33: Antiga cidade de Jaguaribara. Posto da Companhia Telefônica Teleceará. Fonte: DNOCS. Açude Público Castanhão. Relatório de Impacto no Meio Ambiente. V.3. Foto 28/69



Figura 34: Antiga cidade de Jaguaribara. Conjunto Habitacional “a força do povo”. Fonte: DNOCS. Açude Público Castanhão. Relatório de Impacto no Meio Ambiente. V.3. Foto 38/69



Figura 35: Antiga cidade de Jaguaribara. Habitação típica urbana. Fonte: DNOCS. Açude Público Castanhão. Relatório de Impacto no Meio Ambiente. V.3. Foto 38/69



Figura 36: Antiga cidade de Jaguaribara. Habitação típica rural. Fonte: DNOCS. Açude Público Castanhão. Relatório de Impacto no Meio Ambiente. V.3. Foto 42/69



Figura 37: Antiga cidade de Jaguaribara. Igreja de Santa Rosa de Lima. A fachada foi fielmente reproduzida na cidade nova. Fonte: DNOCS. Açude Público Castanhão. Relatório de Impacto no Meio Ambiente. V.3. Foto 32/69



Figura 38: Antiga cidade de Jaguaribara. Mercado Público do Município. A população reivindicou que o mesmo fosse reproduzido fielmente, como a igreja matriz. A solicitação não foi atendida.. Fonte: DNOCS. Açude Público Castanhão. Relatório de Impacto no Meio Ambiente. V.3. Foto 30/69



Figura 39: Antiga cidade de Jaguaribara. Cemitério Público do Município. Relocado, tendo em vista a manutenção da qualidade da água. Fonte: DNOCS. Açude Público Castanhão. Relatório de Impacto no Meio Ambiente. V.3. Foto 63/69



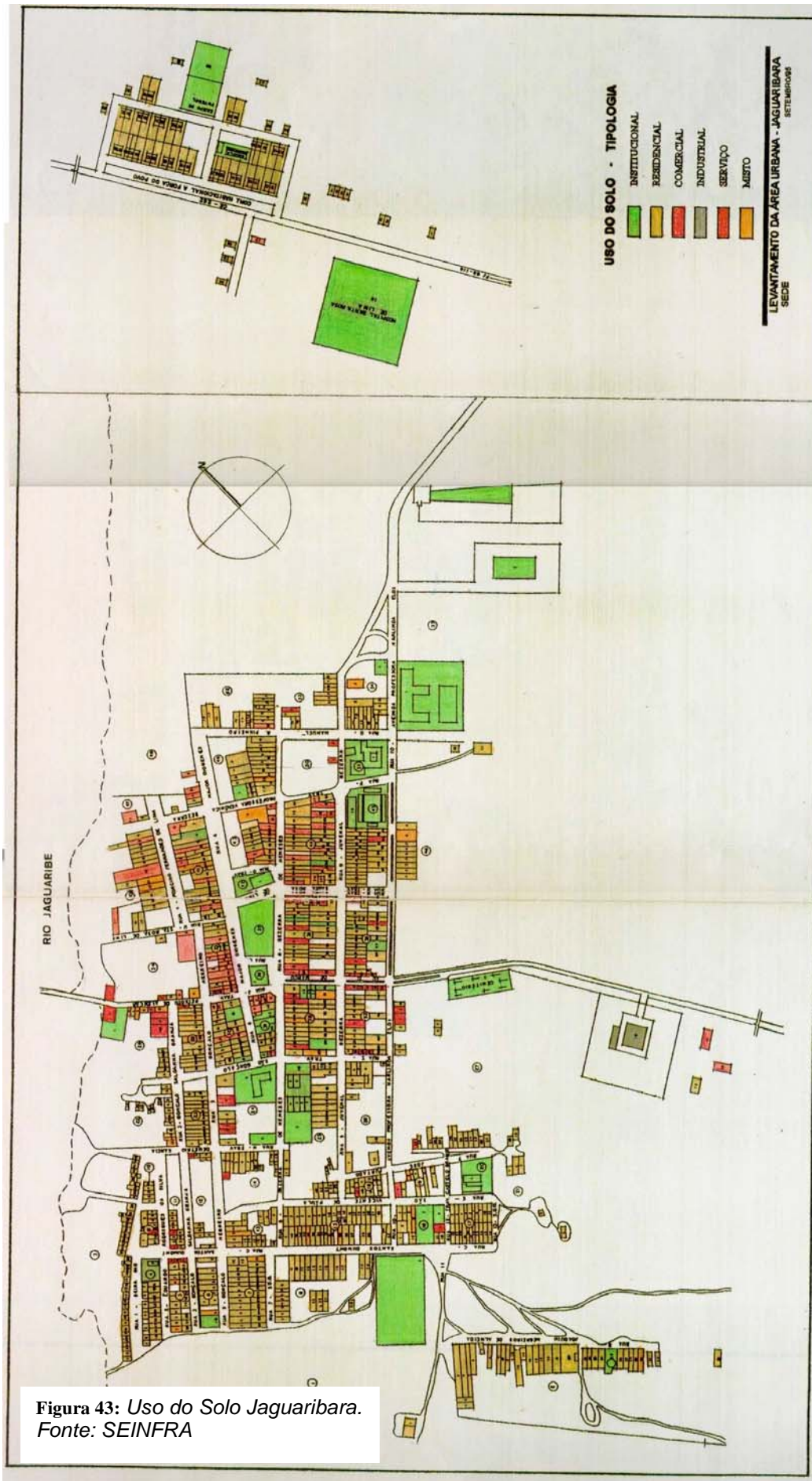
Figura 40: Antiga cidade de Jaguaribara. Praça Tristão Araripe Gonçalves, construída no período de 1967-1971 e remodelada em 1988. Fonte: DNOCS. Açude Público Castanhão. Relatório de Impacto no Meio Ambiente. V.3. Foto 65/69



Figura 41: Antigo Distrito de Poço Comprido. Grupo Escolar do Distrito de Poço Comprido. Fonte: DNOCS. Açude Público Castanhão. Relatório de Impacto no Meio Ambiente. V.3. Foto 25/69



Figura 42: Antigo Distrito de Poço Comprido. Igreja de São Vicente Ferrer. Fonte: DNOCS. Açude Público Castanhão. Relatório de Impacto no Meio Ambiente. V.3. Foto 33/69



2.4 A CIDADE E O POVO: LUTA E MEMÓRIA

*“O Ceará é uma terra condenada mais pela tirania dos governos do que pela inclemência da natureza”
(Rodolpho Teóphilo)¹⁶⁶*

A questão do reassentamento involuntário do povo de Jaguaribara é marcada por um processo que teve etapas bem distintas: ameaça, resistência, insegurança, aceitação dinâmica e chegada na nova terra. Nesse andamento, podemos salientar dois blocos dicotômicos e bem articulados. Ou seja, se tratarmos essa trama como resultante de um processo político, poderemos dizer que ela resulta de um processo que se desenvolve entre a Sociedade Civil X Estado.

Como representantes do primeiro bloco, temos os atores sociais que se colocaram na posição de defensores na cidade, no sentido de impedir sua relocação. Silveira (2000) elenca os seguintes agentes: A Associação de Moradores de Jaguaribara - AMJ, o Grupo Multi-participativo do Castanhão, o Instituto da Memória do Povo Cearense - IMOPEC, o Movimento de Educação de Base - MEB, a CÁRITAS, o Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador - CETRA, o Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, alguns profissionais liberais (técnicos, advogados, geógrafos), e alguns políticos¹⁶⁷.

Os moradores da cidade se organizaram em uma associação (a Associação de Moradores de Jaguaribara) com o fito inicial de lutar contra a destruição da cidade. Vencidos nesta primeira etapa, uniram forças para participar do projeto da nova cidade, de modo que um maior número de

¹⁶⁶ Médico que se opôs à oligarquia no Ceará e consagrou sua vida à questão da saúde pública. Usando recursos próprios, vacinou a população contra varíola, salvando a vida de muitos concidadãos.

¹⁶⁷ SILVEIRA, op. cit. p. 87

jaraguari-barenses fosse privilegiado com a mudança. Através dessa organização, os moradores puderam discutir, por exemplo, sobre a escolha do local da nova sede do município através de um plebiscito, sobre o modelo das igrejas e do cemitério. Puderam também participar das reuniões do Grupo Multi-participativo do Castanhão. Este grupo era constituído por doze participantes da sociedade civil e oito de órgãos governamentais, que se reuniam mensalmente para discutir os principais problemas de adaptação.

O Instituto da Memória do Povo Cearense - IMOPEC é uma instituição não-governamental, sediada em Fortaleza, que tem por principal objetivo registrar a memória do povo. Constitui-se numa entidade de assessoria à comunidade de Jaguaribara que promoveu debates, produziu vídeos, cadernos, boletins, cursos de arquivista, registrou e documentou a história desta cidade. Dentre seus principais feitos, estão os vídeos *Castanhão: a resistência de um povo* (1989) e *SOS Jaguaribara* (1992), o boletim *Raízes*, o caderno *Propostas Alternativas*, ambos lançados em 1992 e o livro *Jaguaribara, resistindo e vivendo* (1995), o qual traz um balanço de dez anos de luta da cidade contra o Castanhão por meio de depoimentos de técnicos, advogados e moradores da cidade. Baseado na afirmativa de que o espaço cearense vem se modificando em pouco tempo como resultado das políticas públicas ditas modernizadoras, o IMOPEC promoveu também nos dias 21 e 22 de setembro de 1996 o 1º Seminário Estadual dos Atingidos Pelas Políticas Públicas no Ceará, na cidade de Jaguaribara. Participaram do evento, além dos jaguari-barenses, pessoas atingidas por obras públicas como os habitantes de São Gonçalo do Amarante, afetados pela construção do Porto do Pecém, praia esta onde também seria instalada uma usina siderúrgica e uma refinaria de petróleo, agressora do patrimônio natural; a população de Várzea Alegre, reassentados pela construção da barragem Olho D'Água; a população do município de Iguatu, afetada pela barragem Trussu; habitantes da cidade de Crato, atingidos pela barragem do Rosário; moradores do município de Russas, Projeto Tabuleiro de Russas, projeto de irrigação que se estende por três municípios; e o DNOCS; moradores dos bairros Barra do Ceará e Pirambu, em Fortaleza,

prejudicados pela construção da ponte sobre o rio Ceará e de duas avenidas, as quais causaram a relocação de cerca de duas mil pessoas.

A igreja católica, representada pelo MEB, pela Cáritas Diocesana e principalmente pela Congregação Imaculado Coração de Maria, fez-se deveras presente. Desta congregação é membro a irmã Bernadete Neves, mister porta-voz do povo de Jaguaribara, uma líder comunitária de grande destaque na luta travada pelos interesses sociais¹⁶⁸.

O CETRA, outra organização mobilizada em prol dos jaguaribarenses, foi responsável por inúmeros debates. O primeiro ocorreu em 15 de fevereiro de 1990, num evento que reuniu ONG's, profissionais liberais, ambientalistas e a comunidade de Jaguaribara, resultando na publicação de uma cartilha. O CETRA também foi chamado para assessorar a população em 1989, momento da licitação da barragem do Castanhão, já que a obra estava sendo encaminhada sem que houvesse a elaboração de um Relatório de Impactos Ambientais (RIMA).

Dentre os atores contra a relocação, o Movimento dos Atingidos por Barragens talvez represente o grupo cujas contribuições obtiveram maior relevância junto à organização dos moradores. O Movimento dos Atingidos por Barragens é uma entidade filiada à Central Única dos Trabalhadores – CUT e resultou da unificação de diversos movimentos regionais organizados por atingidos por barragens. O MAB surgiu oficialmente em 1991, quando realizou-se o I Congresso do Atingidos por Barragens no Brasil, onde decidiu-se que o movimento deveria ter abrangência nacional, além de ser autônomo e deveria articular ações contra barragens a partir de ações deliberadas pelo Congresso¹⁶⁹. Os primeiros focos de resistência, organização e luta que podem ser considerados como o berço do que viria a ser o MAB anos depois são:

¹⁶⁸ Ibid.p.88

¹⁶⁹ MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. *MAB: Uma História de Lutas, Desafios e Conquistas*. Caderno 7. Brasília; MAB, 2002.

Nordeste- no final dos anos 70, a construção da UHE de Sobradinho no Rio São Francisco, onde mais de 70.000 pessoas foram deslocadas, e mais tarde com a UHE de Itaparica foi palco de muita luta e de mobilização popular.

Sul- quase que simultaneamente em 1978, ocorre o início da construção UHE de Itapu na bacia do Rio Paraná, e é anunciada a construção das Usinas de Machadinho e Itá na bacia do Rio Uruguai, que criou um grande processo de mobilizações e organização nesta região.

Norte- no mesmo período, o povo se organizou para garantir seus direitos frente a construção da UHE de Tucuruí¹⁷⁰.

Desse modo, os atingidos passaram a perceber que, além da luta isolada, deveriam confrontar-se com o modelo energético nacional e internacional. Para isso, fazia-se necessário uma organização maior que articulasse a luta em todo o Brasil. Fruto desta articulação e da pressão dos movimentos de atingidos por barragens de todo o mundo, foi criada no ano de 1997, na Suíça, a Comissão Mundial de Barragens - CMB, ligada ao Banco Mundial e com participação de representantes de ONGs, Movimentos de Atingidos, empresas construtoras de barragens, entidades de financiamento e governos. A CMB teve o fito de levantar e propor soluções para os problemas causados pelas construtoras de Barragens a nível mundial, bem como propor alternativas. O MAB incentiva a luta “como processo no qual atingidos tomam consciência de sua situação, participando integralmente de sua organização e decidindo com responsabilidade sobre o seu destino coletivo”¹⁷¹.

Destarte, através do auxílio do MAB, os moradores de Jaguaribara puderam visitar outras regiões atingidas e também participar de congressos regionais, nacionais e até mesmo internacionais, conforme registra o IMOPEC. Os jaguaribarenses participaram do 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Atingidos por Barragens - ENTAB, realizado em

¹⁷⁰ Ibid.

¹⁷¹ Ibid.

Goiânia, em abril de 1989, idealizado com o fito de articular experiências de lutas localizadas e discutir a produção de energia elétrica no país através de barragens.

Mais recentemente, em novembro de 2002, criou-se a Rede de Memória, uma rede virtual e presencial que tem como fito manter viva a memória cultural do Ceará. Essa rede avaliou a Memória e Patrimônio Natural do Ceará num encontro acontecido às margens do açude Castanhão, em novembro de 2003. Ao analisar o uso dos recursos naturais do estado, fez algumas constatações graves, entre elas podemos citar o fato de que muitos dos corpos hídricos do estado foram transformados em esgotos a céu aberto¹⁷². A Rede de Memória, em pesquisa para este encontro, também presenciou a degradação ambiental no recém inaugurado açude Castanhão, cujas águas já são receptoras dos esgotos das cidades circunvizinhas. Além disso, denuncia também que o “Eixão”, grande tubulação que conduz as águas do Castanhão ao Porto do Pecém, além de disseminar esta poluição, não beneficia as populações situadas ao longo do percurso, mas destina-se prioritariamente às empresas que serão instaladas no Complexo Industrial e Portuário do Pecém.

Do segundo “lado”, como foi dito acima, há o Estado, com o “Governo das Mudanças”. Como órgãos representantes do Estado neste momento, estão a Secretaria de Infra-estrutura do Estado do Ceará - SEINFRA, responsável pelo reassentamento urbano; o Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará – IDACE; a Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH e a Secretaria da Agricultura Irrigada - SEAGRI, encarregados da organização dos assentamentos rurais; o órgão federal DNOCS e o Centro Industrial do Ceará - CIC.

O ano de 1985 marcou uma conturbada fase da história da cidade de Jaguaribara, com a notícia de que esta ficaria submersa e a barragem seria construída. Diante disso, dois tipos de reação foram

¹⁷² REDE DE MEMÓRIA. *Carta de Jaguaribara*. Fortaleza, 16 de novembro de 2003

verificados. A primeira baseada na crença de alguns que consideravam o projeto inevitável, por ser uma obra federal e a outra a dos que acreditavam que, independente disso, alguma coisa precisava ser feita pela cidade.

Destarte, o então prefeito Francisco Holanda Guedes, que administrou a cidade entre 1983 e 1988, exigiu do Governo Federal, por intermédio do DNOCS, recursos que possibilitassem aos representantes de Jaguaribara conhecer outras áreas de barragens, para que os jaguaribenses soubessem como proceder¹⁷³. Os moradores, então, visitaram a barragem de Sobradinho, na Bahia, onde foram submersas as ruínas de Canudos. Esta barragem, construída em 1954 pela Comissão Vale do São Francisco - CVSF, surgiu com o propósito de regularizar a vazão do rio, a irrigação e a geração de energia elétrica. Infelizmente, a barragem rompeu-se duas semanas após a sua inauguração, sendo reconstruída duas décadas depois e deixando uma impressão nada animadora aos moradores de Jaguaribara. Além disso, os moradores ficaram decepcionados porque foram informados de que nem todas as famílias foram reassentadas¹⁷⁴.

Tornada pública a decisão de construção da barragem e a submersão da cidade, lideranças do Médio e Baixo Jaguaribe, se organizaram com o fim de acompanhar o estudo de alternativas que atendessem aquelas populações. A partir de então se iniciou uma série de debates, que trouxeram à cidade representantes do Governo Estadual e Federal e que levaram os representantes da cidade às instituições do Estado. Questões ideológicas, técnicas, econômicas e afetivas permearam os mais diversos discursos em torno da obra, sem nunca tirar a cidade do eixo da discussão. Amplos setores da sociedade manifestaram-se sobre o fato.

¹⁷³ Depoimento de Bernadete Neves, Semana de História da Faculdade de Filosofia da Universidade Estadual do Ceará, 1997.

¹⁷⁴ SILVEIRA, op,cit. p. 92

A razão para essa movimentação adveio do obstáculo de a água no sertão ter se tornado questão política, de poder. Seja pela escassez ou pelo excesso, a água é um problema real nas vidas dos cearenses. Tantas décadas de ineficiência das políticas públicas tornaram ultrapassada a desculpa de que a pobreza no Ceará justificava-se pelo fator natural, levando os sertanejos a uma profunda descrença no Estado como representante dessas ações.

Nesse contexto de certa descrença, a construção do açude trouxe à tona a velha questão de que a “redenção do sertão exigiria um sacrifício”. Pressupunha-se a submersão de uma cidade, trazendo à cena pública a falta de credibilidade da população nas promessas do Estado e chamando a sociedade a discutir o assunto.

Silveira ressalta em sua pesquisa que as duas vias pelas quais esse processo efetivou-se foi a institucional. De um lado, o governo dispunha da força institucional legalizada, o Estado. Do outro, os moradores que, submetidos a esta força, buscavam na Igreja, nos Conselhos, nas Associações e Institutos uma contra-força para enfrentar o Estado¹⁷⁵. Com a mediação da imprensa, ambos os lados buscavam apoios. Com o intermédio das instituições, o governo procurava contar com aliados da sociedade e os moradores com o aparato do Estado. Jürgen Habermas (1984), ao analisar a relação entre estas esferas no mundo contemporâneo constata uma interpenetração entre Estado e sociedade, constituindo um setor intermediário que ele denomina de *esfera social*, não podendo ser classificada nem juridicamente nem sociologicamente como categoria do público e do privado. É nessa esfera social¹⁷⁶ que o governo e os moradores atuam ora como sociedade estatizada, ora como estado socializado.

¹⁷⁵ Ibid.

¹⁷⁶ HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1984. Biblioteca Tempo Universitário, nº. 76. P. 208

A polêmica foi crescente ao longo do curso da obra. Uma dicotomia fazia-se presente no sentimento dos jaguaribarenses: a busca e o desejo pela prosperidade - a dor da perda do lugar.

O Instituto da Memória do Povo Cearense – IMOPEC organizou no ano de 1996 uma cartilha baseada nas recomendações feitas pelo MAB para esclarecer a população sobre as medidas que cabem a o governo e à população atingida pela barragem¹⁷⁷. Entre os principais indicativos, estão os seguintes:

Da parte do governo, para a construção de barragens médias (acima de 50 e até 500 km² de superfície), e grandes (acima de 500 até 5 mil km² de superfície), deve ser concedida pela Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE. Uma Licença Prévia, após a apresentação o projeto da obra, que deverá conter seus objetivos, localização, características gerais da área, histórico, estudos do local, do solo, etc. Além de adquirir a Licença, deve-se apresentar um projeto público que contenha decreto de desapropriação, por utilidade pública ou interesse social; um levantamento cadastral, caso a terra não pertença ao governo; um projeto de estrada pública de acesso à obra, interligada a outras estradas já existentes; tomada d'água ou sifão pronto para liberar água no leito do rio.

No caso de deslocamento involuntário de população, será obrigatório figurar no projeto o “subprojeto de reassentamento” da população atingida. É cabível e obrigatória a realização de audiência pública reunindo as partes interessadas para debater o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), realizado previamente por empresa contratada através de licitação pública. Após esta audiência e após a aprovação do Estudo de Impacto Ambiental e do

¹⁷⁷ IMOPEC. *Água para a vida: ABC dos Atingidos por Barragens*. Fortaleza, 1994.

Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), deve ser concedida a Licença.

A partir de então, o governo deve ser coerente com a Constituição, no que diz respeito à indenização justa, prévia e em dinheiro; deve procurar atender às reivindicações das associações de atingidos; acompanhar a obra; expor à sociedade civil um cronograma da obra, a origem e destinação proporcional dos recursos referentes à obra e à desapropriação; o plano de reassentamento involuntário e outros projetos decorrentes (estradas, etc.); dar respaldo aos atingidos para que estas possam administrar suas vidas sob as novas condições, através de treinamentos, cursos, etc., garantindo moradia e atividade econômica para subsistência.

Da parte dos atingidos, é de grande importância a organização da população, para esclarecer pontos primordiais como o desejo ou não pela barragem, as vantagens e desvantagens acarretadas pela obra e a escolha do local de sua construção. O envolvimento na questão é essencial, e deve começar pela criação de uma associação ou grupo de atingidos, que reunirá informações sobre barragens através de técnicos ou assessoria competente, que visitará outras áreas de barragens para troca de experiências e articular-se-á com o MAB. Uma “Carta Consulta” é concedida pela SRH a qualquer interessado, com o intuito de esclarecer quaisquer informações sobre a barragem.

A população deve estar atenta à Regularização Fundiária, ou seja, estar com os documentos da terra em ordem, sabendo se esta pertence a herdeiros, posseiros ou se foi feito inventário para partilha, evitando assim transtornos na hora da indenização/ relocação. Deve realizar levantamento de bens dos proprietários, moradores ou posseiros.

Outro ponto que merece grande atenção é a exigência do cumprimento da legislação ambiental. Os atingidos devem ser auxiliados por advogados e devem se dispor a dialogar com os órgãos responsáveis pela obra. Em caso de infração da lei, denunciar à imprensa. Acompanhar passo a passo as ações do governo, exigindo o diálogo permanente com os atingidos associados.

Acima de qualquer coisa, a força da organização precisa se alimentar da “memória do lugar” de vivência e, também, de resistência. Recuperar a história, garantindo os registros às próximas gerações. Em contrapartida, deve também assumir comunitariamente as novas condições de vida¹⁷⁸.

A partir desses dados, fica compreensível absorver as complicações que permeavam as discussões entre a população de Jaguaribara e o Governo. Os questionamentos a respeito da barragem foram desencadeados pelas divergências técnicas que já explanamos anteriormente. Os moradores apropriaram-se da inconsistência das ações do governo e os partidos levaram adiante as discussões dos projetos em disputa. Em 1985, o jornal *O Povo* expressou as divergências sobre a questão na Assembléia Legislativa, onde alguns deputados, como o Diógenes Nogueira se posicionaram, defendendo a redução da obra de um único grande açude para vários menores. Outros, como Pinheiro Landim, defenderam o Castanhão na sua cota máxima, o que possibilitaria a irrigação do Apodi¹⁷⁹. Assim, percebe-se que a polêmica tanto se estendeu que gerou um rompimento do discurso das duas alas (Estado x Sociedade Civil). Instituições do próprio Estado, como a Secretaria de Obras e Serviços Públicos, também manifestaram suas dúvidas em relação à obra. Esta secretaria enviou um ofício ao Diretor do DNOCS, levando em consideração

¹⁷⁸ IMOPEC. 1994. op.cit.

¹⁷⁹ Cf. Castanhão em Debate. *O Povo*. Fortaleza, 09 dezembro 1985.

o vultuoso custo da obra e o caráter intervencionista¹⁸⁰. A única fala convergente é a de que fossem destinados recursos ao Vale do Jaguaribe.

Repletos de dúvidas, os moradores estenderam seus reclames à imprensa. Escreveram cartas aos órgãos responsáveis pedindo esclarecimento sobre as compensações sociais, econômicas e financeiras. O Estado respondeu aos questionamentos exalando a preocupação em ressaltar seu caráter democrático, sem esquecer a retórica de servidor da sociedade. Em contrapartida, os moradores também não se esqueceram de sua posição. Trocaram várias correspondências com o então diretor regional do DNOCS, Ivan Gonçalves Vieira, onde se percebeu a falta de consenso entre os grupos. O governo, em uma aparente disposição de diálogo não convenceu a comunidade que, sentindo-se desrespeitada em suas preocupações e impotente diante das decisões, colocou-se na defensiva¹⁸¹. Assim, diante da impossibilidade de impedir o projeto, a cidade rendeu-se à construção. Mas a luta teve continuidade na defesa dos interesses, mesmo que posta em cima de uma outra linha de atuação.

A população, aparentemente inconformada, mobilizou-se de outra forma. Visitou a cidade de São Rafael, no Rio Grande do Norte, para conhecer a barragem de Armando ribeiro Gonçalves, em Açú, e também a barragem de Itaparica, em Petrolândia, Bahia. Ambos os casos detectaram falhas no projeto e na condução dos respectivos governos, deixando impressões assustadoras nos jaguaribarenses.

A população então se aliou ao MAB, fortalecendo assim o movimento de resistência contra o Castanhão. A participação em diversos encontros organizados pelos atores sócias da trama, o confronto com as experiências frustradas de cidades nordestinas, motivou a comunidade de

¹⁸⁰ Governo do Estado do Ceará. Secretaria de Obras e Serviços Públicos. Of. nº 1254/85. Fortaleza, 18 dez 1985.

¹⁸¹ Carta da Prefeitura de Jaguaribara (assinada pelo prefeito Francisco Holanda Guedes) ao Diretor geral do DNOCS, Vicente Cavalcante Fialho. Jaguaribara, 07 de abril de 1987.

Jaguaribara e os integrantes do MAB a tentarem fazer dessa história um capítulo diferente na história da açudagem no país.

Nesse quadro, os moradores se engajaram em duas lutas paralelas, uma contra a barragem e outra reivindicando seus direitos na relocação, ao passo que as estratégias políticas claramente foram se consolidando, revelando a impotência do povo diante do poder do Estado. Ainda assim, as discussões dentro do próprio município se intensificaram, mostrando que a população estava preparada para qualquer que fosse o resultado dos embates.

Em 1989, a luta se oficializou, com a fundação da Associação de Moradores de Jaguaribara, tornando efetiva a representação da comunidade jaguaribarense. E os embates tiveram continuidade. Foi lançado o edital de concorrência para a construção da barragem, e logo então a população se manifestou através de um abaixo-assinado com 229 assinaturas reclamando da inconstitucionalidade do edital, já que neste não constava o RIMA. Mesmo insatisfeitos com o percurso da jornada, os moradores conseguiram através da vigilância e cobrança intermitentes surtir efeito nas ações do governo, como se pode ver nos registros documentais. Conseguiram audiências públicas, atrasavam liberações, colocaram em evidência a questão, expondo o governo aos olhos da sociedade¹⁸².

Após as audiências públicas, a Licença Prévia foi concedida pela SEMACE em 1991, autorizando os estudos de implantação a serem realizados pelo DNOCS. A partir de então, a cada passo dado pelo governo, a cidade exerceu uma marcação cerrada, discutindo todos os pontos, mesmo que em alguns momentos isso tenha sido feito por um grupo reduzido. As reivindicações feitas foram cobradas com veemência. Seguiram-se inúmeras reuniões com assessoria jurídica, debates, seminários, lançamentos de vídeos, publicações de boletins, participações em congressos do MAB, reuniões de planejamento e avaliação, etc. Enfim, o

¹⁸² Cf. Caminhada da comunidade de Jaguaribara a partir do Castanhão.

assunto Castanhão fez parte do dia-a-dia da cidade, a qual se tornou uma cidade turística, recebendo constantes visitas de jornalistas locais, estaduais, nacionais e internacionais, estudantes, pesquisadores e tantos interessados em conhecer a cidade que em breve desapareceria do mapa¹⁸³.

Em 21 de dezembro de 1992, após vários adiamentos e pareceres técnicos, foi aprovada pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente – COEMA - a Licença de Instalação do Castanhão. Assim, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SDU e a SEMACE licenciaram em 1993 a execução das obras de instalação do Projeto Castanhão. Nesse mesmo ano o governo criou a comissão para elaborar o Edital de Concorrência do projeto urbanístico da nova cidade¹⁸⁴.

No ano de 1995, no dia 16 de dezembro, o presidente Fernando Henrique Cardoso assinou a ordem de serviço para que fossem iniciadas as obras da barragem, determinando oficialmente e em definitivo, o fim da cidade. Com a oficialização da obra, o acompanhamento das obras de construção do Castanhão se institucionalizou, com a criação do *Grupo Multi-participativo de Acompanhamento das Obras da Barragem do Castanhão*. Um decreto de nº 23.752, de 18 de julho de 1995, criou o grupo, formado por um colegiado de representantes do governo do Estado do Ceará, do DNOCS, do poder municipal, do poder legislativo e da sociedade civil e instalado da sede da Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará¹⁸⁵.

O início da construção da barragem do Castanhão, bem como da nova cidade, marcaram o momento de concretização das promessas do Governo e a materialização das conquistas obtidas pela luta da população

¹⁸³ Cf. SILVEIRA, op.cit, p. 85

¹⁸⁴ Cf. SEINFRA. *Nova Jaguaribara : uma medida mitigadora de impactos sociais e humanos da construção do "Castanhão*. XXVI Seminário Nacional de Grandes Barragens. Fortaleza, 2001

¹⁸⁵ Cf. SEINFRA. *Nova Jaguaribara : uma medida mitigadora de impactos sociais e humanos da construção do "Castanhão*. XXVI Seminário Nacional de Grandes Barragens. Fortaleza, 2001

jaguaribarense, mesmo que o percurso deste processo tenha sido baseado em luta, dor e engano.

3

A Nova Jaguaribara

Desde 1985, quando foi anunciada a notícia da submersão da cidade de Jaguaribara nas águas do açude Castanhão, a população começou a aguardar o lúgubre momento da relocação. Ainda na década de 1980 surgiram as primeiras notícias sobre o projeto da cidade. Jaguaribara chegou a ter 14 mil habitantes, contudo, nos últimos anos antes da mudança, a população caiu a menos da metade, com o êxodo de moradores que não quiseram ficar para ver suas terras afundarem sob o prometido açude.

Baseado na concepção racionalista de modernidade como sinônimo de progresso, característica do século XX, o Governo do Ceará materializou a “política dos discursos” em prol do “Ceará das mudanças” e se expôs às leituras negativas adquiridas por esta concepção. Como nos lembra Bermam, a modernidade não frutificou apenas encanto, mas também desapontamentos¹⁸⁷.

A historiadora Silveira bem retrata essa idéia, quando reproduz a fala do economista funcionário do DNOCS Tarcísio Medeiros: “Tirem as mãos do Castanhão, deixem o Ceará crescer! Ele é o símbolo de progresso e pertence a todos nós”¹⁸⁸. Dando efeito a uma situação de sentimentos dicotômicos, a sedução tornou-se evidente. E, na linha de discursos, nos panfletos de propaganda do governo, o discurso sempre foi consistente: “Nova Jaguaribara, a cidade que nasce no sertão pro Ceará ter mais água” e “Nova Jaguaribara, é assim que se muda”. A planta de cidade veio acompanhada do título: *Nova Jaguaribara: a primeira cidade planejada do*

¹⁸⁷ BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Trad. Carlos Felipe Moisés/ Ana Maria L. Ioratti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p.15

¹⁸⁸ DIAS, Tarcísio de M. Castanhão – símbolo de progresso. In: *O Povo*. Fortaleza, 17 de setembro de 1992. (Tarcísio M. Dias foi economista do DNOCS e presidente da Sociedade dos Técnicos do DNOCS).

Ceará. Mostravam-se de um lado os números de uma cidade falida, sem muitas perspectivas de qualidade de vida e, de outro lado, os números de uma cidade promissora, um novo modelo de vida, embalsamado pela modernidade.

No entanto, do lado oposto desta sedução, vislumbrou-se a dor dos moradores. A dor ganhou terreno no ponto em que a sedução e o encanto desapareceram e deram lugar a um sacrifício da desmaterialização do lugar da memória, onde surgiu o destruidor de que falava Berman, referindo-se à modernidade:

Quando abro a cartilha do progresso
 Vejo um cofre que não tem segurança
 Vejo vulto sem fé, sem confiança
 Leio frases que falam de regresso
 Vejo cobras que prendem o progresso
 As formigas querendo trabalhar
 Uma pedra querendo anunciar
 O que digo também nessa mensagem:
 Se as águas quebrarem a barragem
 Levarão o progresso para o mar”¹⁸⁹

O coordenador da Associação de Moradores de Jaguaribara, Jesus Jeso Carneiro de Freitas, relatou sua dor: “É muito difícil ver destruída a casa em que nascemos ou a igreja em que casamos”. Contudo, a dicotomia nos sentimentos do jaguaribarenses ante a nova situação era explícita. Jesus de Freitas arrematou: “Nosso sentimento é de tristeza e ao mesmo tempo é de alegria por receber um espaço novo, com muitas coisas que não existiam aqui”¹⁹⁰.

Aliado ao discurso progressista do Governo do Estado do Ceará, verificamos ainda a exposição sobre a potencialidade dos estados

¹⁸⁹ SALDANHA, Edmundo D. *Amanhã matarão Jaguaribara afogada no açude Castanhão*. Jaguaribara, s.n., s.d.

¹⁹⁰ Jesus Jeso Carneiro de Freitas, coordenador da Associação de Moradores de Jaguaribara. *Diário do Nordeste*. Fortaleza, 16 de julho de 2001.

nordestinos, num discurso regionalista que reiterava o tema da seca e de sua salvação, como vemos no trecho a seguir em discurso proferido pelo então governador Tasso Jereissati sobre a questão do projeto da nova cidade em função da criação do Castanhão:

“[a obra do Castanhão] é econômica, vai trazer irrigação, vai trazer produção, vai trazer riqueza, vai gerar emprego e vai gerar renda. Mas, acima de tudo, para nós nordestinos, isso é uma obra social. Só quem não viu ainda o sofrimento e a tristeza do flagelo da seca, não entende o que significa a água: água para comer, água pra beber, para uma população tão sofrida nos dias de seca”¹⁹¹.

A mesma imagem é reiterada no discurso do Presidente Fernando Henrique Cardoso:

“Eu, como homem do sul, quero aqui dizer que agradeço muito àqueles que já foram qualificados por Euclides da Cunha como, antes de tudo, *fortes*. Quero agradecer ao homem e mulher do sertão, que sobreviveram e que daqui por diante, com o nosso empenho, eu estou certo de que sobreviverão com uma condição de vida melhor”¹⁹².

Ante a precariedade do sertão nordestino, este apelo à identidade nordestina buscou justificar o Castanhão e a nova cidade. A retórica governista, em que a eficiência e a modernidade no modelo de gestão foram apresentadas como base da legitimidade do poder¹⁹³, elevou Nova Jaguaribara a um símbolo.

Com a determinação da construção da cidade, teve fim a resistência popular. A população manteve-se organizada, mas agora com o fito de pleitear condições mais adequadas na nova cidade. Antes do desenvolvimento do projeto, a comunidade teve a cautela de tecer algumas

¹⁹¹ Discurso do Governador Tasso Jereissati proferido no canteiro de obras do Castanhão. Alto Santo-CE, 1996.

¹⁹² Discurso do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso proferido no canteiro de obras do Castanhão. Alto Santo-CE, 1996

¹⁹³ Cf. GONDIM, Linda M. P. *Clientelismo e modernidade nas políticas públicas* – os “governos das mudanças” no Ceará (1987-1994). Ijuí – RS: Editora UNIJUÍ, 1998. (Outros Diálogos). p. 37

reivindicações que foram encaminhadas à Secretaria do Meio Ambiente do Ceará – SEMACE:

Solicitamos que o sofrimento do povo de Jaguaribara seja amenizado com as reivindicações abaixo:

1. Participação comunitária nas decisões do projeto;
2. Definição do novo espaço territorial municipal;
3. Definição do novo núcleo urbano da sede e distrito de Poço Comprido, em função da absorção dos benefícios da barragem;
4. A nova cidade deve ter toda infra-estrutura social, econômica de uma cidade padrão;
5. Fácil acesso às rodovias federal e estadual;
6. Asseguração dos valores das indenizações;
7. Garantia e assentamento da população rural nos projetos irrigados pelo DNOCS e DNOS, com direito de propriedade de um lote padrão;
8. Definição de terras agricultáveis da Bacia Hidrográfica da barragem e que a população de produtores rurais com ou sem terra do município de Jaguaribara tenha prioridade no assentamento nestas áreas;
9. Implantação de um distrito agro-industrial para aproveitamento dos produtos da região;
10. Implantação de uma escola agrícola;
11. As ilhas formadas pela Barragem Castanhão sejam de propriedade do Município de Jaguaribara;
12. Que o Projeto Piloto da área a ser irrigada no Chapadão, pelo DNOCS, seja implantado em área do município de Jaguaribara;
13. Que todas essas reivindicações sejam antecedidas à construção da barragem Castanhão;
14. Que as autoridades competentes Federais e Estaduais referendam as reivindicações acima citadas em documento oficial que tenha valor jurídico.

Informamos que a nossa comunidade está consciente de que a barragem Castanhão como é concebida pelo DNOCS não é a melhor opção para a nossa região, entretanto como

a decisão de construir não é nossa, assumimos a posição de defesa do nosso município¹⁹⁴.

Em 1992 foi divulgada nos jornais de Fortaleza uma primeira planta do projeto elaborado pelo DNOCS, mas os estudos sobre a nova cidade realizaram-se efetivamente em 1995. A promessa de uma cidade moderna, com melhores condições de vida para a população começou aos poucos a causar encantamento nos moradores. “Se as autoridades cumprirem pelo menos 70% do que prometeram, já está bom demais”¹⁹⁵. A versão preliminar do projeto data de junho de 1996 e contém a seguinte estrutura: primeira parte consistente na atual Jaguaribara, contendo o seu histórico, localização, aspectos demográficos, econômicos e a infra-estrutura física e social; a segunda correspondente à Nova Jaguaribara, com a caracterização da área e o planejamento da nova cidade; e a terceira parte referente à relocação da população¹⁹⁶.



Figura 45: Croqui Nova Jaguaribara Fonte: SEINFRA

¹⁹⁴Reivindicações dos representantes de Jaguaribara, s.d., s.n.

¹⁹⁵ Cícero Alves, comerciante de Jaguaribara. ARAÚJO, Alessandra. Moradores de Jaguaribara temem não receber as indenizações pela construção do Castanhão. In: *O Povo*, Fortaleza, 24 de outubro de 1996.

¹⁹⁶ SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO. *Nova Jaguaribara – versão preliminar*. Fortaleza, 1996. p.10

Para tecermos alguns paralelos, vale ressaltar o artigo de Heliana Angotti, no seu texto *Revisando Haussmann*, no qual faz uma consistente discussão sobre os limites da comparação que se desenvolveu entre a intervenção urbana do Barão Haussmann em Paris, de 1853 a 1870, e as possibilidades de apropriação desse modelo na construção de Belo Horizonte. Uma de suas ressalvas refere-se ao fato de que, enquanto em Paris houve uma revisão drástica da cidade antiga, em que um conjunto de elementos era mobilizado em vista de um todo, constituindo um sistema, daí o impacto que causava na população, Belo Horizonte constituía uma cidade nova, o que requereria um outro princípio de análise. Em Belo Horizonte não havia essa relação dos “constituintes” da cidade antiga com a nova¹⁹⁷.

Jaguaribara e tantas outras cidades de relocação poderiam ser classificadas como um misto desses dois modelos. Uma cidade completamente nova, planejada, nascida em um sítio vazio, mas com uma relação com uma outra cidade, a antiga. A perda da memória cultural tão contestada das reformas urbanas do século XIX e no caso de Jaguaribara, uma consistente justificativa no discurso da resistência, foi apropriada pelo governo, em um jogo emocional, que destacou que o que mudaria não seria a qualidade de vida ou os laços de vizinhança, pois ambos os aspectos seriam preservados na nova cidade, caso assim desejassem cada morador.

À medida que o projeto ia sendo elaborado e discutido, a polêmica se instaurava. Entre todas as pendências que se tornavam paulatinamente pontos de discussão nas reuniões do Grupo de Acompanhamento, a principal delas recaía sobre o procedimento de desapropriação. A população chegou e levantar a possibilidade de propor com uma ação judicial para paralisar a obra da nova cidade, já que esta deveria andar paralelamente às ações relativas ao reassentamento¹⁹⁸. A organização da sociedade civil, por meio da Associação de Moradores e do

¹⁹⁷ SALGUEIRO, Heliana Angotti. *Revisando Haussmann - os limites da comparação. A cidade, a arquitetura e os espaços verdes (o caso de Belo Horizonte)*. In: *Revista USP*, São Paulo:1995 P. 197

¹⁹⁸ Ata da 15º Reunião Ordinária do Grupo Multi-participativo de Acompanhamento das Obras do Castanhão. Fortaleza, 12 de novembro de 1996.

Grupo Multi-participativo de Acompanhamento, causava intensa curiosidade em diversos segmentos da sociedade cearense.

A legitimidade das organizações criadas para auxiliar a população no processo de relocação, como a Associação de Moradores e o Grupo Multi-participativo, foi uma das grandes vitórias obtidas pelo povo jaguaribarense. No documento *Diagnóstico do Município de Jaguaribara*, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano deixou claro que devido ao aspecto traumático do processo de remoção e relocação do agrupamento social, optou-se por utilizar na realização do diagnóstico uma “metodologia participativa”. O levantamento cadastral foi realizado por pessoas indicadas pela Associação de Moradores de Jaguaribara. Assim, mais um ponto prometido pelos autores do projeto foi cumprido.¹⁹⁹

Quanto à relocação da população, as atribuições no processo de “reassentamento involuntário” foram divididas da seguinte forma: o reassentamento urbano ficou a cargo da SEINFRA e o rural a cargo do Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará - IDACE, da Secretaria de Recursos Hídricos – SRH e da Secretaria da Agricultura Irrigada – SEAGRI.

O reassentamento urbano fez parte de um longo processo que se iniciou com a discussão sobre a escolha do local da nova sede do município. Os autores do projeto, a arquiteta Luiza de Marilac Ximenes Cabral, o arquiteto Marcelo Colares de Oliveira, a arquiteta paisagista Leila Marília C. Coelho e a socióloga Maria Afonsina Braga Barbosa Lima, ao iniciarem a proposta da Nova Jaguaribara, determinaram que o novo município nasceria de uma parceria entre a cidade e o sertão: seria mantida a proximidade dos moradores com o rio, porém, protegendo-os da inconveniência das cheias; as condições topográficas do terreno, tanto geomorfológicas como pedológicas seriam minimamente analisadas; sua localização facilitaria o acesso do jaguaribarense às novas atividades

¹⁹⁹ SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO CEARÁ. Diagnóstico do Município de Jaguaribara. Fortaleza, 1996.

econômicas, como o turismo, e a outras regiões do país, por via rodoviária, por meio da CE-371 e BR-116. Sendo assim, houve um plebiscito para que a população escolhesse o sítio mais adequado, entre os que foram doados pelos municípios vizinhos²⁰⁰.

Entre outras reivindicações da população que foram atendidas no projeto da nova cidade, podemos citar a decisão de manter, quando da vontade dos moradores, as vizinhanças:

A estrutura social da cidade permanece inalterada, as relações sociais continuam as mesmas. A vizinhança e as amizades construídas e solidificadas durante anos permanecem como antes, porque o projeto de construção e reassentamento da Nova Jaguaribara contemplam todos os itens necessários e fundamentais para se manter uma comunidade unida, coesa e produtiva, depois de um processo complexo de relocação inteira²⁰¹.

O sistema de permuta que determinou as novas moradias também foi outra conquista da população. A determinação era de que ao menos a mesma área territorial ocupada na antiga cidade seria ocupada na nova. Os jaguaribarenses que não dispunham de casa própria nem de renda suficiente para adquiri-la na nova cidade receberam como benefício a integração no “Programa Especial Para Aquisição de Casa Própria”, subsidiado pelo DNOCS e pelo Governo do Estado.

Tais considerações denotaram a preocupação dos autores do projeto em amenizar o sofrimento dos moradores, mas de outro lado, como funcionários do Estado, eles estavam dando legitimidade às ações do governo. Ademais, o Grupo Multi-participativo (apesar de representar uma conquista da comunidade organizada) certamente ajudou a consolidar os

²⁰⁰ SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO CEARÁ. *Nova Jaguaribara – versão preliminar*. Fortaleza, 1996. p.58

²⁰¹ SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO CEARÁ. *Nova Jaguaribara – é assim que se muda*. 6p. il. Fortaleza, s/d.

intuitos do governo do Ceará, haja vista ser usado como instrumento de democratização das ações políticas do Estado.

Desse modo, o projeto da cidade de Nova Jaguaribara pode ser considerado como alvitre das reivindicações da população. Durante todo o ano de 1996 discutiram-se exaustivamente os itens que comporiam a nova cidade, mas, no entanto, apenas em 31 de outubro de 1997 é que foi assinada pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso a ordem de serviço para a construção da cidade.

Se havia por parte do governo interesse na difusão de imagem de um processo democrático, também havia por parte dos moradores o interesse e o reconhecimento da necessidade de ocupar esses espaços deixados pelos governantes. Ou seja, o governo permitia que o povo opinasse, mas o conduzia às soluções definidas por sua equipe, fazendo-os acreditar que alcançavam seus objetivos e assim, deixando os moradores satisfeitos. Como nos conta Silveira, pesquisadora dos conflitos entre povo e Estado no Ceará e da questão do Castanhão, “consolidava-se desse modo um falso consenso, legitimado, tornando-se uma perfeita manifestação da teatrocracia”²⁰².

3.1 O PROJETO DA NOVA CIDADE

O planejamento da nova sede do Município de Jaguaribara ficou sob responsabilidade do Governo do Estado do Ceará, por intermédio da Secretaria de Infra-estrutura do Estado do Ceará - SEINFRA. Foi idealizado para abrigar 5 mil famílias, sendo que, destas, 3,7 mil seriam

²⁰² SILVEIRA, Edvanir M. de. *Naufração de uma cidade*. Dissertação de Mestrado. Unesp: Franca, 2000.

relocadas em 420 ha de área urbana. O então secretário da SEINFRA - Francisco Queiroz Maia Júnior - afirmou que a Nova Jaguaribara custaria em torno de R\$ 71 milhões de reais ao governo estadual.

Como supracitado, segundo os autores do projeto, o trabalho dos técnicos da SEINFRA teve como metodologia delineadora o planejamento participativo²⁰³, apesar de entendermos que essa metodologia operou como forma de legitimar a vontade do Governo. O plano da nova cidade foi idealizado numa parceria entre o grupo de projeto e construção, constituído de arquitetos, engenheiros, agrônomos, botânicos, geógrafos e paisagistas e o grupos de acompanhamento dos representantes dos moradores da cidade. A SEINFRA também formou uma equipe de sociólogos e assistentes sociais para assistir a população.

No início da elaboração do plano, a SEINFRA desenvolveu um diagnóstico da problemática consistente na primeira etapa do projeto. Essa etapa envolveu uma análise da realidade local e regional; um estudo das potencialidades de desenvolvimento da área e na avaliação das experiências de planejamento em construção de núcleos urbanos e remanejamento de populações. A segunda etapa consistiu na elaboração do plano urbanístico, a seleção e desenvolvimento dos projetos específicos, como o de irrigação por exemplo. A terceira e última etapa foi a execução. Os trabalhos se iniciaram em outubro de 1995 e as obras, propriamente ditas, em setembro de 1997²⁰⁴.

A princípio, a população beneficiada seria o correspondente a pouco mais de 8 mil pessoas, mas o projeto da cidade, quando esta estivesse em sua ocupação plena, abrigaria um total de 15 mil famílias, o que corresponderia a cerca de 75 mil habitantes. O espaço urbano, a princípio teria 436,45 ha ocupados pelas 1.030 famílias, mas, em sua ocupação plena seria de 3.128,95 ha, que corresponderia à área total do

²⁰³ SEINFRA. *Nova Jaguaribara : uma medida mitigadora de impactos sociais e humanos da construção do "Castanhão*. XXVI Seminário Nacional de Grandes Barragens. Fortaleza, 2001

²⁰⁴ SEINFRA. *Nova Jaguaribara: é assim que se muda*. Fortaleza, 2001

perímetro urbano²⁰⁵. A SEINFRA definiu uma estimativa para que a cidade atingisse esse contingente populacional até o ano de 2010¹². Os fatores de crescimento considerados que definiram tal número de habitantes e fundamentaram o dimensionamento do perímetro urbano foram: a implantação e consolidação dos projetos de irrigação situados em áreas circunvizinhas, com capacidade de geração de 15 mil empregos diretos e indiretos; o desenvolvimento da atividade turística na região do lago; a criação do programa de alevinagem, que aliado à capacidade de reprodução no reservatório das espécies de peixe já existentes no rio Jaguaribe, poderia conduzir a uma captura de cerca de 7.700 t/ ano de pescado no Castanhão²⁰⁶, onde a previsão do DNOCS é de que a piscicultura atinja diretamente cerca de 2.900 pessoas e, por último, a implantação de indústrias.

O arquiteto Marcelo Colares afirmou que a importância de trazer vantagens adicionais à população atingida pelas obras da barragem seria uma forma de compensá-la pelos impactos psico-sociais e econômicos, criando-lhe condições estruturais necessárias ao atendimento da demanda futura.

A SEINFRA também providenciou organização de um Plano de Estruturação Urbana, realizado pelo Escritório de Planos e Projetos R. Furlani, atrelado à elaboração de um Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano.

²⁰⁵ Decreto de Utilidade Pública nº. 24.709 de 17/11/1997.

²⁰⁶ Conforme EIA / RIMA.

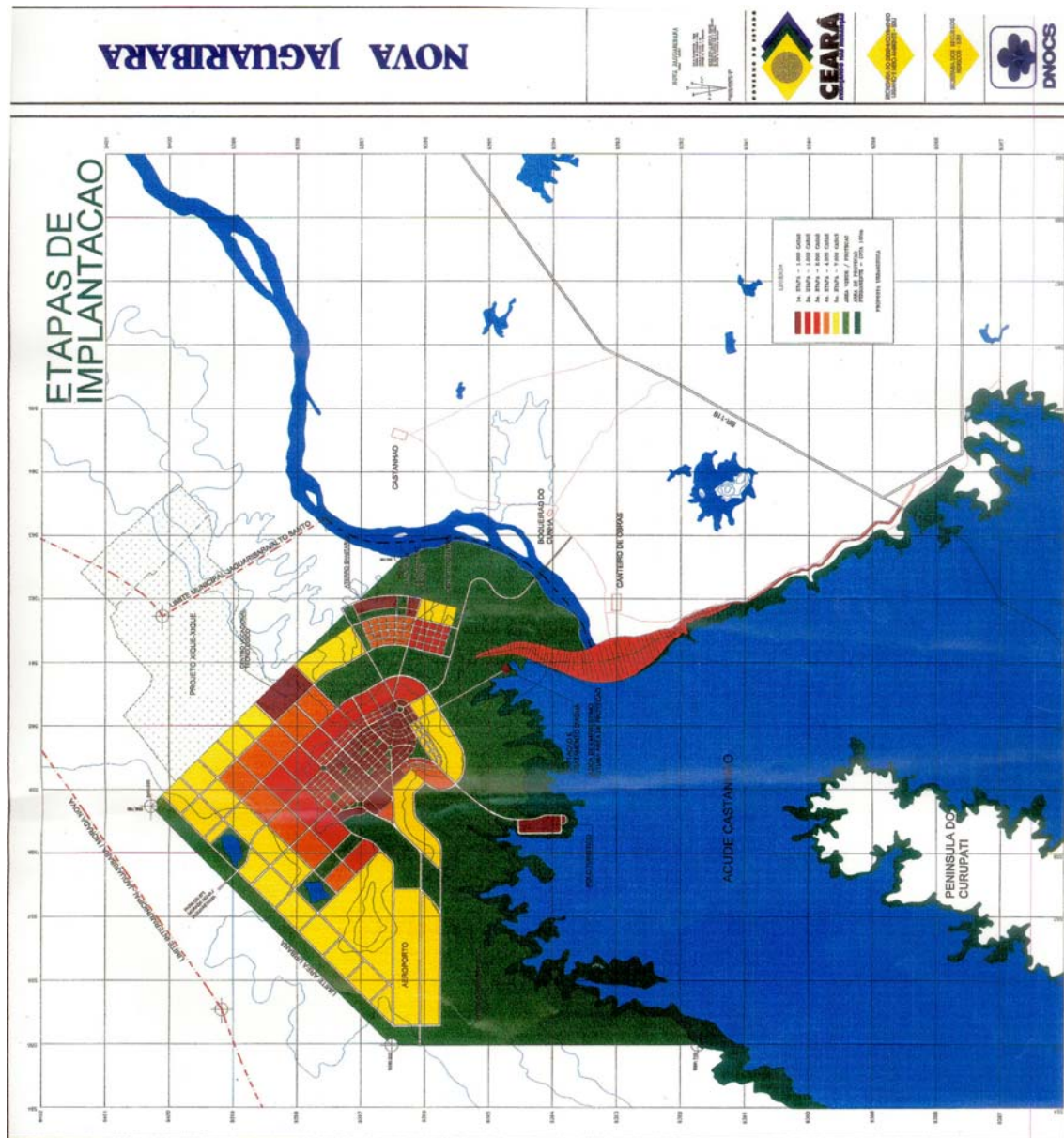


Figura 46: Mapa de Nova Jaguaribara – Etapas de implantação.
 Fonte: DNOCS 2001



Figura 47: Mapa de Nova Jaguaribara. Zoneamento.
Fonte: DNOCS 2001

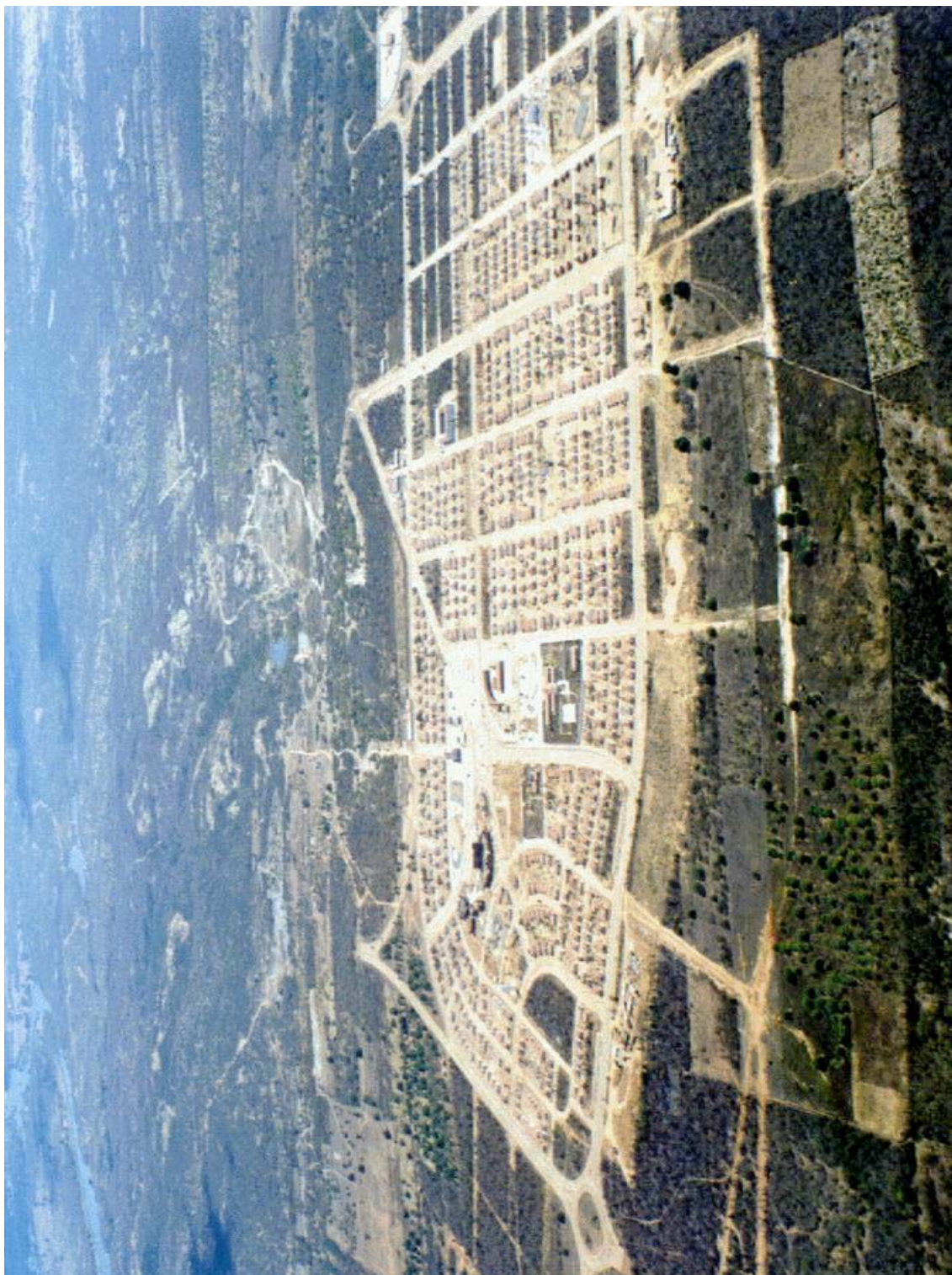


Figura 48: Foto aérea da cidade de Nova Jaguaribara ainda em fase de construção.
Fonte: SEINFRA 2001

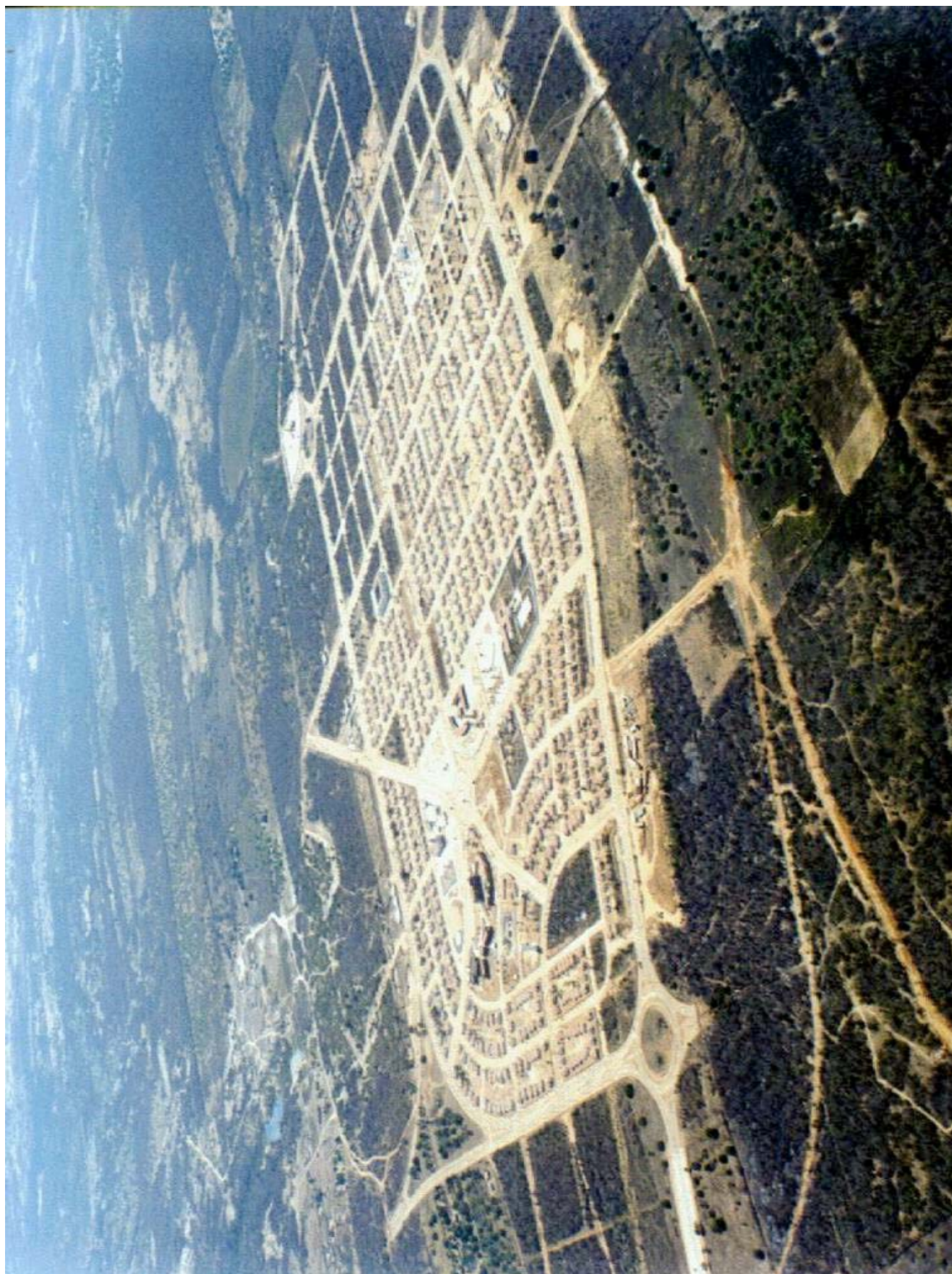


Figura 49: Foto aérea da cidade de Nova Jaguaribara ainda em fase de construção.
Fonte: SEINFRA 2001



Figura 50: Foto aérea da cidade de Nova Jaguaribara ainda em fase de construção.
Fonte: SEINFRA 2001



Figura 51: Foto aérea da cidade de Nova Jaguaribara ainda em fase de construção.
Fonte: SEINFRA 2001



Figura 52: Foto aérea núcleo central de Nova Jaguaribara. Fase de construção.
Fonte: SEINFRA 2001



Figura 53: Foto aérea. A ortogonalidade da malha da Nova Jaguaribara. Fase de construção.
Fonte: SEINFRA 2001

3.2 O SÍTIO URBANO

O espaço urbano da nova Jaguaribara localiza-se a 50 km do sítio antigo. Os principais atrativos para a escolha do local foram a proximidade com o açude Castanhão, cuja barragem está apenas a 1 km da sede municipal, as terras férteis e o conforto ambiental característico das regiões de tabuleiro. Segundo estudos realizados pelos técnicos da SEINFRA, o sítio encontra-se a uma altitude de 148 m o que lhe confere uma constante ventilação, tendo como principal predominância a direção leste, seguida da nordeste e sudeste. Havia outras cinco opções, mas uma análise dos aspectos fisiográficos da área e um estudo dos atuais núcleos urbanos definiram a escolha, legitimada pelo plebiscito realizado entre a população²⁰⁷.

Outros fatores²⁰⁸ que colaboraram para a relocação no sítio escolhido, conforme documento da SEINFRA, foram:

(i) A proximidade com o rio Jaguaribe, importante espaço de lazer e norteador de todas as atividades econômicas do povo de Jaguaribara. Este ponto foi importante do ponto de vista do impacto da mudança sobre a população. Atentou-se para a estreita relação mantida dos habitantes dos núcleos urbanos antigos com o rio. As variações do Jaguaribe sempre condicionaram a rotina dos jaguaribarenses. O período de inverno esperado para o início das atividades agrícolas é acompanhado de perto pelo aumento do volume de água do rio. Da mesma forma, o Jaguaribe garante o sustento nos períodos de seca, já que na região de Jaguaribara foi perenizado pela válvula dispersora do Açude Orós;

²⁰⁷ SEINFRA. *Nova Jaguaribara: uma medida mitigadora de impactos sociais e humanos da construção do "Castanhão"*. XXVI Seminário Nacional de Grandes Barragens. Fortaleza, 2001

²⁰⁸ SEINFRA. *Ibid.*.

(ii) Segundo as condições topográficas da região, a equipe da SEINFRA identificou uma região considerada como ideal localizada a 1 km do barramento, em uma área na cota 148 do Tabuleiro do Castanhão. Esta área apresenta um relevo suave, e estende-se pelo Chapadão até a cota 110, englobando uma área de 3.128,95 ha, definido o perímetro urbano, admitindo a expansão da cidade e observando o crescimento populacional estimado;

(iii) As condições geomorfológicas favoráveis, assim como também as boas condições pedológicas da área, que não apresenta processos erosivos e instabilidade de taludes, facilitando assim a drenagem superficial naturalmente. Os solos na maior parte da área são profundos e com excelente permeabilidade;

(iv) O terreno elevado, que permite a visualização da região do lago, da barragem e do rio Jaguaribe, facilitando o desenvolvimento da possível atividade turística planejada e também eliminando o risco de inundações;

(v) A possibilidade de realização de projetos de irrigação nas vizinhanças do sítio;

(vi) As condições climáticas, onde a altitude do sítio da nova cidade e sua localização em relação ao lago, apresentam-se como outro fator favorável, com o aumento da umidade relativa da área após o enchimento do lago;

(vii) A inexistência de barreiras para a circulação dos ventos, levando-se em consideração que se trata do sertão semi-árido nordestino;

(viii) O fácil acesso à BR-116, estrada que liga o estado ao sul do país, de fundamental importância para o escoamento da produção, além de favorecer o intercâmbio com os principais municípios vizinhos, o que foi viabilizado através da CE – 269. Do lado oeste do sítio está a saída para a

CE- 371 que liga Nova Jaguaribara aos municípios de Morada Nova e de Jaguaretama, permitindo ainda um acesso mais rápido à cidade de Fortaleza;

(ix) A localização geográfica privilegiada dentro do estado do Ceará, servindo de ponto central entre importantes municípios, como Morada Nova, Jaguaretama, Alto Santo e Iracema²⁰⁹.

Em suma, segundo o discurso da SEINFRA, o projeto urbanístico da cidade foi concebido de forma a aproveitar ao máximo o potencial da área, em seus aspectos físicos, paisagísticos, sociais e econômicos.

3.3 A CONCEPÇÃO URBANÍSTICA

O arquiteto Marcelo Colares, um dos autores do projeto, relatou-nos que a barragem foi um dos elementos determinantes para a localização da nova cidade. Em, *Nova Jaguaribara: uma medida mitigadora de impactos sociais e humanos do Castanhão*, o arquiteto justifica a escolha citando a relação histórica de equilíbrio que o homem guarda com a água, construindo suas cidades ao longo das margens dos riachos e próximas ao mar. Os autores do projeto lembram ainda que a definição do espaço urbano obedeceu a uma trajetória da autonomia e da consciência da população sobre a necessidade de se construir a nova cidade como local da convivência humana.

A princípio, segundo os autores do projeto, “a cidade parece surgir das limitações impostas pela construção da barragem, no entanto, a

²⁰⁹SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO CEARÁ. *Nova Jaguaribara – versão preliminar*. Fortaleza, 1996. P.58

partir da análise dos condicionantes físicos e territoriais, a configuração flui de forma natural e livre”²¹⁰.

A cidade nasce no cruzamento da principal via de acesso para a BR-116 com a via de acesso para o lago. Outras duas vias de penetração delimitam o espaço central, considerando como núcleo inicial de ocupação o Parque Tristão Gonçalves, onde está inserido o marco histórico da nova cidade. Esta é, topograficamente, a parte mais alta da área urbana, seria o platô central, onde se previu locar as principais edificações públicas, voltadas para o parque e beneficiada pela vista do lago.

Quanto ao zoneamento urbano, os autores do projeto decidiram por dividir a cidade da seguinte forma:

O núcleo inicial abrigou as principais edificações públicas, como foi citado. Nesta área, situada na cota 148, foram localizados a Prefeitura Municipal, a Câmara dos Vereadores, o Fórum, a Casa do Cidadão, as Concessionárias de Serviços Públicos, a Rodoviária e as Associações Comunitárias. Considerando a importância da igreja a o símbolo coletivo de memória, a igreja matriz foi locada com destaque no núcleo central, sendo construída com as mesmas linhas arquitetônicas da igreja da cidade antiga, porém de forma ampliada, conforme solicitação expressa da população.

A área residencial circunda o núcleo central e se desenvolve ordenadamente sobre o chapadão, intercalada por praças, creches, escolas e unidades de saúde. Admitiu-se a construção de edificações de uso misto, pequenas mercearias, oficinas e outras formas de comércio e prestação de serviços.

²¹⁰ SEINFRA. *Nova Jaguaribara : uma medida mitigadora de impactos sociais e humanos da construção do “Castanhão”*. XXVI Seminário Nacional de Grandes Barragens. Fortaleza, 2001.

O comércio atacadista, postos de combustíveis e oficinas foram locados no lado norte da cidade à margem da via estruturante que liga a rodovia CE-269, procedente da BR-116 com a CE-371, facilitando o abastecimento e a oferta dos serviços. O comércio varejista manteve as mesmas características antigas, desenvolvendo-se em torno do núcleo inicial e ao longo das vias de penetração, permeando a área residencial. O centro de Nova Jaguaribara, como acontece em cidades de pequeno e médio porte, abrigaria simultaneamente a função residencial e comercial.

Foram destinadas áreas de preservação ambiental, como forma de proteção da encosta do chapadão que faceia o lago. A vertente do rio Jaguaribe e demais recursos hídricos formam um cinturão verde que circunda o perímetro urbano, aliadas às áreas de lazer que voltam-se para o lago.

Determinou-se ainda, considerando o potencial turístico da cidade, a instalação de equipamentos destinados ao desenvolvimento de atividades diversas na área contígua ao núcleo central na face voltada para o lago. Definiu-se ainda, na cota 110 às margens do lago, uma área para a implantação de um pólo integrado de turismo.

Na área leste, nas proximidades do rio Jaguaribe, ficaram situados o Distrito Agro-Industrial, as Estações de Tratamento de Água e Esgoto e o Aterro Sanitário. De acordo com a SEINFRA, as condições pedológicas dessa área favoreciam tal locação.

Para o sistema viário básico de Nova Jaguaribara, os autores do projeto afirmam que foi proposta a classificação de vias locais, coletoras, arteriais e troncais. Eles delinearão seções que priorizam o pedestre, com calçadas confortáveis, com acessos a portadores de necessidades especiais de locomoção (rampas nas guias em todas as esquinas). Em seguida, para a proteção de ciclistas, foram inseridas ciclovias nas vias coletoras e arteriais. As vias foram implantadas em paralelepípedo, não podendo jamais ser asfaltadas.

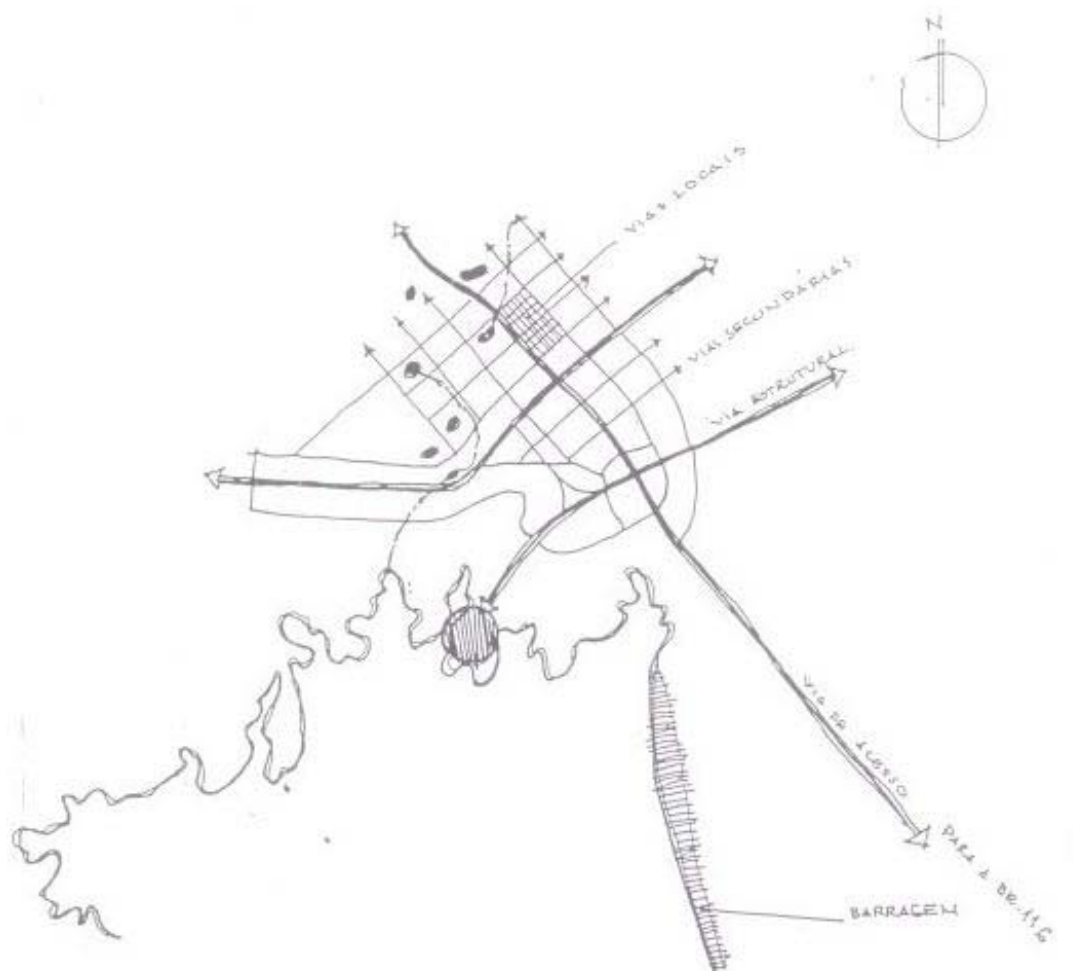


Figura 54: Croqui do sistema viário proposto à Nova Jaguaribara.
Fonte: SEINFRA 2001

O escritório R. Furlani elaborou um quadro, a seguir, onde se apresenta a classificação viária adotada para Jaguaribara e suas principais características²¹¹:

²¹¹ CF. FURLANI, R. *Plano de Estruturação Urbana da Cidade de Jaguaribara*. Jaguaribara – CE, 2001, p. 54

CARACTERÍSTICAS DOS TIPOS DE VIAS			
Classificação Viária	Tipo de Tráfego Predominante	Estacionamento	Velocidade máxima permitida
Troncal	Tráfego de passagem de longo e médio percurso, entre localidades, urbana e rural. Circulação prioritária: carros, ônibus e caminhões.	Não permitido	80 km/h
Arterial	Tráfego de passagem de longo e médio percurso dentro da zona urbana. Circulação prioritária: carros e ônibus	Permitido em faixas reservadas ao longo da via ou em áreas de recuo na calçada	60 km/h
Coletora	Tráfego de passagem e local. Circulação prioritária: carros, pedestres, ciclistas e coletivos	Permitido em faixas reservadas ao longo da via	40 km/h
Local	Tráfego local. Circulação prioritária: Pedestres e ciclistas	Permitido	30 km/h
Paisagística	Tráfego de passagem de média distância ou local. Circulação prioritária: carros, pedestres e ciclistas	Permitido somente em faixas reservadas ao longo da via	30-50 km/h

Desse modo, o sistema viário de Jaguaribara adquiriu a seguinte configuração: as vias arteriais ou estruturantes seriam responsáveis pela forma da cidade e induziriam o desenvolvimento no sentido proposto pelos autores do projeto para o crescimento. As vias coletoras, que definem a malha viária e interligam as principais funções urbanas, foram locadas de 400 em 400 metros na direção sudeste/noroeste, e de 500 em 500 metros na direção nordeste/ sudeste, obedecendo ao sentido dos ventos dominantes, criando corredores de ventilação. As vias locais fariam a ligação inter-quadras e definiriam as unidades de vizinhança²¹².

²¹² Cf. SEINFRA. op.cit.

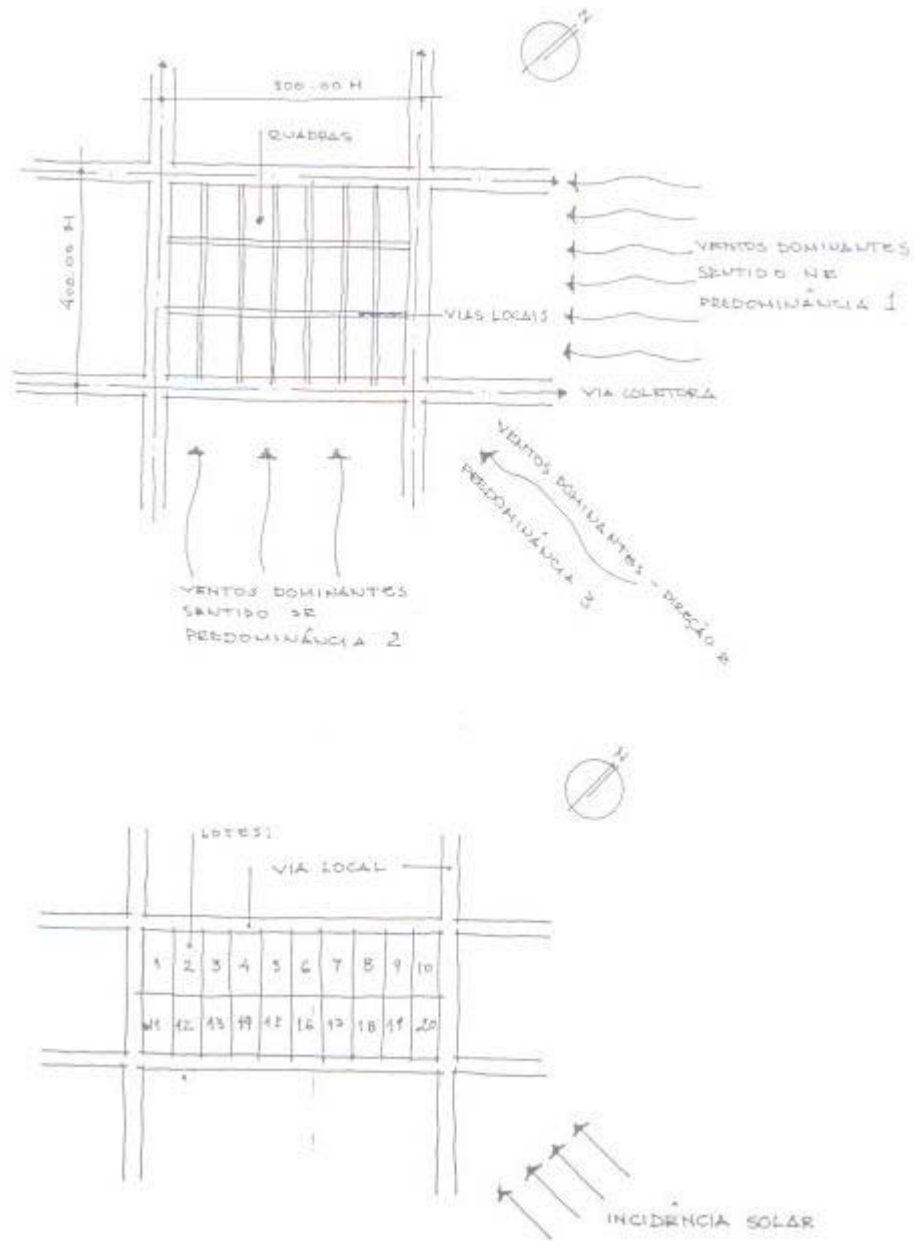


Figura 55: Croqui do sistema viário proposto Nova Jaguaribara.
 Fonte: SEINFRA 2001

A seguir, são apresentados os quadros com as principais características das seções propostas para o sistema viário de Jaguaribara²¹³.

VIA TRONCAL	
COMPONENTES DA VIA	DIMENSÕES
passaio	10,00m
acostamento	2,50m
Faixa de tráfego	7,00
Canteiro central	2,50m
Faixa de tráfego	7,00m
acostamento	2,50m
passaio	10,00m
seção total	41,50m
VIA ARTERIAL	
COMPONENTES DA VIA	DIMENSÕES
passaio	3,00m
estacionamento	2,40m
Faixa de tráfego	7,00m
Faixa de segurança	0,60m
ciclovia	1,60m
Canteiro central	0,80m
ciclovia	1,60m
Faixa de segurança	0,60m
Faixa de tráfego	7,00m
estacionamento	2,40m
passaio	3,00m
seção total	30,00m
VIA COLETORA	
COMPONENTES DA VIA	DIMENSÕES
calçada	2,50m
Faixa de segurança	0,50m
Faixa de tráfego	7,00m

²¹³ CF. FURLANI, R. op.cit. p. 56

Ciclovía	1,60m
Canteiro central	0,80m
Ciclovía	1,60m
Faixa de tráfego	7,00m
Faixa de segurança	0,50m
Passeio	2,20m
seção total	24,00m

VIA PAISAGÍSTICA

COMPONENTES DA VIA	DIMENSÕES
calçada paisagístico	5,00m
Ciclovía	2,50m
Faixa de tráfego	7,00
Estacionamento	2,30m
Passeio	2,50m
seção total	19,00m

VIA LOCAL I

COMPONENTES DA VIA	DIMENSÕES
Passeio	2,50m
Faixa de tráfego	9,00m
Passeio	2,50m
seção total	14,00m

VIA LOCALII

COMPONENTES DA VIA	DIMENSÕES
Passeio	2,20m
Faixa de tráfego	7,60m
passeio	2,20m
seção total	12,00m

Seguem alguns desenhos das vias.

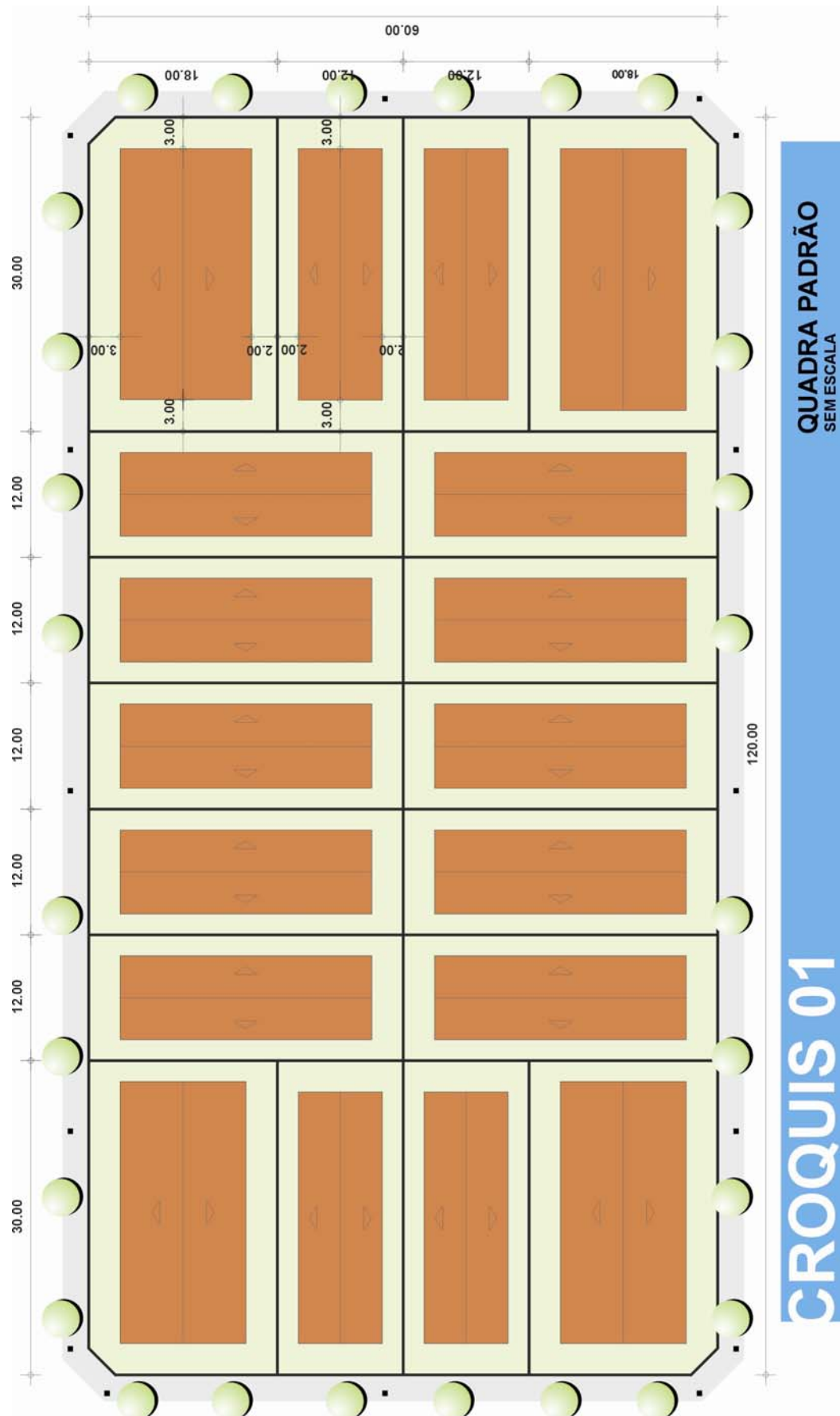


Figura 56: Croqui quadra padrão Nova Jaguaribara.

Fonte: Escritório R. Furlani

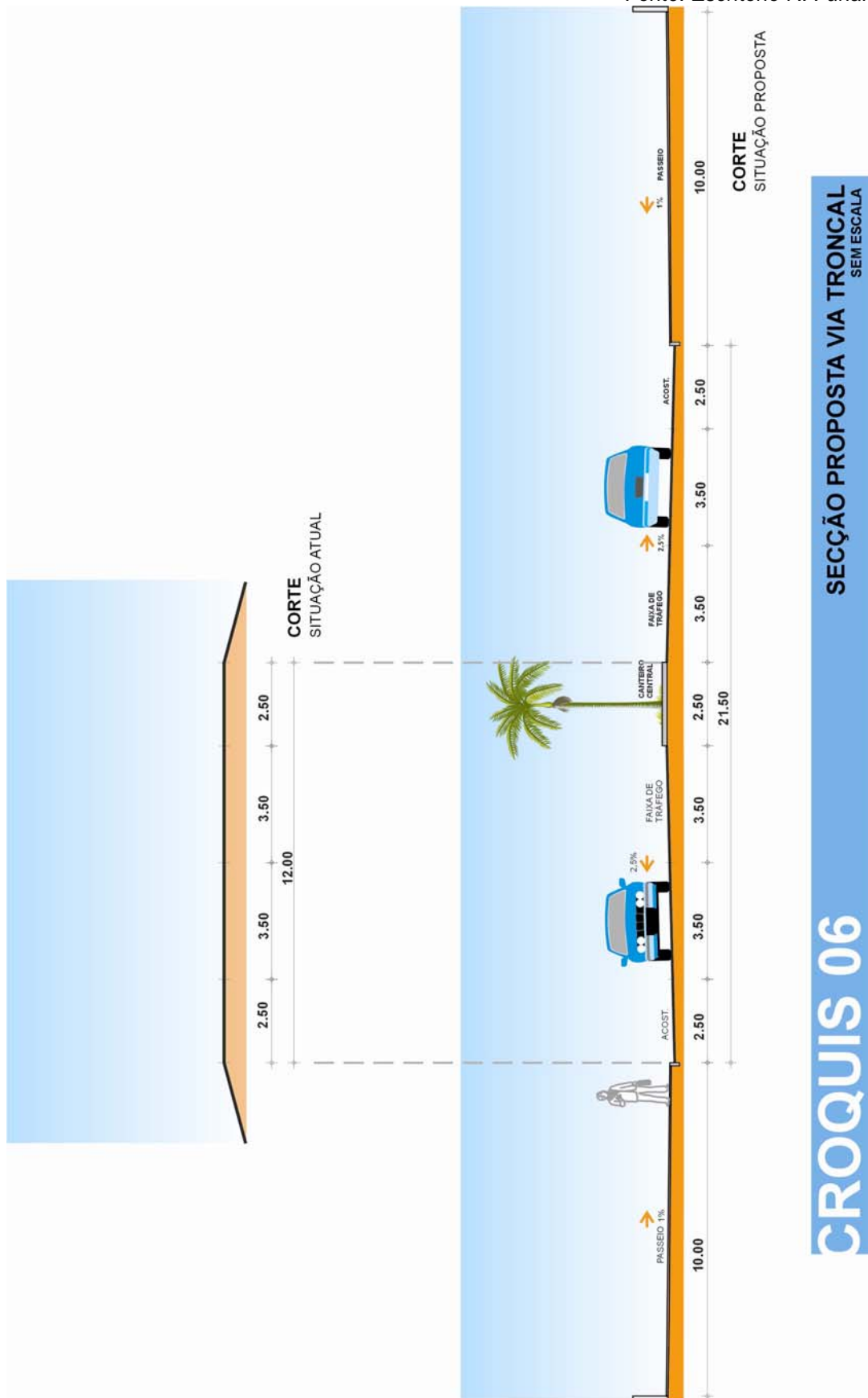


Figura 57: Desenho via troncal Nova Jaguaribara.

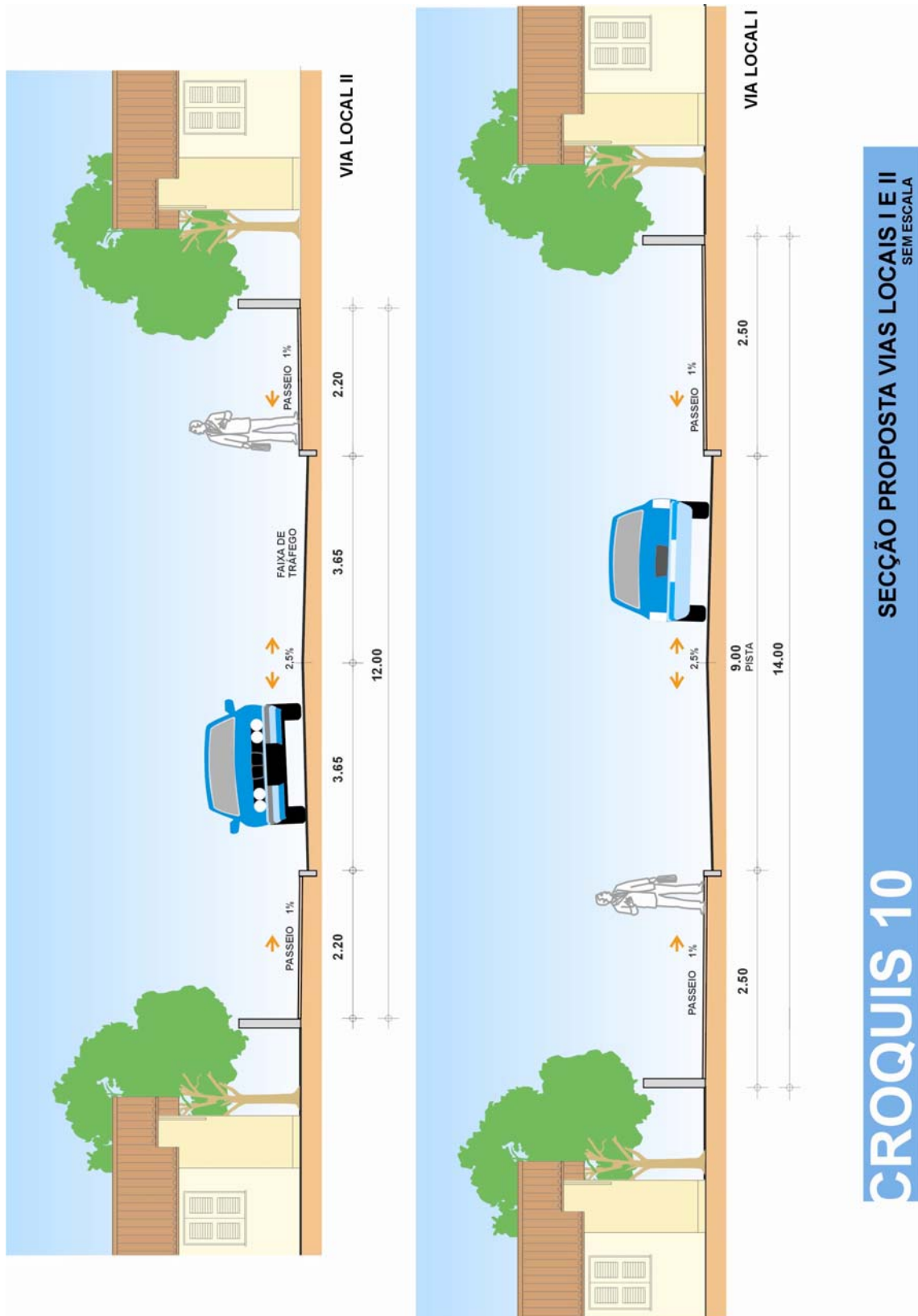


Figura 60: Desenho vias locais Nova Jaguaribara.
Fonte: Escritório R. Furlani

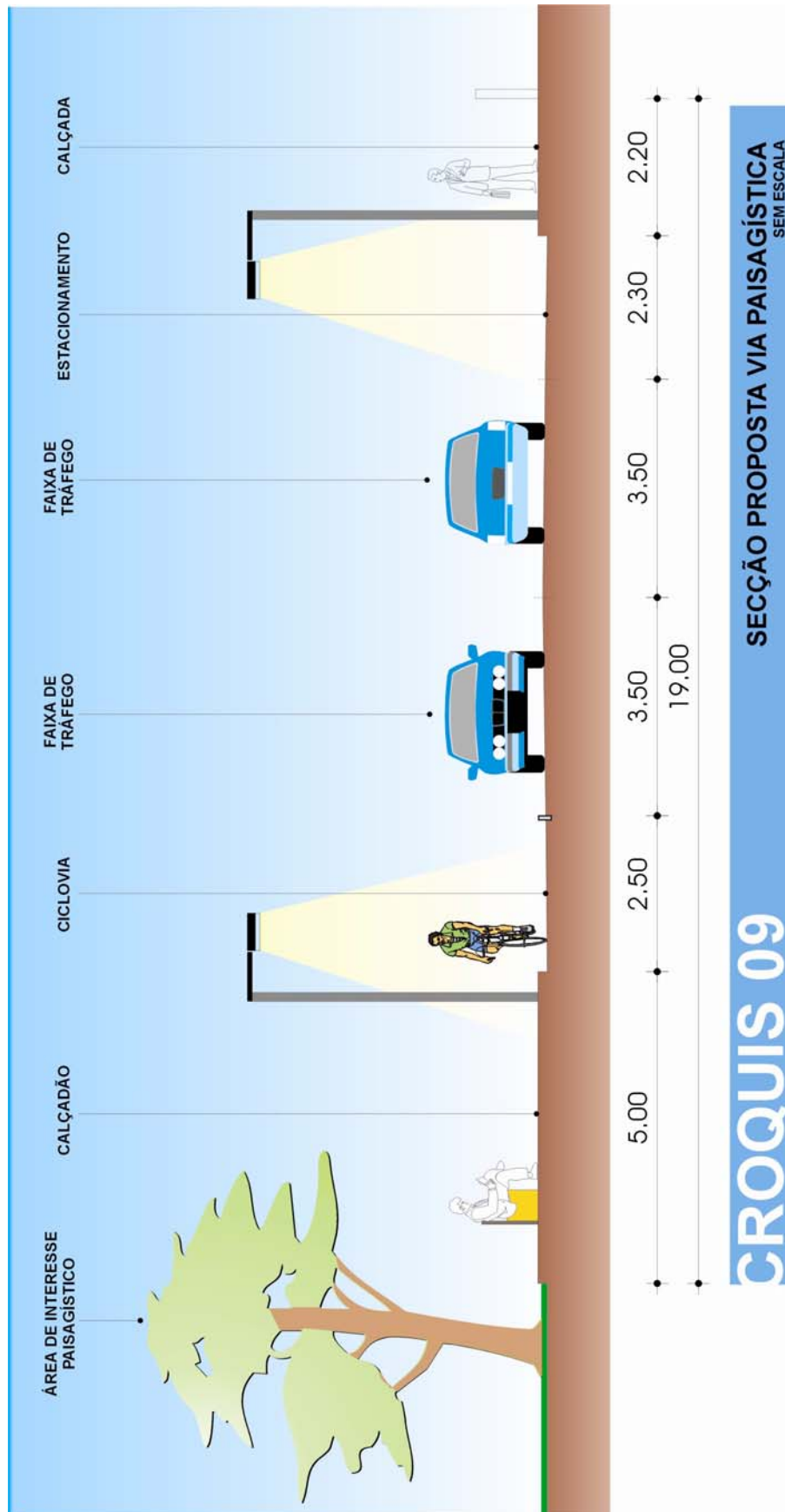


Figura 61: Desenho via paisagística Nova Jaguaribara.
Fonte: Escritório R. Furlani

3.4 PROJETOS ARQUITETÔNICOS

Como relatam os autores dos projetos, a concepção das edificações da nova cidade observou os parâmetros definidos no Plano Urbanístico no que diz respeito à localização, às visuais, à pluviosidade da região, à insolação e à ventilação. Consideraram as características regionais quanto à forma e quanto aos materiais empregados, observando suas características, disponibilidade e facilidade de fabricação, no intuito de fomentar e apoiar as atividades das pequenas empresas regionais na geração de emprego e renda²¹⁴.

A SEINFRA optou por contratar diversos autores para os projetos das edificações públicas para uma maior diversidade do conjunto arquitetônico construído.

Entre os principais prédios e espaços institucionais previstos no projeto da cidade, podemos citar como educacionais um Liceu com dezessete salas de aula, uma escola com oito salas, um Centro Vocacional Tecnológico, uma vila olímpica, uma escola infantil e uma creche. As edificações de saúde consistem num hospital de trinta leitos e um centro de saúde da família. As de segurança são uma delegacia distrital e um posto policial militar. Como edificações de comércio, podemos citar um mercado público e um matadouro público. De transporte, temos um terminal rodoviário. Associativismo, um sindicato dos trabalhadores rurais. Os prédios administrativos são a Prefeitura Municipal, a Câmara de Vereadores, o Fórum, uma Casa do Cidadão e uma praça cívica. As edificações religiosas são a igreja de Santa Rose de Lima, a igreja de São Vicente Férrer, uma igreja evangélica, um centro pastoral e um cemitério-parque. Como espaço de lazer, podemos citar um parque urbano e cerca de dez praças previstas no projeto. Outras edificações institucionais seriam um campo de pouso, um

²¹⁴ SEINFRA, 2001. op.cit.

reservatório elevado de água, uma estação de tratamento de água, uma de esgoto e um aterro sanitário.

A SEINFRA afirma que, para elaboração desses projetos, foram observadas as tipologias existentes na antiga sede municipal, mesclando a preservação do legado subjetivo existente na memória do povo jaguaribarense com a perspectiva de construção de uma cidade modelo. Embasada no discurso progressista do governo, Nova Jaguaribara adquiriu forma²¹⁵.

Seguem algumas fotos de edificações da cidade, datadas do ano de 2003, que mostram a face da nova Jaguaribara:



Figura 62: *Liceu José Furtado de Macedo*
Foto: Governo do Estado do Ceará



Figura 63: *Praça Matriz, hoje mais verde, mais habitável*
Foto: Governo do Estado do Ceará

²¹⁵ Ibid.



Figura 64: Fórum de Nova Jaguaribara

Foto: Governo do Estado do Ceará



Figura 65: Câmara Municipal

Foto: Governo do Estado do Ceará



Figura 66: Prefeitura

Foto: Governo do Estado do Ceará



Figura 67: Casa do Cidadão

Foto: Governo do Estado do Ceará



Figura 68: Hospital Municipal Santa Rosa de Lima

Foto: Governo do Estado do Ceará



Figura 69: Túmulo de Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, morto na Confederação do Equador em Jaguaribara.

Foto: Governo do Estado do Ceará



Figura 70: Vista aérea da cidade, após 3 anos de inaugurada.

Foto: Governo do Estado do Ceará

3.5 A MUDANÇA

O sistema de permuta elaborado foi tratado pelo governo e pela imprensa como um dos maiores benefícios alcançados com a relocação da cidade.

Sem dúvida, o fato procede no que diz respeito ao programa habitacional criado para agraciar as famílias que não possuíam casa própria nem condições para adquiri-la. Estas 215 famílias foram beneficiadas com unidades de 36m², implantadas em lotes de 180m², em troca de trabalhos comunitários e puderam se mudar juntamente com os possuidores de imóveis próprios²¹⁶.

Uma das principais reivindicações da população referiu-se à questão das relações de vizinhança. Para tranquilizar e convencer o povo das melhorias trazidas com o progresso, manter estes laços foi item prioritário no discurso da SEINFRA. Cada morador da Nova Jaguaribara

²¹⁶ SEINFRA, 2001. op. cit.

poderia permanecer próximo ao seu vizinho na antiga cidade, caso desejasse. Assim também manter-se-ia a proximidade das unidades com as áreas comerciais e equipamentos públicos.

A permuta dos que possuíam casa própria foi algo estipulado de forma a beneficiar a todos, como o prometido pelos autores do projeto. Um processo complicado, que se deu da seguinte forma: as famílias residentes em imóveis próprios com área edificada igual ou inferior a 150m², que optaram por residir na nova cidade permutaram por lote e casa com áreas equivalentes às ocupadas na cidade antiga e podiam ainda optar dentre vários projetos arquitetônicos disponíveis para as quinze tipologias diferentes. O critério era o seguinte: donos de imóveis com área construída até 50m² ou de qualquer dimensão construído de taipa, tiveram o direito de permutar por imóvel de 50m²; proprietários de imóvel com área construída entre 50,01m² e 75m² puderam permutar por imóvel de 75m²; da mesma forma, donos de imóveis de 75,01m² até 100m² tiveram o direito a permutar por imóveis de 100m²; assim também imóveis de 100,01m² até 125m² foram permutados por imóveis de 125m² e imóveis com área construída de 125,01m² foram trocados por imóveis de 150m². Aos proprietários de imóveis acima de 150m² foi garantida a indenização pela área excedente²¹⁷.

Houve ainda famílias residentes em imóveis próprios, de variadas dimensões, que optaram por residir na cidade nova e não aceitaram as tipologias e/ou os projetos propostos. Estas permutaram por lote de dimensão equivalente e foram indenizadas pela edificação, ficando sob sua responsabilidade a construção da nova habitação.

Foram indenizadas ainda as famílias que optaram por residir em outras localidades.

Tal sistema de permuta foi usado para os proprietários de mais de um imóvel residencial ou misto. Os donos de lotes situados em área

²¹⁷ Cf. SEINFRA, 2001. op.cit

urbana não puderam manter a propriedade na nova cidade, sendo, portanto, indenizados pelo lote e por benfeitorias como muros, cercas-muros e alicerces.

Os proprietários de estabelecimentos comerciais que optaram por relocação na cidade nova e aceitaram os projetos propostos para esta tipologia de uso, permutaram lote e edificação com área equivalente a ocupada no local de origem. Os que não aceitaram os projetos permutaram lote com área equivalente à ocupada na cidade antiga foram indenizados pelas benfeitorias, ficando a construção do novo estabelecimento sob sua responsabilidade. Os que preferiram sair da cidade foram indenizados pelo lote e pelas benfeitorias.

Os moradores de Jaguaribara que desenvolviam atividades comerciais em imóveis cedidos ou alugados e que optaram pela relocação e tinham condições de adquirir imóvel próprio também foram integrados a um programa de financiamento.

Os imóveis de uso institucional de propriedade do Município, Estado e União ou ainda as instituições religiosas foram trocadas por edificações com terrenos e áreas equivalentes, as quais foram negociadas com a população e seus representantes no momento de apresentação de cada projeto²¹⁸.

Estabelecidos os critérios de permuta, a SEINFRA deu início ao Plano de Mudança de Jaguaribara, que teve início com a transferência da Prefeitura Municipal, Câmara dos Vereadores, Centro de Saúde e Igreja Santa Rosa de Lima. O processo completo durou um mês, iniciando no dia 31 de julho de 2001 e sendo concluído no dia 31 de agosto do mesmo ano. A construção da cidade nova teve início em 1997 e sua inauguração aconteceu no dia 25 de setembro de 2001, dois meses após a finalização da construção.

²¹⁸ Cf. SEINFRA, 2001. op.cit

Os primeiros habitantes foram os mortos. Desde 1998 os corpos dos jaguaribarenses passaram a ser enterrados na Nova Jaguaribara. E em um mês, em meados da inauguração da cidade nova, o cemitério de Jaguaribara foi relocado. Por trinta dias restos mortais foram transportados de 319 túmulos, que continham 701 nomes. Tal fato gerou grande comoção. O cemitério antigo foi fechado antes da mudança da população, que se revoltava ao ter que se deslocar 50 km para realizar um sepultamento.

Uma equipe técnica foi escolhida para auxiliar a população na mudança, que teve liberdade de sugerir alterações no Plano. A equipe criou um calendário de mudança para cada família, estabelecimento comercial e institucional. A transferência das famílias e dos estabelecimentos comerciais foi previamente informada aos seus responsáveis através de comunicados oficiais entregues por assistentes sociais, que detalhavam data e horário da transferência. A mudança foi feita de acordo com o local de destino. A sistemática de mudança adotada orientou a ocupação das quadras da Nova Jaguaribara no sentido de sua entrada principal (na ligação com a BR-116)²¹⁹.

O Mercado Público foi transferido na primeira semana, para garantir o abastecimento das famílias já relocadas. Os últimos equipamentos foram o Hospital Municipal Santa Rosa e a Delegacia.

Houve uma preocupação em articular as atividades de mudança com a Secretaria de Saúde do Estado para disponibilizar durante todo o período de mudança, equipamentos, veículos e profissionais da saúde para o transporte dos moradores doentes, dos deficientes, das gestantes de risco e para qualquer atendimento emergencial, além de ajudar na aparelhagem do Hospital e do Centro de Saúde da cidade nova. Os animais domésticos foram examinados e vacinados.

²¹⁹ Cf. SEINFRA, 2001. op.CET



Figura 71: Moradores de Poço Comprido preparam a mudança de seus pertences

Foto: IMOPEC – Célia Guabiraba



Figura 72: Moradores de Poço Comprido preparam a mudança de seus pertences

Foto: IMOPEC – Célia Guabiraba



Figura 73: *Moradores de Poço Comprido preparam a mudança de seus pertences*

Foto: IMOPEC – Célia Guabiraba



Figura 74: *Moradores de Poço Comprido entram no ônibus para serem levados para a nova cidade*

Foto: IMOPEC – Célia Guabiraba



Figura 75: Moradores de Poço Comprido em mudança para a Nova Jaguaribara

Foto: IMOPEC – Célia Guabiraba

A Secretaria de Segurança do Estado também foi chamada para auxiliar na mudança, elaborando um Programa de Controle e Segurança, assim como também a Polícia Rodoviária Federal foi chamada para ordenar e garantir a segurança no trânsito de veículos entre as sedes. A Secretaria de Educação foi convidada a elaborar um calendário escolar e ajudar no aparelhamento das escolas. Segundo a SEINFRA, equipes da COELCE, CAGECE e TELEMAR, além de pedreiros, marceneiros, eletricitas e bombeiros foram convocados para acompanharem a instalação da cidade nova, no caso de alguma eventualidade.

A companhia de mudança Granero foi contratada para realizar a mudança da mobília, mercadoria, animais e pessoas, sendo encarregada também de identificar em cada objeto transportado o seu proprietário, como também distribuir coleiras identificadas para os animais.

O desmonte do cemitério e traslado dos corpos gerou grande comoção na cidade. Os túmulos foram abertos e os restos mortais sepultados foram condicionados em urnas de zinco devidamente identificadas de acordo com levantamento feito preliminarmente. Muitos dos familiares acompanharam com descontentamento a remoção. Para Maria Neuda, moradora da cidade, relembrar a dor da perda do pai foi mais uma infelicidade trazida com a mudança: “a gente tá vivendo essa dor de novo porque é o jeito. Não é por nosso gosto”²²⁰. Os corpos foram novamente sepultados no Cemitério Parque de Nova Jaguaribara.

Ao final da transferência da última família, a Companhia de Eletricidade do Ceará – COELCE fez o desligamento da rede elétrica; a Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE desligou a rede de abastecimento de água e a Companhia Telefônica – TELEMAR, da mesma forma, desligou a rede de telefonia.

Após essa etapa, e por um prazo de quinze dias, os proprietários de imóveis tiveram o direito de retirar de suas edificações todo o material de demolição que desejassem, desde que o transporte ficasse sob sua responsabilidade segundo foi acordado com a população. Transcorrido o prazo, o que restou das edificações foi demolido por empresa contratada pela SEINFRA. Antes disso, a área foi evacuada, só permanecendo as pessoas contratadas para a demolição. As fossas foram abertas e aterradas com material de demolição, conforme recomendação da Secretaria do Meio Ambiente. Com a conclusão do processo de demolição, a área foi aplainada²²¹.

²²⁰ FURLANI, Clarisse. Desenterrando Lembranças. In: *O Povo*. Fortaleza, 21 de setembro de 2001.

²²¹ CF. SEINFRA, 2001. op.cit



Figura 76: Demolição da Igreja Matriz de Jaguaribara

Foto: IMOPEC – Célia Guabiraba



Figura 77: Moradores de jaguaribara assistem a demolição da Igreja Matriz

Foto: IMOPEC – Célia Guabiraba

Em poucos dias a cidade de Jaguaribara tornou-se uma coleção de ruínas, onde os vestígios do cotidiano de uma cidade desapareceram no silêncio interrompido apenas pelo som de tratores, preparando-se para sair do mapa. Os jaguaribarenses sofridos com o processo de luta e mudança, lamentaram a perda material: “à terra que me viu nascer, ao chão que me viu caminhar”, registrava uma inscrição de adeus gravada em uma das paredes a serem demolidas. Mas os sentimentos se misturavam, como citou a religiosa e líder comunitária Bernadete Neves: “Jaguaribara completou 16 anos de mudança (...) nossa vida é, no momento, um misto de saudade, alegria e gratidão a muitas pessoas e instituições”²²². “Uma cidade morre afogada no sertão e ressuscita 50 km além, em nome do desenvolvimento do Nordeste”, incentivava o Governo. E a população rebatia: “é, saímos pra não morrer afogado”, diz Manoel Augusto Pereira, 52 anos, funcionário da Prefeitura. E reinava a insegurança: “será que vai dar certo?”, completou o sertanejo.

Foi nesse contexto marcado por uma miscelânea de sentimentos muitas vezes contraditórios que foi inaugurada pelo governador Tasso Jereissati em 25 de setembro de 2001 a cidade de Nova Jaguaribara, numa solenidade às 20h, na Igreja Matriz da cidade. O evento contou com a presença do então secretário da Infra-estrutura, Francisco Queiroz Maia Júnior, Hypérides Macedo, dos Recursos Hídricos e do senador Lúcio Alcântara. A reunião marcado por uma missa campal e por shows musicais. A população compareceu em massa e, por alguns instantes, pareceu coadunar completamente com as ações do governo.

Razão e emoção se misturaram no movimento de resistência de Jaguaribara. Sentimentos que transitavam entre estratégias de ação política e a expressão genuína da cultura sertaneja. As ações do Estado constituíam uma imbricação estratégica do governo que reconheceu na metáfora redentora “o sertão vai virar mar” um eficaz instrumento de poder,

²²² Maria Bernadete Neves é freira e integrante titular do Grupo Multi- Participativo do Castanhão.

que, aliado à retórica da democracia, criou a ilusão do poder como resultante de um falso consenso.

Impondo e cedendo, resistindo e se conformando, o governo do Ceará e os moradores da cidade de Jaguaribara deixam para a história além de uma cidade submersa, a experiência de mais uma população atingida por barragens e o projeto de uma cidade planejada no sertão: a primeira do Ceará, resultado de um ideal de modernização e o esperado cumprimento da profecia de ver “o sertão virar mar”.

Amigo, você já imaginou?
Estão querendo destruir nossa cidade
Com a barragem Castanhão, adeus Jaguaribara,
Adeus meu coração.
Seus governantes não façam isso não,
Ela é pequena mais causa admiração.
Ouçam esse grande apelo
Que a comunidade pede de coração.

Amigo, você já imaginou?
Estão querendo destruir nossa cidade
Com a barragem Castanhão,
Adeus Jaguaribara, adeus meu coração.
Sua origem em tempos passados,
Era esquecida de toda nação.
Hoje ela é lembrada por ser alvo de destruição²²³.

²²³SILVA, Francisco Isac da. *Jaguaribara de Santa Rosa*. Música de Jeso Carnero chamada “Adeus Jaguaribara”. Fortaleza: IMOPEC, 1999.

Conclusão

Nova Jaguaribara é, por enquanto, a última das cidades planejadas no Brasil. Surgida das águas, filha da seca, nascida na intersecção entre o Nordeste, o sertão e o semi-árido, onde as irregularidades de chuvas e migrações tornam imprescindível a ação humana para ocupação do território. Diante do ínfimo número de estudos científicos sobre o planejamento de novas cidades, Nova Jaguaribara tem sido alvo de olhos atentos da comunidade científica, que tanto questionou a construção do açude Castanhão e a necessidade de relocação da população jaguaribarense.

Ao investigarmos o surgimento dos processos de formação das cidades brasileiras e identificarmos as diversas características que marcam o planejamento de cidades novas, inserimos Nova Jaguaribara não apenas em um contexto histórico e sócio-político, mas também no grupo das cidades dos grandes-projetos, em que cidades inteiras são relocadas e vidas são transformadas pela luta social e por imposições governamentais que culminam com o que chamamos “desenhos urbanos tecnocráticos”.

Hoje, num tempo em que a escassez dos recursos hídricos tornou-se alvo de preocupações não apenas da comunidade científica, mas de diversos setores da sociedade mundial, o gerenciamento desses recursos, no Ceará, é tema religioso, social, político e científico. Os problemas com as estiagens e inundações geram falhas na ocupação e utilização do solo. Gera, inclusive, a “indústria da seca”, que é fruto da exploração dos recursos destinados ao combate às mazelas da região perpetrada pelos grandes proprietários e altos comerciantes, e produto do controle da propriedade da terra e do processo político pelas oligarquias locais.²¹⁵

²¹⁵ COELHO, Jorge. As secas do Nordeste e a indústria das secas. Petrópolis (RJ): Vozes, 1985. 88 p.

A questão da seca não se resume à falta de água. A rigor, não falta água no Nordeste. Faltam soluções para resolver a sua má distribuição e sobejam dificuldades para o seu aproveitamento. Como explica Manoel Correia de Andrade (1985, p. 81), é "necessário desmitificar a seca como elemento desestabilizador da economia e da vida social nordestina e como fonte de elevadas despesas para a União (...)desmitificar a idéia de que a seca, sendo um fenômeno natural, é responsável pela fome e pela miséria que dominam na região, como se esses elementos estivessem presentes só aí".²¹⁶

Neste contexto de preocupação com exigüidade de recursos hídricos, surge a nova cidade de Jaguaribara. Discutida, polemizada, construída e implantada, a cidade configurou-se como o símbolo de salvação e modernidade do grupo político "mudancista" que a idealizou. A cidade tornou-se ícone da hegemonia desse grupo. Para atingir tal ideal de modernidade, o "governo das mudanças" valeu-se do que Carlos Veiner (2000, p,75), em "Pátria, empresa e mercadoria", denomina *competitividade urbana*. Essa idéia, que surgiu como conseqüência das cidades estarem vivendo transformações semelhantes às ocorridas em empresas, deriva do fato das cidades utilizarem, para obtenção de sucesso o *marketing* agressivo, tal qual Barcelona.²¹⁷ No entanto, diferentemente dos motivos elencados por Veiner citando *World Economic Development Congress & The World Bank*,(2000, p.77)²¹⁸ a nova cidade de Jaguaribara não necessitava, a priori, "competir pelo investimento de capital (...); competir pela atração de novas indústrias e negócios; ser competitivas no preço e na qualidade dos serviços; competir na atração de força de trabalho qualificada". Quando o Governo do Estado do Ceará transformou a construção da nova cidade e a relocação da população em "mercadoria", o intuito principal era vender uma imagem da cidade para os futuros moradores, a imagem de cidade-modelo

²¹⁶ ANDRADE, Manoel Correia de. A seca: realidade e mito. Recife: ASA Pernambuco, 1985. 81 p.

²¹⁷ ARANTES, Otilia; MARICATO, Hermínia; VEINER, Carlos. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.p.75

²¹⁸ Ibid, p. 77

que “nasceria para trazer água para o Ceará”²¹⁹. Assim, o governo conseguiria a aprovação dos atores sociais que até então lutavam contra a relocação e da população da “beneficiada” capital cearense.

Borja & Forn *apud* Veiner (2000, p.78)²²⁰, diz que “vender a cidade converteu-se (...) em uma das funções básicas dos governos locais...”. O *marketing* que gira em torno do processo de implantação de uma nova cidade tem sido comprovado como fundamental na aceitação por parte da população. O estado do Tocantins, por exemplo, com a criação da capital Palmas, em 1990, apresentou a ampla campanha “Cidade do ano 2000” e sua capital, além de uma proposta ambiciosa de “vinte anos em dois”,²²¹ repetindo o mote do discurso de Juscelino quando da construção de Brasília.

Não foi diferente em Nova Jaguaribara, onde se queria vender a idéia na procura de viabilizar os investimentos privados necessários à implantação da nova vida urbana. O governo do estado, por meio de *slogans* como “a cidade que nasceu para dar mais água para o Ceará”, buscava atrair não só a viabilização do circuito turístico, ampliado rumo ao interior, mas também a população necessária para construir o espaço urbano.

Em Palmas, de forma semelhante, chegou-se a proclamar “uma pujante civilização que nasce agora ao norte do paralelo 13, abrindo perspectivas de progresso para todos os que acreditam em um novo Brasil”²²². O uso racional das águas, calcado no argumento clássico de que constituía o ponto nevrálgico do desenvolvimento do Ceará, tornou-se ideal básico assumido pelos governos de Tasso Jereissati e Ciro Gomes.

Desde a campanha eleitoral do primeiro governo de Tasso, cuja ênfase era a “promessa de modernidade”, o incessante *marketing* oficial

²¹⁹ Texto reproduzido de *out-doors* e panfletos distribuídos em Fortaleza e em Jaguaribara.

²²⁰ BORJA, Jordi & FORN, Manuel de. *apud*. ARANTES, Otilia; MARICATO, Hermínia; VEINER, Carlos, op.cit.p.78

²²¹ Cf. TRINDADE. Dirceu de Lima. *O desenho urbano de Palmas*. Dissertação de Mestrado. Escola de Engenharia de São Carlos- USP. São Carlos, 1999.

²²² *Ibid.*,1999.

trouxe uma expectativa de renovação do Estado, daí a autodenominação "governo das mudanças", marcado por um nítido perfil neoliberal.

Tasso Jereissati apareceu no cenário político cearense no ano de 1986 concorrendo à Prefeitura de Fortaleza a convite do então presidente José Sarney. Mas ele não era estranho à vida política, pois era filho do ex-senador cearense Carlos Jereissati, aliado político de Getúlio Vargas no PTB.²²³ A decisão de apoiá-lo foi aceita pelas lideranças locais. Tasso virou sinônimo de democratização, retomada do crescimento econômico e inserção do Ceará no mercado global. Homem de negócios diversificados, dividindo com seus irmãos o comando de várias empresas do ramo industrial, imobiliário, serviços e agro-industriais, e com patrimônio de dimensões que transcendem as fronteiras cearenses, Tasso possuía adjetivos que o colocariam como ícone do chamado *Movimento Pró-mudanças*, uma coligação do PMDB, PCB e PC do B. Vale lembrar que o "governo das mudanças" possuía características de um coronelismo latente, como a falta de participação, a centralização, a impermeabilidade. Assim se configurava a ERA TASSO. Auxiliadora Lemenhe (1995, p.18), em sua pesquisa sobre os coronéis cearenses, concorda que no governo dos empresários, a modernidade assume caráter de estratégia de poder, apesar de não perceber diferenças entre os coronéis modernos e os tradicionais. O interessante é perceber que quando o grupo mudancista, vestindo a camisa da Nova República, venceu seus concorrentes que até então lideravam a política estadual, como os "coronéis" Adauto Bezerra, César Cals e Virgílio Távora, proferiu-se um discurso de que o coronelismo entrara em derrocada.²²⁴

Por outro lado, não há dúvida que o Ceará pôs em prática um novo modelo de gestão pública, entrado na organização da máquina estadual, no profissionalismo de visão empresarial e respaldado, sobretudo, por uma mídia competente e de grande penetração. Entretanto, não se

²²³ Cf. LEMENHE, Maria Auxiliadora. *Família, tradição e poder – o caso dos coronéis*. São Paulo: Annablume/Edições UFC, 1995. (Selo universidade: 44). p. 18

²²⁴ Cf. LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 4ª ed., São Paulo: Alfa-omega, 1978.

pode falar em ruptura política, em transformação sistêmica, nem em planejamento participativo, enfim, em mudanças substanciais.

Assim, calcado no discurso modernista e apoiado pela experiência empresarial, o governo das mudanças investiu no *marketing urbano*, e definiu como prioridade a captação e administração das águas no estado, inclusive criando a Secretaria dos Recursos Hídricos do Ceará, a Superintendência de Obras Hidráulicas, entre outros órgãos, ações estas que proporcionaram, segundo o então governador do estado, Ciro Gomes, uma base sustentável para o desenvolvimento econômico e social da região em que está inserido o Estado do Ceará.²²⁵

Nesse cenário, onde a dualidade sofrimento-desenvolvimento permeia a história descrita nesta pesquisa, há algo estarrecedor. Pressupõe-se que a justificativa para a construção de grandes barragens, açudes, enfim, quaisquer obras vinculadas à seca, está em problemas de cunho básico, como a fome e a sede do povo do sertão, entre outras mazelas da pobreza nordestina. No entanto, para os nossos “coronéis das mudanças”, a grande justificativa é promover a modernização e legitimar a globalização do mercado interno, inserindo o Ceará nos altos patamares de desenvolvimento nacional.

Como parte desse *marketing*, estava o projeto Castanhão e o Canal da Integração, conhecido popularmente como “Eixão”. O complexo de estação de bombeamento, canais, sifões, adutoras e túneis está sendo construído para transpor as águas do açude Castanhão com o intuito de reforçar o abastecimento da Região Metropolitana de Fortaleza, assim como do Complexo Portuário e Industrial do Pecém, fazendo a integração das bacias hidrográficas do Jaguaribe e Região Metropolitana.²²⁶ O “Eixão” faz parte do Projeto de Gerenciamento e Integração dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará, o PROGERIRH.

²²⁵ Ciro Ferreira Gones – governador do Estado. (Apresentação). In: *A nova política de águas do Ceará*. VI – Fortaleza: Secretaria de Recursos Hídricos, Jan. 1992.

²²⁶ Programa de Gerenciamento e Integração dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará (PROGERIRH). *Síntese dos Estudos, Resumo do Projeto Eixo de Integração Castanhão-Fortaleza*. Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará – SRH.

Inaugurada no ano de 2001, Nova Jaguaribara comemora neste mês de setembro de 2006 seu quinto aniversário. O sonho de modernidade deixa o campo das idéias e hoje é realidade. A cidade vive por si, é autônoma. Sofreu inúmeras transformações, dentre as quais o recebimento de equipamentos públicos anteriormente estipulados no projeto e a construção da Vila Olímpica, inaugurada em 2002.



Figura 78: Vila Olímpica de Nova Jaguaribara, inaugurada em 2002, no aniversário da cidade.

Fonte: Governo do Ceará

Outra obra concluída em 2002 foi o Centro Vocacional Tecnológico –CVT, destinado ao ensino profissionalizante. O prédio possui 810 metros quadrados de área e requereu o investimento de R\$ 380.200,00, segundo o site do Governo do Estado. O CVT dispõe de laboratórios de física, química, biologia e informática, três salas para o desenvolvimento de cursos profissionalizantes e uma de eletromecânica. A obra, coordenada pela Secretaria de Infra-estrutura do Estado - Seinfra, foi iniciada em novembro do ano passado e integra uma rede de importantes equipamentos no setor de educação, como o Liceu, escolas, creches e a unidade do Projeto ABC.²²⁷

A população de Jaguaribara no ano 2000, segundo o CENSO do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, era de 8.730

²²⁷ Governo do Ceará, Fortaleza, 2006. Disponível em: <http://www.ceara.gov.br/>

habitantes, mas após a transferência da sede da cidade em consequência da inauguração da Barragem do Castanhão, em 2003, sua população, segundo a prefeitura, chegou a 9.044 habitantes, o que demonstra um crescimento de 3,5% no período de transição. Hoje a cidade conta com mais de 9.300 habitantes (IBGE -2005).²²⁸ Muitos habitantes dos arredores, de várias cidades do Médio e Baixo Jaguaribe se renderam às propagandas da nova cidade. Diante dessas promessas de crescimento com a implantação do Castanhão, o Governo do Estado do Ceará, no ano de 2004, elaborou um plano diretor específico para aproveitamento do açude desenvolvido em parceria entre a Enerconsult S.A., empresa responsável por diversos projetos de termelétricas, hidrelétricas, etc, e pertencente ao grupo Arcadis Logos Energia e a Yibi Engenharia Consultiva Ltda. Tal plano estipula os seguintes pontos:

- Relatório de Diagnóstico e Cenários;
- Planejamento;
- Planos Específicos:
 - Plano de Desenvolvimento da Pesca e Aqüicultura;
 - Plano de Aproveitamento Turístico.

Os dois planos específicos - desenvolvimento da Pesca e Aqüicultura e Aproveitamento Turístico - estão diretamente ligados à evolução econômica que Nova Jaguaribara desenvolverá nos próximos anos. De acordo com a utilização das terras da nova Jaguaribara, pode-se identificar que a sua economia está baseada no setor primário (agricultura, agropecuária e extrativismo), fato decorrente dos condicionantes históricos de sua ocupação.

A piscicultura hoje é considerada um dos principais eixos de desenvolvimento da economia de Jaguaribara, pois possibilita o uso racional da água do Castanhão, que possui grande potencial para a produção de pescado. A criação de peixe em gaiola já produz cerca de quatro

²²⁸ Fonte: IBGE. População estimada 2005. Em 01.07.2005. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>

toneladas/mês de tilápia, que abastecem o mercado local e municípios vizinhos. A atividade de piscicultura transformou antigos pescadores em piscicultores. Devido à localização da antiga sede às margens do Rio Jaguaribe, bem como à variedade de peixes existentes, a pesca era uma atividade significativa e tradicional no município antigo de Jaguaribara e um número expressivo de famílias tinha o seu sustento garantido por esta atividade. Inclusive, essa foi umas das grandes queixas da população após a transferência, já que na nova cidade o rio fica a 50km. Na antiga, apenas a 1km. Todavia, o DNOCS crê que a construção do Castanhão dinamizaria esta atividade, uma vez que apresenta, de acordo com dados do próprio órgão, uma capacidade de produção de pescado da ordem de 3.800 toneladas por ano.²²⁹ Assim, a piscicultura tem grande potencial como atividade econômica, aliando a experiência da população com os novos investimentos. Vale dizer que o DNOCS construiu uma estação para produção de alevinos ao pé da barragem.²³⁰ A Estação de Piscicultura do Castanhão foi inaugurada em junho deste ano, pelo Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva.²³¹



Figura 79: Foto da Estação de Piscicultura do Castanhão, no Ceará, inaugurada em junho de 2006 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.
Foto: Ministério da Integração Nacional

²²⁹ Governo do Ceará, Jaguaribara, 2006. Disponível em: <http://www.jaguaribara.ce.gov.br/>

²³⁰ Cf SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO CEARÁ *Plano Diretor para Aproveitamento do Açude Castanha, situado na Bacia do Jaguaribe, no Estado do Ceará*. Plano de Desenvolvimento de Pesca e Aqüicultura. Fortaleza, Dezembro/2004

²³¹ Ministério da Integração Nacional. Notícias. Disponível em <<http://www.integracao.gov.br/comunicacao/noticias/noticia.asp?ID=1754>>



Figura 80: Inauguração da Estação de Piscicultura do Castanhão, junho de 2006.

Foto: Ministério da Integração Nacional

A obra da estação ficou paralisada por 15 anos e foi retomada em 2003. Para a conclusão das obras da estação, o DNOCS investiu cerca de R\$ 55,6 milhões, incluindo a construção de um desvio de 28 quilômetros da rodovia BR-116 e um reassentamento de moradores. Desse montante, R\$ 1,38 milhão, foi destinado para a estação que produzirá 30 milhões de alevinos ao ano.²³² Segundo o plano diretor do Castanhão, ainda deverão ser implantadas entre 8 e 12 estações de capacidades variadas. A demanda hídrica total dessas unidades será de 1 milhão de m³/ano.

Paralelamente a essa atividade, a aqüicultura também tem sido incentivada, mas, no entanto, é notório que a população não tem conhecimento suficiente dessa atividade. Segundo o plano diretor,

Faz-se necessário assim, a elaboração de um plano de formação de mão-de-obra que possa de forma emergencial atender a demanda que se formará a partir das autorizações de pesca extrativa, da exploração do espelho d'água e da implantação das primeiras fazendas. Assim como a elaboração de um programa continuado que dê sustentação à demanda por mão-de-obra qualificada, tanto para a pesca como para a aqüicultura. Para tanto o Estado do Ceará conta com estruturas de governo capacitadas a operar esta necessidade de forma satisfatória. Assim, estabelece-se a necessidade de entendimentos entre SENAI, SEBRAE, SENAR, DNOCS, SEAGRI, EMATER, SETE e IDT para suprimento desta demanda.²³³

²³² Ministério da Integração Nacional, op. Cit.

²³³ SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO CEARÁ, 2004 op. Cit

Em janeiro deste ano, antes mesmo da inauguração da estação, foram assinados contratos de financiamento entre 62 pescadores e o Banco do Nordeste para liberação de recursos do FNE/Rural, como incentivo à piscicultura em Jaguaribara. A liberação dos recursos faz parte do projeto de Piscicultura Cooperativa do Castanhão, de caráter associativo, implantado e acompanhado pelo Sebrae. Assim, a nova cidade tem caminhado para se consolidar como pólo estadual produtor de tilápia em cativeiro e de produtos derivados do pescado.

O contrato geral foi assinado pelo representante dos pescadores, Pedro Chaves, a prefeita de Nova Jaguaribara, Maria Emília Granja e o gerente da agência do BNB de Jaguaribe, Fernando Fernandes. Cada pescador será beneficiado com o financiamento no valor de R\$ 15 mil para aquisição de ração e de tanques-redes. É dado um prazo de dois anos de carência para jus ao financiamento.²³⁴ Segundo o gestor estadual de Piscicultura do Sebrae, Rogério Moraes, o projeto começou a ser implantado em 2003, e hoje já conta com 128 pescadores beneficiados.

A pescaria em Jaguaribara será destinada para consumo próprio dos pescadores, consumo local ou regional e também industrial.²³⁵

Outro setor da economia jaguaribarense em desenvolvimento é a agricultura irrigada. Três projetos de irrigação estão sendo implantados para o assentamento da população rural da área da bacia do Castanhão, os quais totalizarão 1.333 ha irrigados, nos quais serão envolvidas 444 famílias. Já se encontra implantado e em fase de reestruturação o projeto Xique-Xique, com 90 ha irrigados e envolvendo 26 famílias. Há outros três projetos de irrigação em implantação ligados aos assentamentos Mandacaru, Alagamar e Curupati, que, segundo o governo municipal, deverão gerar,

²³⁴ Açude Castanhão - FNE financia piscicultura. *Diário do Nordeste*. Fortaleza, 05 de janeiro de 2006

²³⁵ SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO CEARÁ, 2004, op. Cit

quando estabilizados, uma renda bruta anual de cerca de R\$ 60 milhões. Além disso, foi adquirida uma área de 50 ha que será disponibilizada para a produção de frutas e/ou hortaliças a serem distribuídas para diferentes mercados consumidores.

Assentamentos são áreas de Reforma Agrária desapropriadas pelo INCRA e IDACE e áreas adquiridas através dos Programas Reforma Agrária Solidária, Cédula da Terra e Banco da Terra. Os assentamentos com áreas para culturas de subsistência foram os grandes responsáveis pelo crescimento populacional; segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e do Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará – IDACE, existem 34 assentamentos nos municípios próximos ao Castanhão.

Assentamentos Rurais de Jaguaribara

ASSENTAMENTO	ATIVIDADE	Nº DE FAMÍLIAS
Curupati Irrigação	Agricultura irrigada	150
Mandacaru	Agricultura irrigada	170
Alagamar	Agricultura irrigada	120

Fonte: Prefeitura de Jaguaribara, 2004



Figura 81: *Agrovila Curupati-Peixe. Nova Jaguaribara. 2005.*
Fonte: SRH

O assentamento dessas famílias e o desenvolvimento das culturas com irrigação deram sustentação econômica à região, fazendo surgir indústrias alimentícias, têxteis, metalúrgicas, química, de couro e peles e produtos similares, de mobiliário, de perfume, sabões e velas, de vestuário, calçados e artigos de tecidos, de produtos minerais não metálicos e ampliando o comércio, os serviços e a construção civil, o que certamente gerou um fluxo migratório para a região.²³⁶

Além da piscicultura e agricultura irrigada, o turismo tem despontado como nova atividade econômica do município. Por ser a primeira cidade nova planejada do Nordeste e com a construção do açude Castanhão, a cidade nova tem explorado o turismo na região desde sua fase de implantação. Como outros vários municípios cearenses, Nova Jaguaribara foi inserida no circuito turístico do estado. Em abril de 2005, a

²³⁶ Cf. SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO CEARÁ *Plano Diretor para Aproveitamento do Açude Castanha, situado na Bacia do Jaguaribe, no Estado do Ceará. Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico para a Área de Influência da Barragem do Castanhão.* Fortaleza, Abril/2005.p.24

Secretaria de Recursos Hídricos concluiu a elaboração do trecho de Plano Diretor do Castanhão que discorre sobre o Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico. Segundo o Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR, com relação ao turismo internacional, até 2003 o estado do Ceará não figurava entre os principais portões de entrada de turistas no país, mas Fortaleza aparecia em 4º lugar como cidade mais visitada pelos turistas internacionais. Com relação ao turismo doméstico, segundo a Fundação Instituto de Pesquisa Econômica – FIPE e EMBRATUR (2001), o estado do Ceará aparece como o 6º colocado em recebimento de turistas. Ainda conforme a FIPE e EMBRATUR (2001) os principais destinos das excursões no estado são: Fortaleza (45,5%), Crato (8,04%) e Barbalha (5,74%).²³⁷

Com base nestas pesquisas pode-se verificar que no estado do Ceará predomina o turismo de sol e praia, que faz com que a maioria dos turistas permaneça nas regiões litorâneas, as quais possuem infra-estruturas turística e básica, necessárias à sua estada. Mesmo apresentando essa tendência, o Governo do Estado do Ceará pretende diversificar e interiorizar o turismo a partir das inúmeras potencialidades das serras e do sertão com suas características próprias de paisagem, clima, cultura, organização social e economia. Essa política de atuação do Governo do Estado pode ser constatada em vários documentos da gestão estadual, onde se buscou subsídios para a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo para a área de Influência da Barragem do Castanhão. O governo pretende diversificar o turismo cearense com a consolidação do processo de interiorização do setor.

Segundo informações da Prefeitura, o município de Jaguaribara já solicitou verba para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para a implantação de um Terminal Turístico que será construído nas proximidades da Barragem do Castanhão, entre o

²³⁷ Cf. SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO CEARÁ, 2005, *Ibid.*p.7

vertedouro e a ponte; esse projeto inclui nas suas instalações também um Balneário.

Para isto, o plano diretor prevê o

(...) - Desenvolvimento de ações que estimulem uma maior organização interna dos municípios, promovendo a maior interação entre eles e contribuindo para o desenvolvimento mais equilibrado e sustentável do estado;

- Desenvolvimento de uma política de educação e capacitação turística por meio do planejamento e articulação com todas as entidades de formação e treinamento para o setor; (...)

- Dimensionamento da participação das pequenas e microempresas e das atividades informais do turismo, evidenciando as principais demandas de capacitação da mão-de-obra e buscando apoio junto aos canais de financiamento.

- O Programa de Desenvolvimento de Destinos e Produtos Turísticos – inclui ações e projetos de infra-estrutura e ordenamento turísticos nas Macrorregiões Turísticas, o Ecoturismo, os Caminhos do Sol e Praia, o Turismo Cultural (arte, tradição e memória), o Turismo religioso (Caminhos da Fé), o Turismo Esportivo e o Fortaleza Turística, contemplando os projetos Fortaleza Capital das Compras, Fortaleza Atlântica e Esta Praia Tem Futuro. (...) ²³⁸

Segundo a EMBRATUR, a Organização Mundial de Turismo – OMT – classifica algumas realizações técnicas e científicas como atrativos turísticos culturais, tais como barragens, pontes, usinas. A cidade construída por conta da barragem também caracteriza uma atração turística cultural. Nos dias de hoje, a cidade de Jaguaribara possui um *show room* que se localiza no primeiro prédio construído da cidade. Monitores treinados

²³⁸ SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO CEARÁ, 2005, op. Cit. p. 8

recebem os turistas que assistem um vídeo com a história da cidade e do processo de transferência. Após o vídeo, alunos do Projeto ABC Arte e Cultura fazem uma apresentação de dança, capoeira, e o Clubinho do Forró faz uma demonstração de cordel, trabalhando diversos temas sociais. Neste local também funciona um Centro de Artesanato, que recebe produtos confeccionados por moradores da cidade.



Figura 82: *Show room de Nova Jaguaribara*

Foto: Governo do Estado do Ceará

A Casa da Memória também é outro local bastante visitado. Tem o propósito de registrar e preservar a história e a memória da população do município de Jaguaribara e guardar parte do acervo material que tem sido identificado e coletado. A casa foi inaugurada no dia 21 de agosto de 1998. Expostos, existem objetos familiares, fotografias, utensílios domésticos, peças de vestuário, enfeites, objetos de trabalho, selas de cavalo, além de artesanato e artefatos obtidos na natureza (casa de João de barro, por exemplo). Também podem ser consultados depoimentos de moradores.

Segundo informações da Prefeitura de Jaguaribara o município possui um pequeno fluxo de Turismo Receptivo. No período de setembro de 2001 a julho de 2004 recebeu cerca de 17.000 turistas,²³⁹ sendo este fluxo

²³⁹ A Prefeitura não soube precisar a quantidade de cada tipo de turista por período anual.

composto por estudantes do ensino fundamental, do ensino médio, de faculdades, de cidades do Ceará e de 17 estados brasileiros e de quatro países (Inglaterra, Chile, México e Estados Unidos).²⁴⁰ No plano diretor, a estratégia determinada para gerar oportunidades de negócios e, portanto, o desenvolvimento do turismo na área de influência da Barragem do Castanhão, é constituído de dez programas²⁴¹:

- Programa I – sensibilização e conscientização;
- Programa II – capacitação e qualificação profissional para o turismo.;
- Programa III – aproveitamento racional dos recursos turísticos;
- Programa IV - implementação de serviços e equipamentos turísticos;
- Programa V – divulgação e promoção do produto turístico;
- Programa VI – financiamento para o turismo;
- Programa VII – captação de investidores;
- Programa VIII – infra-estrutura (serviços básicos);
- Programa IX – cuidado com paisagem urbana,
- Programa X – turismo rural

Hoje há 3 pousadas e 1 alojamento para receber os turistas, além de 2 restaurantes, 1 churrascaria e peixaria e 1 pizzaria e churrascaria. Além dessa oferta, a cidade ainda possui ao lado do Mercado Municipal uma área com vários *trailers* que servem lanches, petiscos e bebidas em geral, sendo bastante freqüentada pela população local.

²⁴⁰ SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO CEARÁ, 2005, op. Cit. p. 48.

²⁴¹ SECRETÁRIA DE TURISMO DO ESTADO DO CEARÁ. *Plano de Reestruturação Econômica de Jaguaribara*. Fortaleza, 2002.

Na barragem do Castanhão existe ainda um passeio de barco pelo lago. No entanto, é possível constatar que esta é uma atividade que não está estruturada adequadamente para atender as demandas da cidade.

Segundo o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo para a Área de Influência da Barragem do Castanhão, o maior objetivo a ser alcançado é a implementação do desenvolvimento do turismo sustentável na região, evitando assim que a sua economia reste baseada unicamente no Turismo. As autoridades alegam ainda estarem preocupadas em fomentar a instalação de pequenas indústrias, através do pescado e da polpa de frutas, além do incremento do comércio e serviços em geral que possam gerar emprego e renda para a região.²⁴²

Cabe também ressaltar que o município de Jaguaribara, após a sua mudança de sede, criou um projeto alternativo de geração de renda para as lavadeiras de roupa, que recebeu o nome de *Limpejá*. Consiste numa unidade de fabricação de produtos de limpeza e que faz parte do Plano de Reestruturação Econômica de Jaguaribara, onde sete famílias dos urbanos impactados foram elevadas à categoria de empreendedoras.²⁴³

Após exatos 5 anos da inauguração da cidade, que se deu em 25 de setembro de 2001, os moradores estão mais adaptados, apesar do cotidiano diferenciado. Contudo, é válido relatar a reportagem do jornal cearense *Diário do Nordeste*, do dia 17 de outubro de 2005 que revela que muitos moradores estão passando por situações deveras complicadas na nova cidade. Conforme a reportagem, desde 2004 centenas de famílias não têm como irrigar os lotes agrícolas que receberam do Governo Federal. As terras ao lado do Canal da Integração encontram-se ressecadas, causando revolta nos moradores, visto que viviam às margens do rio Jaguaribe. É fato que os assentados foram indenizados, receberam terras e casas, mas alegam faltar-lhes condições de produzir, como expõe o agricultor Francisco

²⁴² SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO CEARÁ, 2005, op. Cit. p. 11.

²⁴³ Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE. *Perfil Básico Municipal*. Secretaria do Planejamento e Coordenação – SEPLAN, Fortaleza, 2005.

Francimar ao jornal. Ele vivia em terras hoje cobertas pelo Castanhão plantando arroz, milho e feijão, além de criar gado. Todavia, ele lamenta-se: “Com a cheia perdi animais e depois, sem condições de criar, vendi quase tudo”. E conclui: “Aqui só há promessa”. “Enganaram todos nós”. Outro jaguaribarense habitante do Projeto Mandacaru, Francisco Xavier de Oliveira Júnior, concorda e descreve a triste situação: “Aqui a coisa está ruim”. “Os homens somente falam em projeto, mas até agora nada”. Na velha Jaguaribara, sua família vivia de agricultura e criação de gado. “Esperava que aqui fosse melhor”²⁴⁴.

Em março de 2004, o Movimento dos Atingidos por Barragens realizou uma ampla manifestação na cidade de Nova Jaguaribara, com o objetivo de reivindicar ao DNOCS e ao Governo do Estado providências para reverter o quadro de dificuldades enfrentadas por estas famílias. A idéia era denunciar a situação de abandono, fome e desemprego. Após dois anos, muitas famílias encontram-se ainda em dificuldades.

Após a resistência à mudança, da experiência única de organização popular, da luta travada, do sofrimento que deu espaço à dor e à esperança, a Nova Jaguaribara vem perdendo os ares de “cidade-fantasma”. Não obstante as condições precárias de produção, a apropriação do lugar já está nas ruas, nas calçadas, nas tipologias alteradas, no comércio, no dia-a-dia da população. É válido salientar que também a vegetação existente no perímetro urbano está seca. Por ter sido uma cidade planejada, seu traçado urbano é razoável, com ruas largas de paralelepípedos, em estado de conservação regular. Embora tenhamos verificado mato crescendo entre os paralelepípedos e também lixo em seu leito, todas as avenidas possuem ciclovias.

Uma questão fica em aberto para debates futuros: as contradições que permearam a história do Castanhão deixam muitas dúvidas acerca dos reais objetivos do Estado. Não houve retrocesso algum diante dos questionamentos relacionados ao tamanho da barragem. As

²⁴⁴ Famílias Assentadas. *Diário do Nordeste*. Fortaleza, 17 de outubro de 2005.

divergências entre técnicos são sintomáticas e vão além de pontos de vistas concorrentes. Diante das alternativas propostas, que constituíam uma ameaça aos argumentos do governo, era preciso estabelecer um outro patamar de batalhas. Assim, a metáfora profética de que o sertão viraria mar ganha um outro peso, retórico. O governo desenvolve um discurso típico da “indústria da seca”, um discurso redentorista tão velho quanto o próprio sertão.

A água, aqui símbolo de modernidade, é o único desejo comum ao governo e aos moradores. Percebeu-se que a oposição ao Castanhão não se configura como oposição à modernidade e sim, a ações de motivações escusas. O falso consenso gerado pelas ações do Estado, legitimadas pela questionável participação da população, representa não a passividade da população ora em combate, ora transferida e satisfeita. Representa, talvez, a manipulação do grupo dominante.

Nova Jaguaribara significa a materialização desse processo de incertezas, lutas, sofrimento e hoje, satisfação. Esta ambigüidade que permeou o processo desde seu início, na década de 80, se faz presente também no desenho urbano da cidade. Não há dúvidas de que a primeira cidade projetada no Ceará, apesar de todo o discurso “mudancista”, não apresenta uma proposta inovadora.

Algumas características podem ser destacadas como traço comum entre outras cidades planejadas no Brasil que, apesar de questionáveis, possuem um padrão de desenho urbano consolidado e reconhecido, como Brasília e Palmas. Isso se dá pelo que afirma Lúcia Maria Moraes (2003, p.153), em sua obra “A Segregação Planejada: Goiânia, Brasília e Palmas”, que a construção de cidades ganha destaque na América Latina, em especial na região do Centro-oeste brasileiro com a implementação do urbanismo moderno a partir da década de 1930. O urbanismo brasileiro toma como referência a construção das cidades-capitais Goiânia, Brasília e Palmas, cujos planos urbanísticos transformaram-se rapidamente em traçados concretos, onde novos espaços

receberam forma de cidade com seus prédios de diversos usos tais como habitação, lazer e comércio.²⁴⁵ Ruas passaram a conter um sistema de circulação de pedestres e de veículos. Assim, os novos habitantes deram vida às novas capitais. Moraes (2003, p.151) diz ainda que “(...) esses novos pólos urbanos foram estabelecidos pelo Estado como meio de complementar os movimentos de interesses privados”.²⁴⁶

Dentre essas características comuns a Nova Jaguaribara, Brasília e Palmas podemos citar:

- O padrão de racionalidade e planejamento;
- A praça administrativa que, localizada no ponto de maior evidência do centro urbano, reverencia o poder. Em Nova Jaguaribara, a praça é o ponto de maior cota, donde se avista o lago e o nascimento das vias da cidade;
- O uso do sistema de vias ortogonais, que se mostra vantajoso por facilitar a implantação, o registro e a especulação do solo;
- Os grandes eixos viários, que facilitam a locomoção dentro do espaço urbano e coordenam as demais vias que se distribuem paralelamente e perpendicularmente. No caso de Nova Jaguaribara, tais eixos funcionam também como corredores de ventilação;
- O esquema de conjuntos de vizinhança, semelhante às superquadras de Brasília, onde lotes residenciais, comércio, serviços e equipamentos, além de áreas verdes, formam uma unidade que se repete e distribui-se uniformemente. Em Nova Jaguaribara, essas unidades são formadas por conjuntos de quadras que se repetem.

²⁴⁵ Cf. MORAES, Lucia Maria. *A Segregação Planejada: Goiânia, Brasília e Palmas*. Goiânia: Ed. Da UCG, 2003. p. 153.

²⁴⁶ Ibid, p. 152

Além desses, outro ponto a ser considerado, é intensa vontade política. Palmas é decorrente da vontade do governo que decidiu a construção, a provável localização, o nome e até o símbolo da cidade – um girassol²⁴⁷. Nova Jaguaribara, da mesma forma, surgiu da imposição do Governo do Estado. Moraes (2003, p. 153) cita que “O Estado idealizou cidades pelo prisma de uma modernidade urbana, mas a consolidação e a formação dos espaços urbanos delas se deram, sobretudo, tendo como pressuposto e suporte um poder político autoritário, um poder econômico segregador e uma estrutura fundiária arcaica e conservadora”.²⁴⁸

Como todas as cidades novas planejadas, onde “a finalidade desejada foi atingida no que se refere ao povoamento e exploração de zonas antes abandonadas ao cerrado ou à floresta virgem”²⁴⁹, conforme descreve Bruand, (e aqui, diríamos abandonadas aos solos rachados do semi-árido, à falta de esperança do sertanejo e às estiagens inclementes) Nova Jaguaribara cumpriu o fim que se destinou, de dar espaço para o “mar brotar e molhar o sertão”. Tal fato, justificou todo o processo de disputa, investimentos tão altos e a submersão de uma cidade, que, por fim, registra-se nesta Dissertação de Mestrado.

²⁴⁷ Cf. TRINDADE. Op. cit.

²⁴⁸ MORAES, op. Cit. P. 153

²⁴⁹ BRUAND, Yves. *Arquitetura Contemporânea no Brasil*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1977.

Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE JR., D. M. *Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste*, Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.
- ALVES, Joaquim., *História das secas (séculos XVII a XIX)*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2003.
- ANDRADE, F. A de Penetração civilizadora. In.:*Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: 1987. p. 49-84.
- ANDRADE, Manoel Correia de. *A seca: realidade e mito*. Recife: ASA Pernambuco, 1985. 81 p.
- ARANTES, Otília; MARICATO, Hermínia; VEINER, Carlos. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.p.75
- ARAÚJO, Alessandra. Cícero Alves, comerciante de Jaguaribara. Moradores de Jaguaribara temem não receber as indenizações pela construção do Castanhão. In: *O Povo*, Fortaleza, 24 de outubro de 1996.
- Associação de Moradores de Jaguaribara. Audiência Pública da Barragem do Castanhão, Fortaleza, 27 de abril de 1992.
- BARNABÉ, M.F. *Organização espacial do território e o projeto da cidade: o caso da Companhia de Terras Norte do Paraná*. 1989. Dissertação de Mestrado- apresentada à Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 1989.
- BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Trad. Carlos Felipe Moisés/ Ana Maria L. Ioratti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p.15
- Boletim do Instituto da Memória do Povo Cearense. In: *Revista Raízes*, Ano 1, nº2, mai/ jun 1992.

- BONFATO, Antônio Carlos. Águas de São Pedro por Jorge de Macedo Vieira: ressonâncias e traduções do modelo "Garden City" na estância hidromineral paulista. Dissertação de Mestrado apresentada à PUC Campinas. Campinas, 2003.
- BORGES, Manfredo Cássio de Aguiar. *A face oculta do Castanhão: em defesa da engenharia nacional*. Fortaleza: IMOPEC, 1999.
- BORTOLETO, Elaine Mundim. *Os Impactos do Complexo Hidrelétrico de Urubupungá no Desenvolvimento de Andradina-SP*. Dissertação de mestrado apresentada à UNESP, 2001.
- BOTELHO, Cássio Lóssio. Uma cosmovisão da seca no semi-árido (sertão nordestino). In: *Revista da Sociedade cearense de Geografia e História*. Fortaleza: 1998
- BRAGA, E. M. F. (Coord.) *Gestão Municipal: descentralização e políticas públicas participativas*. Relatório do Estado do Ceará.
- BRASIL. DNOCS especial. *O pioneirismo na luta pelo desenvolvimento do Nordeste*. Dezembro 1997.
- BRITO GUERRA, P.B. 1981. *A Civilização da Seca*. Ed. DNOCS. Fortaleza-CE.
- BRITO, R. de S. - *História sócio-política, econômica, religiosa e cultural de Jaguaribara*. Limoeiro do Norte: Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, 1994. (mimeo)
- BRUAND, Yves. *Arquitetura Contemporânea no Brasil*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1977
- CAMPOS, E.J.D. *Estudos da circulação oceânica no Atlântico tropical e na região oeste do Atlântico subtropical sul*. Tese de Livre-Docência. Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo. 1995.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Discurso do Presidente da República proferido no canteiro de obras do Castanhão. Alto Santo- CE, 1996
- CARVALHO, O. *A Economia Política do Nordeste (seca, irrigação e desenvolvimento)*. Ed.Campus: Rio de Janeiro, 1988.

- Carta da Prefeitura de Jaguaribara (assinada pelo prefeito Francisco Holanda Guedes) ao Diretor geral do DNOCS, Vicente Cavalcante Fialho. Jaguaribara, 07 de abril de 1987.
- Castanhão em Debate. *O Povo*. Fortaleza, 09 dezembro 1985.
- CHAUL, Nasr Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Editora da UFG, 1997
- CAMPOS, E.J.D. *Estudos da circulação oceânica no Atlântico tropical e na região oeste do Atlântico subtropical sul*. Tese de Livre-Docência. Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo. 1995.
- COELHO, Jorge. *As secas do Nordeste e a indústria das secas*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1985. 88 p.
- COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO – Disponível em : www.chesf.gov.br
- COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. *Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná*. São Paulo, 1975. Publicação comemorativa dos 25 anos da CMNP.
- CORREA, Telma ; GUNN, Philip. O. M. . *O Habitat Operário no Nordeste Industrial: os núcleos fabris de Paulista e Rio Tinto..* In: Amélia Panet (org.). (Org.). *Rio Tinto: estrutura urbana, trabalho e cotidiano*. 1 ed. João Pessoa: UNIPE Editra, 2002, v. 1,
- CORREIA, Telma de Barros. *Pedra: Plano e Cotidiano operário no Sertão - o Projeto Urbano de Deliro Gouveia*. Tese de doutorado apresentada a FAUUSP. São Paulo, 1995.
- COSTA, Lucio. *Sobre Arquitetura*. Porto Alegre: Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura, 1962.
- CREMA. Adriana Oliveira. *A cidade dos "afogados" : a memória, a história e a luta pelo direito à cidade de Nova Ponte*. Dissertação de Mestrado apresentada à EESC – USP. São Carlos, 2005.

- DIAS ,Tarcísio de M. Castanhão – símbolo de progresso. In: *O Povo*. Fortaleza, 17 de setembro de 1992. (Tarcísio M. Dias foi economista do DNOCS e presidente da Sociedade dos Técnicos do DNOCS_.
- FARAH, Flávio; FARAH, Marta Ferreira Santos. *Vilas de mineração e barragens do Brasil: relato de uma época*. IPT, São Paulo, 1993.
- FERRAZ, J S..1924. *Causas prováveis das secas do Nordeste Brasileiro*. Conferência realizada no Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, em 20/12.
- FRANCO, Amanda Cristina. *Cidades de cura, cidades de ócio - a influência de concepções estrangeiras no urbanismo de três estâncias paulistas: Águas de Lindóia, Águas da Prata e Águas de São Pedro: 1920-1940*. Dissertação de Mestrado apresentada à EESC – USP. São Carlos, 2005.
- FURLANI, R. *Plano de Estruturação Urbana da Cidade de Jaguaribara*. Jaguaribara – CE, 2001.
- FURLANI ,Clarisse. “Desenterrando Lembranças”. In: *O Povo*. Fortaleza, 21 de setembro de 2001.
- FURTADO, C. Nordeste, o tempo perdido. In: *Ciência Hoje*. Revista de divulgação Científica da SBPC. Vol. 3 nº 18 Maio/junho de 1985. p. 18-24, p. 22 e 24.
- GIRÃO. Valdelice Carneiro. Da conquista e Implantação dos Primeiros Núcleos Urbanos na Capitania do “Siará Grande”, In: *História do Ceará*. Simone de Souza (coord.). Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994.
- GOMES, Ciro Ferreira – governador do Estado. (Apresentação). In: *A nova política de águas do Ceará*. VI – Fortaleza: Secretaria de Recursos Hídricos, Jan. 1992.
- GONDIM, Linda M. P. *Clientelismo e modernidade nas políticas públicas – os “governos das mudanças” no Ceará (1987-1994)*. Ijuí – RS: Editora UNIJUÍ, 1998. (Outros Diálogos).

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Secretaria de Obras e Serviços Públicos. Of. nº 1254/85. Fortaleza, 18 dez 1985.

_____,. Jaguaribara, 2006. Disponível em:
<http://www.jaguaribara.ce.gov.br/>

_____,. Secretaria de Obras e Serviços Públicos. Of. nº 1254/85. Fortaleza, 18 dez 1985.

HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1984. Biblioteca Tempo Universitário, nº. 76.

HOLSTON, James. *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Cia. das letras, 1993.

HULL, F.R.. 1953. A freqüência das secas no Estado do Ceará e sua relação com a freqüência dos anos de manchas solares mínimas. *Boletim da Secretaria de Agricultura e Obras Públicas*. Fortaleza-CE, (4):58-63.

IMOPEC. *Água: conquista da cidadania*. Fortaleza, 1994

_____. *Água para a vida: ABC dos Atingidos por Barragens*. Fortaleza, 1994.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ – IPECE. *Perfil Básico Municipal*. Secretaria do Planejamento e Coordenação – SEPLAN, Fortaleza, 2005.

JEREISSATI, Tasso. Discurso do Governador proferido no canteiro de obras do Castanhão. Alto Santo-CE, 1996.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 4ª ed., São Paulo: Alfa-omega, 1978.

LEME, M^a. Cristina Silva (coord.). *Urbanismo no Brasil – 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM, 1999.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. *Família, tradição e poder – o caso dos coronéis*. São Paulo: Annablume/Edições UFC, 1995. (Selo universidade: 44). p. 18

LINS, C. *Jari: setenta anos de história*. Almeirim, Pa: Prefeitura Municipal de Almeirim, 1991

- LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1960.
- MANSO, Celina Fernandes Almeida. *Produção do Espaço Urbano de Goiânia. Planos e Projetos. 19933-1038*. Dissertação de Mestrado apresentada à PUC Campinas. Campinas, 1999.
- MINISTÉRIO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL. DNOCS. Barragem do Castanhão. Projeto Executivo. BACRLPE- 002. Relatório Final. Vol1 Texto 124. julho/ 1993.
- MINISTÉRIO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL. Notícias. Disponível em <<http://www.integracao.gov.br/comunicacao/noticias/noticia.asp?ID=1754>>
- MORAES, Lúcia Maria. *A Segregação Planejada: Goiânia, Brasília e Palmas*. Goiânia: Ed. da UCG, 2003.
- MOURÃO, Paulo Kruger C. *História de Bello Horizonte de 1897 a 1930*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1945.
- MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. *MAB: Uma História de Lutas, Desafios e Conquistas*. Caderno 7. Brasília; MAB, 2002.
- MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998
- [NATIONAL DROUGHT MITIGATION CENTER](http://drought.unl.edu). 1995 Disponível em: <<http://drought.unl.edu>>
- OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma Re(li)gião*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- PEREIRA, Renata Baesso. *Arquitetura das Esquinas de Belo Horizonte*. Dissertação de Mestrado apresentada à PUC Campinas. Campinas, 2000.
- PINHEIRO, Francisco José Pinheiro. Mundo em Confronto: povos nativos e europeus na disputa pelo território, In: *Uma nova história crítica do Ceará*. Simone de Souza (org.), 3.ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

PORTO, Daniele Resende. *Barreiro de Araxá : projetos para uma estância hidromineral em Minas Gerais*. Dissertação de Mestrado apresentada à EESC – USP. São Carlos, 2005.

REDE DE MEMÓRIA. Carta de Jaguaribara. Fortaleza, 16 de novembro de 2003

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Evolução Urbana no Brasil 1500/1720*. 2. ed. Ver. São Paulo: Pini, 2000.

_____, Nestor Goulart. Notas sobre o urbanismo no Brasil -21a. parte: período colonial. *Cadernos de Pesquisa do LAP*. São Paulo, n. 9, 1995.

SALDANHA, Edmundo D. *Amanhã matarão Jaguaribara afogada no açude Castanha*. Jaguaribara, s.n., s.d.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. Revisando Hausmann - os limites da comparação. A cidade, a arquitetura e os espaços verdes (o caso de Belo Horizonte). In: *Revista USP*, São Paulo:1995 P. 197

SANTOS, Milton, SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI, 2ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHERER, Rebeca. *Sistematização crítica do conjunto dos trabalhos: contribuição para a abordagem interdisciplinar na área de urbanização e planejamento territorial e urbano*. São Paulo: FAU-USP, 1994. Tese livre Docência.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO CEARÁ - SDU. *Nova Jaguaribara – versão preliminar*. Fortaleza, 1996.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO CEARÁ – SDU. Diagnóstico do Município de Jaguaribara. Fortaleza, 1996.

_____. *Nov a Jaguaribara – é assim que se muda*. 6p. il. Fortaleza, s/d.

SEINFRA. *Nova Jaguaribara: uma medida mitigadora de impactos sociais e humanos da construção do “Castanhão*. XXVI Seminário Nacional de Grandes Barragens. Fortaleza, 2001

_____. *Nova Jaguaribara: é assim que se muda*. Fortaleza, 2001

SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO CEARÁ –SRH.

Plano Diretor para Aproveitamento do Açude Castanhão, situado na Bacia do Jaguaribe, no Estado do Ceará. Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico para a Área de Influência da Barragem do Castanhão. Fortaleza, Abril/2005

Programa de Gerenciamento e Integração dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará (PROGERIRH). Síntese dos Estudos, Resumo do Projeto Eixo de Integração Castanhão-Fortaleza. Fortaleza, Abril/2005

Plano Diretor para Aproveitamento do Açude Castanha, situado na Bacia do Jaguaribe, no Estado do Ceará. Plano de Desenvolvimento de Pesca e Aqüicultura. Fortaleza, Dezembro/2004

Projeto Executivo do Parâmetro Central da Barragem Castanhão em Concreto Compactado Rolo. V.1-Projeto Executivo da Barragem. Fortaleza: Engesoft, 1999

SECRETÁRIA DE TURISMO DO ESTADO DO CEARÁ. *Plano de Reestruturação Econômica de Jaguaribara*. Fortaleza, 2002.

SIGAUD, L. Efeitos de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho. In: ROSA, L. P.; SIGAUD, L.; MIELNIK, O. (Org.). *Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares: aspectos econômicos, tecnológicos, ambientais e sociais*. São Paulo: Marco Zero, 1988.

SILVA, Francisco Isac da. *Jaguaribara de Santa Rosa*. Música de Jeso Carnero chamada “Adeus Jaguaribara”. Fortaleza: IMOPEC, 1999.

SILVEIRA, Edvanir M. de. *Naufração de uma cidade*. Dissertação de Mestrado. Unesp: Franca, 2000.

SOUZA, Simone de, (coord.). *História do Ceará*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994.

THEOPHILO, R. 1922. *História da seca no Ceará - 1977 - 1880*. Imprensa Inglesa, Rio de Janeiro.

TRINDADE, Dirceu de Lima. *O desenho urbano de Palmas*. Dissertação de Mestrado. Escola de Engenharia de São Carlos- USP. São Carlos, 1999.

_____. O Desenho Urbano de Palmas. In: *Fragmentos de Cultura*. 4 ed. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2000, v. 09

VICENTINI, Yara. *Cidade e História na Amazônia*. Tese de Doutorado apresentada à FAUUSP. São Paulo, 1994.

VILLA, M. A..Nossa História. “Que brasileiro, que fornalha”. In: *Revista Nossa História*. Nº. 18. Ed. Vera Crus. 2005.

VILLAÇA, Flávio. Uma Contribuição Para a História do Planejamento Urbano no Brasil. In: DEAK, Csaba , SCHIFFER, Sueli Ramos (orgs.). *O Processo de Urbanização no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

Anexo

Mapa da nova cidade de Jaguaribara.